



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

**ANO LXV - N° 94 - SEXTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2010 - BRASÍLIA-DF**

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa - (PSC-PI)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO)	<b>4ª SECRETÁRIA</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)
<b>2ª VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT)	<b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI)	<b>1º - César Borges - (PR-BA)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)	<b>2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)</b>
	<b>3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)</b>
	<b>4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)</b>

<b>Maioria (PMDB/PP) - 19</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28</b>
<b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b>	<b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b>	<b>Líder</b> <b>Vago (1)</b>
Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior .....	Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella .....	Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Gilberto Goellner (11) Flexa Ribeiro João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana .....
<b>Líder do PMDB - 18</b> <b>Renan Calheiros</b>	<b>Líder do PT - 9</b> <b>Aloizio Mercadante</b>	<b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b>
Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto	Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)	Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais
<b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b>	<b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgílio</b>
	<b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b>	Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
	<b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b>	
	<b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>	
<b>PTB - 7</b>	<b>PSOL - 1</b>	<b>Governo</b>
<b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b>	<b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b>
Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	<b>PV - 1</b>	Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
<b>PDT - 6</b>	<b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b>	
<b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b>	<b>PSC - 1</b>	
	<b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b>	

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
12. Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).

**EXPEDIENTE**

<b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
1.1 – RESOLUÇÕES	
Nºs 20 e 21, de 2010	
2 – ATA DA 102ª SESSÃO, DELIBERATIVA	
ORDINÁRIA, EM 17 DE JUNHO DE 2010	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Leitura de projeto</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que <i>acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.</i> ..... 29833	
<b>2.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2010 (nº 3.950/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte.</i> ..... 29834	
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2010 (nº 4.326/2008, na Casa de origem, do Deputado Jair Bolsonaro), que <i>acrescenta o art. 46-A à Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço – EAS nas Forças Armadas.</i> ..... 29838	
<b>2.2.3 – Comunicação da Presidência</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2010 ..... 29841	
<b>2.2.4 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010 (nº 6.078/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera dispositivos da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.</i> ..... 29842	
<b>2.2.5 – Comunicações da Presidência</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010 ..... 29851	
Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 175 e 364, de 2010 ..... 29851	
<b>2.2.6 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 636, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado gaúcho Bernardo de Souza. ..... 29851	
Nº 637, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Pelotas Bernardo de Souza. ..... 29851	
<b>2.2.7 – Comunicações</b>	
Do Senador Romeu Tuma, declinando de participar da Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai, que ocorreu nos dias 7 e 8 do corrente. ( <b>Ofício nº 288/2010, de 7 do corrente</b> ) ..... 29852	
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Almeida Lima para a 1ª vaga de Vice Líder do Bloco da Maioria. ( <b>Ofício nº 86/2010, de 17 do corrente</b> ) ..... 29852	
<b>2.2.8 – Mensagem do Presidente da República</b>	
Nº 55/2010-CN (nº 308, de 2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 21, de 2010-CN, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 37.032.231,00 (trinta e sete milhões, trinta e dois mil, duzentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.</i> ..... 29853	
<b>2.2.9 – Discursos do Expediente</b>	
SENADOR MÁRIO COUTO – Preocupação com a situação por que passa a Ilha de Marajó, no	

Pará, apelando ao Ministério Pùblico Estadual que intervenha no caso e determine que a Governadora Ana Júlia tome providências para resolver os problemas verificados naquela Ilha. ....

**SENADOR ROMEU TUMA** – Apoio à indignação do Senador Mário Couto diante dos casos de violência registrados no estado do Pará. Cumprimentos ao Senador Eduardo Azeredo pela postura adotada na reunião dos trabalhos da Comissão Mista de Fiscalização. Elogios ao Presidente Lula pela sanção do projeto de lei que prevê o monitoramento eletrônico de presos. ....

**SENADOR EDUARDO AZEREDO** – Críticas ao pronunciamento da candidata do governo à Presidência, Dilma Rousseff, que teria afirmado que, durante a gestão do PSDB, o governo federal não teria dado prioridade à educação. ....

**SENADOR JOSÉ NERY** – Registro da abertura, ontem, da exposição “Miriti: Arte da Amazônia”, no Salão Branco do Congresso Nacional. ....

**SENADOR NEUTO DE CONTO** – Registro de dados citados pela revista **Star Magazine** na matéria intitulada “O planeta pede socorro”. ....

**SENADOR EDUARDO SUPILCY**, como Líder – A importância da *São Paulo Fashion Week*, que tornou a moda um fator de inclusão social e hoje é um dos maiores eventos de moda do mundo. ....

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Considerações sobre a política de atenção à saúde do servidor público, relatando as ações que estão sendo desenvolvidas pelo governo e os desafios experimentados na implantação de um sistema integrado de saúde do servidor, cujas discussões continuam no âmbito do Serviço de Recursos Humanos no sentido de diminuir disparidades entre servidores públicos federais e os da iniciativa privada. ....

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** – Registro da realização, no mês de setembro vindouro, da 8ª Copa Social de Futebol, no Rio de Janeiro, apelando às autoridades do governo federal e estadual para que apóiem o evento. ....

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO** – Satisfação com a decisão do Presidente Lula de sancionar o reajuste dos aposentados, saudando lideranças de Mato Grosso que trabalharam em prol dos aposentados, salientando as ações do governo Lula que visaram diminuir as desigualdades sociais brasileiras. Registro do lançamento do Plano Safra 2010. ....

**SENADOR JORGE YANAI** – Preocupação com a destinação do lixo hospitalar no Brasil, assinalando que o País vive um momento propício para adotar legislação adequada para dos resíduos sólidos. Homenagem à cidade de Sinop. ....

**SENADOR JOSÉ NERY** – Definições adotadas pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, na 3ª Conferência Eleitoral Nacional, no Rio de Janeiro, para a eleição presidencial de 2010, registrando o lançamento da pré-candidatura de Plínio de Arruda Sampaio à Presidência da República. Protesto ao

tratamento dispensado pela imprensa às candidaturas de partidos pequenos. ....

#### 2.3 – ORDEM DO DIA

##### **2.3.1 – Item extrapauta (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 638, de 2010, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)**

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2010, que dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração do Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária e a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Pùblicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas Leis e a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências. **Aprovado**, após **Parecer nº 847, de 2010-PLEN**, proferido pela Senadora Serlys Slhessarenko, tendo usado da palavra os Senadores Augusto Botelho, José Nery, Gim Argello e a Senadora Rosalba Ciarlini. ....

29904

##### **2.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária**

#### 2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

##### **2.4.1 – Discursos**

**SENADORA ROSALBA CIARLINI** – Registro da participação de S. Exª em diversas festividades juninas no Rio Grande do Norte. Apelo em favor de implantação da agricultura irrigada na região do Apodi. Apoio à educação e à melhoria de mão de obra com criação de 11 institutos tecnológicos no Estado do Rio Grande do Norte. Aprovação de medida provisória que perdoa dívidas de pequenos agricultores e alerta de que vários pequenos produtores não foram alcançados por esse benefício sendo necessário socorrê-los. ....

29951

##### **2.4.2 – Discurso encaminhado à publicação**

**SENADOR GERSON CAMATA** – Registro da inclusão do etanol, pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, na lista de biocombustíveis renováveis de baixo carbono. ....

29955

#### 2.5 – ENCERRAMENTO

**3 – ATOS ADMINISTRATIVOS****3.1 – Ato do Presidente**

Nº 199, de 2010 ..... 29957

**4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 17.6.2010****SENADO FEDERAL****5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

**CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO N° 20, DE 2010

**Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US\$ 461.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões de dólares norte-americanos).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US\$ 461.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões de dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II – Financiamento Adicional.

§ 2º O montante do empréstimo a ser contratado, nos termos desta Resolução, será inferior ao montante previsto no caput, se, na data de sua contratação, considerada a taxa cambial para sua conversão em real, implicar recursos financeiros superiores a R\$ 1.078.000.000,00 (um bilhão e setenta e oito milhões de reais).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Minas Gerais;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 461.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo com margem fixa (fixed spread loan);

VI – prazo de desembolso: até 31 de março de 2012;

VII – amortização: em 47 (quarenta e sete) parcelas semestrais, sucessivas e preferencialmente iguais, pagas no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2016 e a última em 15 de setembro de 2039, sendo que cada uma das 46 (quarenta e seis) primeiras prestações corresponderá a 2,13% (dois inteiros e treze centésimos por cento) do valor total do empréstimo e a última corresponderá a 2,02% (dois inteiros e dois centésimos por cento);

VIII – juros: exigidos semestralmente, nas mesmas datas do pagamento da amortização, e calculados sobre o

saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescida de uma margem (spread) a ser determinada pelo Bird na data de assinatura do contrato;

IX – juros de mora: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos até 30 (trinta) dias após a data prevista para o pagamento dos juros;

X – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor total do empréstimo, a ser paga na data em que o contrato entrar em efetividade;

XI – opções de conversão: o devedor poderá, com o consentimento por escrito do fiador, solicitar ao Bird converter a taxa de juros aplicável de flutuante para fixa; alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado; alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante a desembolsar.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º Para o exercício das opções referidas no inciso XI deste artigo, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo Bird na sua realização, bem como de uma Comissão de Transação (transaction fee).

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Minas Gerais na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no caput é condicionada a que o Estado de Minas Gerais celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado de Minas Gerais ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de Minas Gerais quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO N° 21, DE 2010

**Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 21.992.000,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil dólares norte-americanos).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Espírito Santo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 21.992.000,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o “Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária (Profaz-ES)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Espírito Santo;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 21.992.000,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário do capital ordinário do BID, com taxa de juros baseada na Libor, tendo o dólar norte-americano como moeda de desembolso;

VI – prazo de desembolso: até 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato de empréstimo;

VII – amortização: parcelas semestrais, sucessivas e sempre que possível iguais, pagas no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo a primeira após transcorridos 5 (cinco) anos e a última antes de transcorridos 20 (vinte) anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, mais o valor líquido de qualquer

custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor, mais uma margem (spread) para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID e calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que, em hipótese alguma, excederá ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

X – despesas com inspeção e supervisão gerais: o valor devido em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É facultado ao mutuário, com consentimento por escrito do fiador, exercer a opção de conversão da taxa de juros aplicável ao montante total ou parcial do empréstimo, de flutuante, baseada na Libor, para fixa, e vice-versa, em montantes mínimos e prazos definidos no contrato de empréstimo.

§ 3º Para o exercício das opções referidas no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Espírito Santo na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Espírito Santo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Espírito Santo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

# Ata da 102<sup>a</sup> Sessão, Deliberativa Ordinária em 17 de junho de 2010

## 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 53<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Serys Slhessarenko,  
Romeu Tuma, Augusto Botelho e José Nery.*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 18 horas e 30 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### 102<sup>a</sup> SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14:00 HORAS

Período : 17/6/2010 06:57:33 até 17/6/2010 20:30:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PMDB	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy		X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X					
PTB	MA	EPITACIO CAFETEIRA		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
DEM	MT	JAYMÉ CAMPOS		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO		X					
DEM	MT	JORGE YANAI		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PTB	SP	ROMEU TUMA		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					

Compareceram: 43 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a chegada do Senador Alvaro Dias, completou-se o quórum para a abertura da sessão.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO N°180, DE 2010**

**Acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 41-A O consumidor poderá exigir que seja instalado hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em seu estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.

Parágrafo único. O prestador de serviço não poderá aplicar cobrança de serviço de coleta e tratamento de esgoto sobre o volume de água que foi utilizado, mas que não foi lançado na rede coletora de esgoto.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Significativa parcela da população brasileira paga a tarifa de esgoto proporcionalmente ao volume de água fornecida pelas concessionárias dos serviços de água e esgoto. Na maior parte das cidades a taxa de esgoto cobrada está entre 80% e 100% do valor da conta de água.

Entretanto, boa parte da água que passa pelos milhares de hidrômetros das casas, dos condomínios, das escolas, dos clubes, das empresas e dos canteiros de obras não é despejada na rede coletora de esgoto.

A água utilizada para lavar calçamento de quintal, regar jardins e gramados, manter animais domésticos e piscinas ou é devolvida a natureza diretamente ou por meio da galeria de águas pluviais e não tem como destino a rede coletora de esgoto. Também nos canteiros de obras, a totalidade da água consumida não vai para a rede de esgoto, são exemplos: a água utilizada no preparo do concreto, a água utilizada para regar o concreto no processo de cura, a água utilizada para o preparo da massa, etc.

Resta claro, portanto, que o volume de esgoto lançado na rede coletora não é efetivamente medido e que a especificação da cobrança do tratamento dos efluentes captados pela rede de esgoto, definida pelo valor da água que passa pelo hidrômetro, pode não ser a forma mais justa de cobrar dos usuários que utilizam o serviço de tratamento de esgoto. Trata-se de um método de especificação desprovido de amparo matemático e o consumidor, em geral, acaba pagando por um serviço que não foi prestado. Cabe ainda ressaltar que, de acordo com dados da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa, os esgotos domésticos contêm aproximadamente 99,9% de água e apenas 0,1% de sólidos e é o custo da coleta e tratamento desse esgoto que deve ser remunerado. Verifica-se que a ausência de observância do princípio da transparência, nesse caso, fere de morte a harmonia da relação de consumo.

A instalação de hidrômetro distinto para medição da água que não será remetida à rede de esgoto certamente é uma alternativa para o consumidor ter uma conta mais justa no final do mês. O preço de um hidrômetro, dependendo do local de compra, está entre R\$70,00 e R\$100,00 e o preço da mão-de-obra para instalação é semelhante ao valor do produto.

Ainda sobre a conta de água e esgoto, muitos consumidores, procurando evitar o pagamento pelo ar que passa pelo hidrômetro, tem lançado mão da compra e instalação de bloqueadores de ar, dispositivo que é instalado na saída do hidrômetro ou na rede após o cavalete. Aqueles que desconhecem o equipamento ou não dispõem de recursos para sua compra e instalação continuarão pagando aproximadamente 30% mais em sua conta de água pelo ar que passou pelo hidrômetro e, consequentemente, uma tarifa mais elevada relacionada à coleta e tratamento do esgoto. O valor de um bloqueador de ar está entre R\$90,00 e R\$120,00 e a instalação é muito simples.

Também cabe ressaltar que diferente do fornecimento de água onde o beneficiário é o usuário que a adquire para suprir suas necessidades básicas e proporcionar conforto em sua residência, local de trabalho ou destinado ao recreio, o tratamento dos esgotos tem como beneficiário a coletividade, principalmente a local e a regional.

Necessário, portanto, oferecer ao consumidor uma transparência maior sobre a conta que ele paga no final do mês. É salutar que o serviço público de saneamento básico tenha sua sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, pela cobrança dos serviços prestados. Entretanto, o custo dessa prestação de serviço e sua remuneração devem ser apresentados ao consumidor de forma integral e transparente. – Senadora **Kátia Abreu**.

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990****Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

Art. 41. No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

*(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2010** (nº 3.950/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte.*

É o seguinte o projeto:

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

### **Nº 89, DE 2010**

**(nº 3.950/2008, na Casa de origem)**  
**(De iniciativa do Presidente da República)**

**Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte.**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte:

**I** – 2 (dois) DAS-5;

**II** – 3 (três) DAS-4;

**III** – 7 (sete) DAS-3; e

**IV** – 12 (doze) DAS-2.

**Art. 2º** O Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos em comissão, criados por esta Lei, na estrutura regimental do Ministério do Esporte.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.950, DE 2008

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte;

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguinte cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte:

I - dois DAS 5;

II - três DAS 4;

III - sete DAS 3; e

IV - doze DAS 2.

**Art. 2º** O Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos em comissão, criados por esta Lei, na estrutura regimental do Ministério do Esporte.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 656, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte”.

Brasília, 29 de agosto de 2008.



EM Interministerial nº 00148/2008/MP/ME

Brasília, 14 de julho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência Projeto de Lei que tem por finalidade propor a criação de novos cargos em comissão que serão oportunamente destinados ao Ministério do Esporte.

2. Criado em 2003, o Ministério do Esporte foi gradativamente assumindo as competências para as quais foi instituído. Paralelamente, outras atribuições foram acrescidas às inicialmente previstas, aumentando significativamente o escopo de atuação do órgão, cuja estrutura organizacional atual, no entanto, mostra-se incompatível com todas as suas obrigações institucionais.

3. Dentro desse contexto, o setorial do Esporte tem desenvolvido várias ações para ampliar a participação do Estado na formulação e na implementação de políticas de organização e de fomento do desporto nacional.

4. Novas atividades, que versam a respeito da regulamentação de novos institutos jurídicos e da organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, começam a ocupar a agenda do Ministério do Esporte. Esta última, destarte, requer o cumprimento às obrigações assumidas pelo Governo Federal perante a **Fédération Internationale de Football Association - FIFA**.

5. O potencial econômico que o futebol representa é relevante no contexto social do País, seja na geração de empregos e renda, seja na fabricação e comercialização de produtos esportivos, bem como na construção ou reforma de instalações esportivas e na venda de serviços ou na promoção de eventos. A ordem de grandeza dos investimentos nacionais para abrigar a Copa do Mundo de 2014 será de grande monta, pois acrescentam-se os investimentos necessários em infra-estrutura e os efeitos nas cadeias produtivas de patrocinadores, de vendedores da mídia nacional e internacional e da indústria do turismo que gira em torno das grandes competições.

6. A ação do Estado deve enfatizar o estímulo à organização, à qualidade da infra-estrutura, aos processos de segurança, dentre outros aspectos importantes que balizam o desporto. Destacamos, não obstante, a relevância no aperfeiçoamento do marco legal do setor a partir da revisão de práticas e legislação relacionadas às entidades da administração esportiva responsáveis pela segurança e bem-estar dos torcedores. O Ministério do Esporte busca capacidade institucional para o cumprimento das obrigações legais advindas do Estatuto de Defesa do Torcedor - Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - a partir de ações de regulamentação e de fomento, em particular no que se refere à infra-estrutura física e tecnológica.

7. Esse estatuto partiu do princípio de que o sucesso do futebol está ligado à participação efetiva do torcedor nos espetáculos esportivos e instituiu uma série de direitos visando a garantir sua presença nos estádios. Dentre os avanços do estatuto estão a autorização para que a União fiscalize o cumprimento dos direitos do torcedor, no que tange, principalmente, à sua proteção e defesa. Cabe destacar, ainda, outras iniciativas voltadas para a segurança do torcedor, tais como o Comitê de Paz no Esporte (Decreto nº 4.960 de 19 de janeiro de 2004).

8. O projeto em tela tem por objetivo, dessa forma, a criação de novos cargos em comissão para compor uma estrutura específica para tratar do futebol e da defesa dos direitos do torcedor. Este órgão terá como principais competências planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as atividades no âmbito do futebol e a defesa dos direitos do torcedor, apoiar ações ligadas a eventos de grande porte, integrar ações e estimular parcerias entre entidades governamentais e agentes privados, planejar a realização de eventos esportivos internacionais no Brasil, incentivar a criação de uma estrutura esportiva moderna capaz de receber competições esportivas nacionais e internacionais, dentre outras. A adequada constituição de uma nova Secretaria, cujo Projeto de Lei de criação já foi encaminhado ao Congresso Nacional, será de fundamental importância para a realização de eventos como a Copa do Mundo de Futebol 2014 e, como reflexo, o fortalecimento da candidatura do Brasil à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, ambos com atividades preparatórias já previstas para 2008.

9. Ademais, face às novas atribuições, advindas da regulamentação da Lei de Incentivo ao Esporte, faz-se necessário adequar a estrutura organizacional do Ministério do Esporte para viabilizar a sistemática procedural que deverá ser observada com referência à avaliação e aprovação dos projetos esportivos, beneficiados pelos incentivos instituídos pela Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, bem como a formalização dos respectivos processos, o acompanhamento e o monitoramento de seus resultados.

10. Trata-se de tarefa de alta complexidade, visto envolver dinâmica processual diversa da existente na Pasta. Primeiramente, os projetos desportivos ou paradesportivos são submetidos ao Ministério do Esporte, que deve analisar a documentação conexa, instruí-los, emitir parecer técnico e cuidar de toda a tramitação, a fim de encaminhá-los para a avaliação da Comissão Técnica, tudo conforme determina a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, cabendo, ainda, ao Ministério do Esporte, a análise da prestação de contas dos mencionados projetos, bem como informar anualmente à Receita Federal do Brasil acerca dos montantes relativos a doação a patrocínio.

11. Ressalte-se ainda que, conforme estipulado pela Lei nº 11.438, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, e pela Portaria ME nº 114, de 21 de maio de 2008, as secretarias finalísticas existentes no Ministério tornaram-se responsáveis, também, pela formalização, acompanhamento e monitoramento dos resultados dos processos pertinentes à matéria, o que representa, em uma análise preliminar, um volume três vezes maior do que a demanda anterior.

12. O Ministério do Esporte não dispõe de estrutura adequada para responder a esses novos desafios. Sendo assim, propomos a criação, no âmbito do Ministério do Esporte, de 24 cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, que serão oportunamente destinados a essa pasta, a saber: dois DAS-5, três DAS-4, sete DAS-3 e doze DAS-2.

13. O impacto orçamentário decorrente da nova estrutura de cargos em comissão é estimado em R\$ 633.125,90 (seiscentos e trinta e três mil reais, cento e vinte e cinco reais e noventa centavos), para 2008, considerado o período de agosto a dezembro, e em R\$ 1.519.502,15 (um milhão, quinhentos e dezenove mil, quinhentos e dois reais e quinze centavos) para cada um dos exercícios subsequentes, incluindo gratificação natalina e adicional de férias. Esse impacto é compatível com as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual para 2008 e com os demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.

14. Estes são os motivos, Senhor Presidente, pelos quais temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Orlando Silva de Jesus Junior*

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A

Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2010** (nº 4.326/2008, na Casa de origem, do Deputado Jair Bolsonaro), que *acrescenta o art. 46-A à Lei nº 5.292, de 8 de junho de*

*1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço – EAS nas Forças Armadas.*

É o seguinte o projeto:

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** **Nº 90, DE 2010**

**(nº 4.326/2008, na Casa de origem, do Deputado Jair Bolsonaro)**

**Acrescenta o art. 46-A à Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço – EAS nas Forças Armadas.**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, a fim de considerar o Estágio de Adaptação e Serviço – EAS como experiência para pontuação na análise de currículo para seleção aos programas de residência médica, de residência multiprofissional em saúde e de residência em área profissional da saúde.

**Art. 2º** A Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:

**"Art. 46-A. O Estágio de Adaptação e Serviço – EAS, entendido como relevante experiência profissional, será considerado para fins de pontuação na prova de análise de currículo, por ocasião de concurso seletivo para programas de residência médica, de residência multiprofissional em saúde e de residência em área profissional da saúde, nos seguintes percentuais mínimos:**

**I – 15% (quinze por cento) para os MFDV que tenham realizado o EAS em Organizações Militares – OM localizadas em Guarnições Especiais Categoria "A", especificadas em portaria do Ministro da Defesa;**

**II – 10% (dez por cento) para os MFDV que tenham realizado o EAS em Organizações Mili-**

tares localizadas em Guarnições Especiais Categoria "B", especificadas em portaria do Ministro da Defesa;

III - 5% (cinco por cento) para os MFDV que tenham realizado o EAS em Organizações Militares não localizadas em Guarnições Especiais." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.326, DE 2008

Acrescenta art. 46-A à Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviços (EAS) nas Forças Armadas; tendo pareceres: da

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, passa a vigorar com o acréscimo do art. 46-A, com a seguinte redação:

"Art. 46-A O Estágio de Adaptação e Serviços (EAS), entendido como relevante experiência profissional, será considerado para fins de pontuação na prova de análise de currículo, por ocasião de concurso seletivo para programas de residência médica.

I - Para os médicos que tenham realizado o EAS em Organizações Militares (OM) localizadas em Guarnições Especiais Categoria "A", especificadas em portaria do Ministro da Defesa, será concedida bonificação de 15 % (quinze por cento) do valor da prova de análise de currículo.

II - Para os médicos que tenham realizado o EAS em Organizações Militares localizadas em Guarnições Especiais Categoria "B", especificadas em portaria do Ministro da Defesa, será concedida bonificação de 10 % (dez por cento) do valor da prova de análise de currículo.

III - Para os médicos que tenham realizado o EAS em Organizações Militares não especiais será concedida bonificação de 5 % (cinco por cento) do valor da prova de análise de currículo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Estágio de Adaptação e Serviços (EAS) constitui-se em relevante experiência profissional proporcionada pelas Forças Armadas e é fundamental para o funcionamento das organizações militares de saúde.

No entanto, são grandes as dificuldades encontradas pelas Forças Armadas na mobilização de profissionais de saúde, especialmente médicos, para a realização do estágio em todo o Brasil, particularmente para as organizações militares localizadas em guarnições especiais classificadas como Categoria "A" ou "B".

As guarnições especiais, bem como as suas classificações em categorias "A" ou "B", estão especificadas na Portaria Normativa nº 13-MD, de 5 de janeiro de 2006, com a redação de seus Anexos II e III dada pela Portaria nº 66-MD, de 19 de janeiro de 2007, do Ministro de Estado da Defesa, conforme estabelece o art. 13 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

Dentre as organizações militares Categoria "A", muitas delas estão localizadas na região amazônica, área onde se detecta os menores índices de voluntariado para o EAS.

A classificação das organizações militares por categorias é norteada pelas condições dos locais onde estão sediadas. São consideradas para esta classificação as condições de atendimento de saúde, escolar, acesso, habitação, serviços e saneamento básico, distância de grandes centros populacionais, incidência de doenças e epidemias, entre outros fatores. De acordo com esta classificação, as guarnições enquadradas como Categoria "A" são as menos aquinhoadas com as facilidades da vida moderna, seguindo-se a elas as de Categoria "B".

Assim, verificou-se que na prova de análise de currículo dos programas de residência médica são valorizados vários aspectos da vivência profissional do médico candidato ao programa. Dessa forma, buscou-se com este projeto incluir o EAS no rol das experiências profissionais a serem consideradas para pontuação na referida prova e, com isso, oferecer atrativo aos médicos que realizem o EAS.

Procurou-se beneficiar a experiência profissional obtida no EAS com um percentual incidente sobre a pontuação global da prova de forma que não fosse muito elevado, para não supervalorizá-lo em relação às demais experiências profissionais, e também não fosse muito baixo, a ponto de ser pouco atrativo.

Entende-se que os percentuais, referidos neste projeto de lei, podem ser facilmente assimilados pelos programas de seleção das Universidades que oferecem Cursos de Residência Médica e têm potencial para, efetivamente, servirem de estímulo aos profissionais médicos, proporcionando atrativos à ampliação do número de voluntários para o EAS.

O incentivo proposto trará benefícios não só para as Forças Armadas, mas também para as populações carentes da região Amazônica e de outras regiões do País que se valem, também, dos atendimentos prestados pelas unidades de saúde do Exército Brasileiro e das demais Forças Singulares.

Pelas razões expostas, tenho certeza que poderei contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2008

**JAIR BOLSONARO**  
Deputado Federal – PP/RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI Nº 5.292, DE 8 DE JUNHO DE 1967.**

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

**Art 46.** Os MFDV, quando convocados por motivo de manutenção da ordem interna ou guerra, terão assegurados o retorno ao cargo, função, ou emprêgo que exerciam no momento da convocação. Terão, outrossim, assegurados, pela respectiva Força, as indenizações e outros direitos fixados na legislação especial para os militares em atividade.

**§ 1º** Aos MFDV de que trata este artigo fica assegurado o direito de optar pelos vencimentos militares.

**§ 2º** Perderão a garantia e o direito assegurado por este artigo os MFDV que:

- a) tenham-se apresentado voluntariamente para a convocação; e
- b) obtiverem prorrogação de tempo de serviço, para o qual foram convocados.

**Art 47.** Além dos direitos estabelecidos no presente Capítulo, os MFDV gozarão ainda dos direitos fixados nas demais prescrições da presente Lei e sua regulamentação.

*(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esporte e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última a decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, o Projeto será apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputa-

dos, o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010 (nº 6.078/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera dispositivos da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.*

É o seguinte o projeto:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA

## Nº 91, DE 2010

(nº 6.078/2009, na Casa de origem)  
(De iniciativa do Presidente da República)

Acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera dispositivos da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 17, 29, 30 e 75 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. ....

S 1º Os brasileiros das classes anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar, e os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação, ficam sujeitos às mesmas obrigações impostas aos da classe convocada, sem prejuízo das sanções que lhes forem aplicáveis na forma desta Lei e de seu regulamento.

..... " (NR)

"Art. 29. ....

.....  
e) os que estiverem matriculados ou que se candidatarem à matrícula em Institutos de Ensino destinados à formação, residência médica ou pós-graduação de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários até o término ou a interrupção do curso.

..... " (NR)

"Art. 30. ....

.....  
S 6º Aqueles que tiverem sido dispensados da incorporação e concluirem os cursos em

instituições de ensino destinados à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários poderão ser convocados para a prestação do Serviço Militar." (NR)

"Art. 75. ....

.....  
d) o Certificado de Dispensa de Incorporação, sendo que para os concluintes de curso de ensino superior de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária deverá ser revalidado pela região militar respectiva, ratificando a dispensa, ou recolhido, no caso de incorporação, a depender da necessidade das Forças Armadas, nos termos da legislação em vigor.

....." (NR)

Art. 2º A Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 40-A:

"Art. 40-A. O Certificado de Isenção e o de Dispensa de Incorporação dos brasileiros concluintes dos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária terão validade até a diplomação e deverão ser revalidados pela região militar competente para ratificar a dispensa ou recolher o Certificado, no caso de incorporação, a depender da necessidade das Forças Armadas."

Art. 3º Os arts 1º, 4º, 9º, 12, 23 e 45 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Em tempo de paz, o Serviço Militar prestado nas Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, pelos brasileiros regularmente matriculados nas instituições de ensino, oficiais ou reconhecidas, destinadas à formação, residência médica ou pós-graduação de médicos, farmacêuticos, dentistas ou veterinários (IEMFDV), ou diplomados pelos referidos Institutos, obedecerá às prescrições desta Lei e sua re-

gulamentação. Na mobilização, compreenderá todos os encargos de defesa nacional determinados por legislação especial.

..... "(NR)

"Art. 4º Os concluintes dos cursos nas instituições de ensino destinados à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que não tenham prestado o Serviço Militar inicial obrigatório no momento da convocação da sua classe, por adiamento ou dispensa de incorporação, deverão prestar o Serviço Militar no ano seguinte ao da conclusão do respectivo curso ou após a realização de programa de residência médica ou pós-graduação, na forma estabelecida pelo caput e pela alínea a do parágrafo único do art. 3º, obedecidas as demais condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.

.....  
S 2º (Revogado).

..... "(NR)  
"Art. 9º Os MFDV de que trata o art. 4º são considerados convocados para a prestação do Serviço Militar no ano seguinte ao da conclusão do curso, pelo que, ainda como estudantes do último ano, deverão apresentar-se, obrigatoriamente, para fins de seleção.

..... "(NR)  
"Art. 12. A seleção dos MFDV de que tratam o caput e o S 3º do art. 4º será realizada dentro dos aspectos físico, psicológico e moral.

..... "(NR)  
"Art. 23. Serão considerados excedentes e, em consequência, dispensados da prestação do Serviço Militar sob a forma de Estágio de Adaptação e Serviço - EAS, a que se refere a alínea a do parágrafo único do art. 3º, os MFDV de que trata o art. 4º:

..... "(NR)  
"Art. 45. Os MFDV, funcionários públicos federais, estaduais, distritais ou municipais, bem como empregados, operários ou trabalha-

dores, qualquer que seja a natureza da entidade em que exerçam as suas atividades, quando incorporados em Organização Militar das Forças Armadas para a prestação do EAS de que tratam o art. 4º e seu § 1º, desde que para isso sejam forçados a abandonar o cargo ou emprego, terão assegurado o retorno ao cargo ou emprego respectivo, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem ao licenciamento, salvo se declararem, por ocasião da incorporação, não pretender a ele voltar.

..... " (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o § 2º do art. 4º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967.

## PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.078, DE 2009

Acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera dispositivos da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a Prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários;

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Os arts. 17, 29, 30 e 75 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. ....

§ 1º Os brasileiros das classes anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar, e os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação, ficam sujeitos às mesmas obrigações impostas aos da classe convocada, sem prejuízo das sanções que lhes forem aplicáveis na forma desta Lei e de seu regulamento.

..... " (NR)

"Art. 29. ....

e) os que estiverem matriculados ou que se candidatarem à matrícula em Institutos de Ensino destinados à formação, residência médica ou pós-graduação de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários até o término ou a interrupção do curso.

..... " (NR)

"Art. 30. ....

§ 6º Aqueles que tiverem sido dispensados da incorporação e concluírem os cursos em instituições de ensino destinados à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários poderão ser convocados para a prestação do Serviço Militar." (NR)

"Art. 75. ....

d) o Certificado de Dispensa de Incorporação, sendo que para os concluintes de ensino superior de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária deverá ser revalidado pela região militar respectiva, ratificando a dispensa, ou recolhido, no caso de incorporação, a depender da necessidade das Forças Armadas, nos termos da legislação em vigor.

” (NR)

Art. 2º A Lei nº 4.375, de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 40-A:

“Art. 40-A. O Certificado de Isenção e o de Dispensa de Incorporação dos brasileiros concluintes dos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária terão validade até a diplomação e deverão ser revalidados pela região militar competente para ratificar a dispensa ou recolher o Certificado, no caso de incorporação, a depender da necessidade das Forças Armadas.” (NR)

Art. 3º Os arts 1º, 4º, 9º, 12, 23 e 45 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Em tempo de paz, o Serviço Militar prestado nas Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica - pelos brasileiros regularmente matriculados nas instituições de ensino, oficiais ou reconhecidos, destinados à formação, residência médica ou pós-graduação de médicos, farmacêuticos, dentistas ou veterinários (IEMFDV), ou diplomados pelos referidos Institutos, obedecerá às prescrições desta Lei e sua regulamentação. Na mobilização, compreenderá todos os encargos de defesa nacional determinados por legislação especial.

” (NR)

“Art. 4º Os concluintes dos cursos nas instituições de ensino destinados à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que não tenham prestado o Serviço Militar inicial obrigatório quando da convocação de sua classe, por adiamento ou dispensa de incorporação, deverão prestar o Serviço Militar no ano seguinte ao da conclusão do respectivo curso ou após a realização de programa de residência médica ou pós-graduação, na forma estabelecida pelo caput e parágrafo único, letra ‘a’, do art. 3º, obedecidas as demais condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.

” (NR)

“Art. 9º Os MFDV de que trata o art. 4º são considerados convocados para a prestação do Serviço Militar no ano seguinte ao da conclusão do curso, pelo que, ainda como estudantes do último ano, deverão apresentar-se, obrigatoriamente, para fins de seleção.

” (NR)

“Art. 12. A seleção dos MFDV de que tratam o caput e o § 3º do art. 4º será realizada dentro dos aspectos físico, psicológico e moral.

” (NR)

“Art. 23. Serão considerados excedentes e, em consequência, dispensados da prestação do Serviço Militar sob a forma de Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), a que se refere o parágrafo único, letra ‘a’, do art. 3º, os MFDV de que trata o art. 4º:

” (NR)

“Art. 45. Os MFDV, funcionários públicos federais, estaduais, distritais ou municipais, bem como empregados, operários ou trabalhadores, qualquer que seja a natureza da entidade em que exerçam as suas atividades, quando incorporados em Organização Militar das Forças Armadas para a prestação do EAS de que tratam o art. 4º e seu § 1º, desde que para isso sejam forçados a abandonar o cargo ou emprego, terão assegurado o retorno ao cargo ou emprego respectivo, dentro dos trinta dias que se seguirem ao licenciamento, salvo se declararem, por ocasião da incorporação, não pretender a ele voltar.

” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o § 2º do art. 4º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967.

Mensagem nº 752, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Acrece e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera dispositivos da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a Prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários".

Brasília, 16 de setembro de 2009.



EM Nº 00166/MD

Brasília, 18 de maio de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior deliberação de Vossa Exceléncia o anexo projeto de lei que acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e faz modificações na Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a Prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.
2. A atualização pretendida tem por objetivo regulamentar os novos procedimentos a serem adotados e esclarecer a sociedade sobre as peculiaridades do Serviço Militar obrigatório a ser prestado pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários após a conclusão dos respectivos cursos.
3. Essa iniciativa decorre da demanda existente em especial na realização de ações subsidiárias de assistência à saúde pelas Forças Armadas em áreas do interior do País e em comunidades pobres das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.
4. Faz-se necessário que as Leis nº 4.375, de 1964, e nº 5.292, de 1967, sofram adequações relativas à convocação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que não tenham prestado o Serviço Militar inicial obrigatório por motivo de adiamento ou dispensa de incorporação quando da convocação de sua classe, pois ao término desses cursos de formação e de residência médica, quando da convocação específica para a área de saúde, muitos jovens recorrem ao Judiciário a fim de serem liberados da prestação do Serviço Militar.

5. Por falta de clareza, a legislação em vigor possibilita diferentes interpretações e, consequentemente, decisões judiciais desfavoráveis ao processo convocatório das Forças Armadas. Essa obscuridade legislativa, aliada à diversidade de entendimentos no âmbito judicial, desencadeia um sério problema: a falta desses profissionais, principalmente médicos, em cada uma das Forças Singulares.

6. É cada vez mais grave a situação gerada pela ausência de médicos nas áreas mais carentes, ditas inóspitas, a exemplo da Amazônia, onde muitas vezes o único atendimento à população local, incluindo os indígenas, é realizado por ação das Organizações Militares de Saúde ou dos Postos Médicos localizados nos quartéis, como os Pelotões Especiais de Fronteira.

7. Não é demais ressaltar que as alterações apresentadas permitirão a plena aplicação da legislação, reduzindo ou evitando a interposição de ações judiciais que tenham por objeto a liberação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários da prestação do Serviço Militar inicial obrigatório.

8. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do projeto de lei em comento.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Nelson Azevedo Jobim*

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

##### LEI N° 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964.

###### Regulamento

###### Lei do Serviço Militar.

Art 17. A classe convocada será constituída dos brasileiros que completarem 19 (dezenove) anos de idade entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano em que deverão ser incorporados em Organização Militar da Ativa ou matriculados em Órgãos de Formação de Reserva.

§ 1º Os brasileiros das classes anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar, ficam sujeitos às mesmas obrigações impostas aos da classe convocada, sem prejuízo das sanções que lhes forem aplicáveis na forma desta Lei e de seu regulamento.

§ 2º Por Organização Militar da Ativa, entendem-se os Corpos de Tropa, Repartições, Estabelecimentos, Navios, Bases Navais ou Aéreas e qualquer outra unidade tática ou administrativa que faça parte do todo orgânico do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica.

§ 3º Órgãos de Formação de Reserva é a denominação genérica dada aos órgãos de formação de oficiais, graduados e soldados para a reserva.

§ 4º As subunidades-quadros com a finalidade de formar soldados especialistas e graduados de fileira e especialistas, destinados não só à ativa como à reserva, são consideradas, conforme o caso, como Organização Militar da Ativa ou Órgão de Formação de Reserva.

Art 29. Poderão ter a incorporação adiada:

a) por 1 (um) ou 2 (dois) anos, os candidatos às Escolas de Formação de Oficiais da Ativa, ou Escola, Centro ou Curso de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas, desde que satisfaçam na época da seleção, ou possam vir a satisfazer, dentro desses prazos, as condições de escolaridade exigidas para o ingresso nos citados órgãos de formação de oficiais;

b) pelo tempo correspondente à duração do curso, os que estiverem matriculados em Institutos de Ensino destinados à formação de sacerdotes e ministros de qualquer religião ou de membros de ordens religiosas regulares;

c) os que se encontrarem no exterior e o comprovem, ao regressarem ao Brasil;

d) os matriculados em Cursos de Formação de Oficiais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, até o término ou interrupção do curso;

e) os que estiverem matriculados ou que se candidatem à matrícula em Institutos de Ensino destinados à formação de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, até o término ou interrupção do curso.

Art 30. São dispensados de incorporação os brasileiros da classe convocada;

a) residentes há mais de um ano, referido à data de início da época de seleção, em Município não-tributário ou em zona rural de Município somente tributário de órgão de Formação de Reserva;

b) residentes em Municípios tributários, excedentes às necessidades das Forças Armadas;

c) matriculados em Órgão de Formação de Reserva;

d) matriculados em Estabelecimentos de Ensino Militares, na forma estabelecida pela regulamentação desta Lei;

e) operários, funcionários ou empregados de estabelecimentos ou empresas industriais de interesse militar, de transporte e de comunicações, que forem, anualmente, declarados diretamente relacionados com a Segurança Nacional pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

f) arrimos de família, enquanto durar essa situação;

g) VETADO.

---

Art 40. Aos brasileiros dispensados de incorporação, será fornecido, pela autoridade militar competente, um Certificado de Dispensa de Incorporação.

Parágrafo único. O fornecimento de Certificado de Dispensa de Incorporação será feito mediante pagamento da taxa militar respectiva.

Art 41. A entrega do Certificado às praças expulsas será feita no próprio ato de expulsão, na forma da legislação em vigor.

---

Art 75. Constituem prova de estar o brasileiro em dia com as suas obrigações militares:

a) o Certificado de Alistamento, nos limites da sua validade;

b) o Certificado de Reservista;

c) o Certificado de Isenção;

d) o Certificado de Dispensa de Incorporação.

§ 1º Outros documentos comprobatórios da situação militar do brasileiro, poderão ser estabelecidos na regulamentação desta lei.

§ 2º A regulamentação da presente lei poderá discriminar anotações periódicas ou não, a serem feitas nos Certificados acima.

---

#### LEI N° 5.292, DE 8 DE JUNHO DE 1967.

#### Regulamento

Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

---

Art 1º Em tempo de paz, o Serviço Militar prestado nas Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica - pelos brasileiros, regularmente matriculados nos Institutos de Ensino, oficiais ou reconhecidos, destinados à formação de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas ou Veterinários (IEMPDV), ou diplomados pelos referidos Institutos, obedecerá às prescrições da presente Lei e sua regulamentação. Na mobilização, compreenderá todos os encargos de defesa nacional

---

**Art 4º** Os MFDV que, como estudantes, tenham obtido adiamento de incorporação até a terminação do respectivo curso prestarão o serviço militar inicial obrigatório, no ano seguinte ao da referida terminação, na forma estabelecida pelo art. 3º e letra a de seu parágrafo único, obedecidas as demais condições fixadas nessa Lei e na sua regulamentação.

**§ 1º** Para a prestação do Serviço Militar de que trata este artigo, os citados MFDV ficarão vinculados à classe que estiver convocada a prestar o serviço militar inicial, no ano seguinte ao da referida terminação do curso.

**§ 2º** Os MFDV que sejam portadores de Certificados de Reservistas de 3ª Categoria ou de Dispensa de Incorporação, ao concluírem o curso, ficam sujeitos a prestação do Serviço Militar de que trata o presente artigo.

---

**Art 9º** Os MFDV, de que tratam o art. 4º e seu § 2º, são considerados convocados para a prestação do Serviço Militar no ano seguinte ao da terminação do curso, pelo que ainda como estudantes do último ano, deverão apresentar-se, obrigatoriamente, para fins de seleção.

---

**Art 12.** A seleção dos MFDV de que tratam o art. 4º e seus §§ 2º e 3º será realizada dentro dos aspectos físico, psicológico e moral.

---

**Art 23.** Serão considerados excedentes, e em consequência dispensados da prestação do Serviço Militar sob a forma de Estágio de Adaptação e Serviço, os MFDV de que trata o artigo 4º, § 2º:

- a) pertencentes a IE declarados não tributários pelo PGC;
  - b) dispensados de seleção e de incorporação de acordo com as letras a e b do art. 22; e
  - c) que contarem idade igual ou superior à idade limite de permanência, na situação hierárquica de Aspirante-a-Oficial ou Guarda-Marinha, fixada na legislação competente das Forças Armadas.
- 

**Art 45.** Os MFDV, funcionários públicos federais, estaduais ou municipais, bem como empregados, operários ou trabalhadores, qualquer que seja a natureza da entidade em que exerçam as suas atividades, quando incorporados em Organização Militar das Forças Armadas para a prestação do EAS de que tratam o artigo 4º e seus §§ 1º e 2º, desde que para isso sejam forçados a abandonar o cargo ou emprêgo, terão assegurado o retorno ao cargo ou emprêgo respectivo, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem ao licenciamento, salvo se declararem, por ocasião da incorporação, não pretender a êle voltar.

*(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última a decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, o Projeto será apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2010**

(nº 2.005/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim – Asccrem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2010**

(nº 2.152/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO N° 636, DE 2010**

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do ex-deputado gaúcho Bernardo de Souza, ocorrido no dia de hoje.

**Justificação**

Bernardo de Souza, prefeito de Pelotas em duas ocasiões, deputado prestigiado e um dos grandes líderes da política do Rio Grande do Sul, deixa um vazio enorme entre colegas e amigos.

Homem digno e correto honrou o Rio Grande e a mim, pessoalmente, quando aceitou meu convite

para assumir a Secretaria da Justiça e a Secretaria de Educação do Estado, onde implantou idéias inovadoras, como a eleição direta para diretores de escolas públicas. Foi também pioneiro na convocar da participação popular no debate sobre o orçamento público, iniciativa que marcou sua primeira gestão na Prefeitura de Pelotas, em 1982.

Intelectual sério e coerente, Bernardo de Souza expunha com coragem e clareza suas posições progressistas, conquistando o respeito e a admiração dos companheiros de ideais, e, inclusive dos adversários na política. “Brigam as idéias, não os homens”, dizia Tancredo Neves. Bernardo personificava essa assertiva, educado e gentil com todos, amado pelo povo, especialmente as pessoas mais simples, a quem dedicou sua vida e sua luta.

Exerceu o magistério, lecionando História em Pelotas e em São Lourenço do Sul, semeando com a palavra os valores e princípios nos quais acreditava. Exerceu diversos cargos públicos e ocupou posições de destaque na sociedade. Planejador competente e visionário atuou em diversas frentes, desde os projetos de melhorias urbanas como as atividades ligadas à cultura e à cidadania.

Bernardo de Souza foi um político imprescindível, numa época em que os homens descrevem da política e de seus semelhantes. Ao lado de sua companheira, Hilda de Souza, deputada constituinte de grande valor, a quem dedicava grande afeto, Bernardo foi um homem no pleno sentido da palavra. Um homem de seu tempo, um homem voltado para um futuro melhor, lutando por mais igualdade e mais justiça social.

A minha saudade, o carinho dos gaúchos. Temos certeza de que estamos diante de um personagem in-substituível para o Rio Grande.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2010. – Senador **Pedro Simon**.

**REQUERIMENTO N° 637, DE 2010**

Nos termos do Art. 218, inciso VII do RISF, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Pelotas Bernardo de Souza.

O ex-Prefeito de Pelotas Bernardo de Souza (PPS) morreu na tarde desta quarta-feira (16). Ele estava internado no hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, desde o início do mês, com infecção pulmonar e renal. Bernardo havia sido diagnosticado em 2005 com uma doença degenerativa e progressiva da família da síndrome Parkinson Plus, que afeta a coordenação motora e fala.

Nascido em Pedro Osório, em 19 de dezembro de 1942, Bernardo de Souza casou-se com Hilda e teve dois filhos, Gabriela Albandes Gomes de Souza

e Bernardo José de Souza. Ao ex-prefeito de Pelotas é atribuído um modo de fazer política com “seriedade intelectual, coerência nas ações, clareza de convicções e inabaláveis compromissos éticos”, conforme consta no perfil de deputado estadual no site da AL.

Bernardo exerceu a advocacia e foi procurador concursado aposentado da Assembléia Legislativa. Foi fundador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Pelotas e quando vereador presidiu a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Foi Professor de História, em São Lourenço do Sul e em Pelotas. Comprometido com a cultura, reorganizou e presidiu o Clube de Cinema de Pelotas. No Executivo, esteve à frente da Procuradoria Geral do Município (PGM) e foi responsável pela redação do 2º Plano Diretor do Município. Elaborou projetos de leis municipais de proteção ao patrimônio histórico e cultural e de criação do Conselho de Controle do Patrimônio Ambiental.

Em 1982 foi eleito prefeito. Assumiu com a folha de pagamentos atrasado em mais de seis meses. A maior contribuição da administração foi a participação popular, considerada pioneira no Brasil. Deixou o mandato para ser secretário estadual de Educação no governo Pedro Simon (PMDB).

No Legislativo gaúcho, dedicou os mandatos à democratização, à moralização e à eficiência da administração pública. De seu trabalho parlamentar e discursos, nasceu o livro. A palavra como instrumento de Justiça, organizado por Bernadete Flores Bestane e lançado em abril deste ano.

Deputado estadual por três mandatos consecutivos, Bernardo reassumiu a prefeitura após 22 anos, em 2004. Renunciou em fevereiro de 2005 por causa do diagnóstico da doença progressiva e degenerativa.

Para tanto gostaria que esse voto de pesar fosse para Rua Pelotas, 280 – Floresta Porto Alegre/RS CEP: 90220-110 Fone: (51) 3221-4444 Fax: (51) 3020-2323 – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 288/2010-GSRT

Brasília, 7 de junho de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para as devidas providências, que declinei de participar da Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai, que ocorre nos dias 7 e 8 de junho de 2010, conforme havia requerido autorização em Plenário.

Respeitosamente, – Senador **Romeu Tuma**.

OF. GLPMDB nº 86/2010

Brasília, 17 de junho de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Almeida Lima, para ocupar 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– A Presidência recebeu do Senhor Presidente da República a **Mensagem nº 55, de 2010-CN** (nº 308, de 2010, na origem), encaminhando o seguinte projeto de lei do Congresso Nacional:

**PROJETO DE LEI  
Nº 21, DE 2010-CN  
MENSAGEM Nº 55, DE 2010-CN  
(nº 308/2010, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 37.032.231,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

## O CONGRESSO NACIONAL: decretos

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 37.032.231,00 (trinta e sete milhões, trinta e dois mil, duzentos e trinta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem

I - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 34.852.651,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 2.179.580,00 (dois milhões, cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
UNIDADE : 44207 - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ÓRGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 UNIDADE : 53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00								
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	E	G	R	M	J	F	VALOR	
19 573	1430 8340	1430 8340 0000	1430 8340 0000	1430 8340 0000	1430 8340 0000	1430 8340 0000	1430 8340 0000	1430 8340 0000	1430 8340 0000	2.542.071	
		ATIVIDADES									
19 573	1430 8340	DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVAÇÃO NA REGIÃO NORTE	F	3	2	90	0	250		2.542.071	
			F	3	2	90	0	250		2.542.071	
			F	4	2	90	0	250		1.779.450	
			F	4	2	90	0	250		762.621	
		TOTAL - FISCAL							2.542.071		
		TOTAL - SEGURIDADE							0		
		TOTAL - GERAL							2.542.071		

ÓRGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 UNIDADE : 53203 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00								
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	E	G	R	M	J	F	VALOR	
19 573	1430 8340	1430 8340 0020	1430 8340 0020	1430 8340 0020	1430 8340 0020	1430 8340 0020	1430 8340 0020	1430 8340 0020	1430 8340 0020	32.310.580	
		ATIVIDADES									
19 573	1430 8340	DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE	F	3	2	30	0	250		32.310.580	
			F	3	2	30	0	250		32.310.580	
			F	4	2	30	0	250		12.924.232	
			F	4	2	30	0	250		19.386.348	
		TOTAL - FISCAL							32.310.580		
		TOTAL - SEGURIDADE							0		
		TOTAL - GERAL							32.310.580		

ÓRGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

**ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
UNIDADE : 44202 - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

ÓRGÃO : 50000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE : 50200 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELLAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	EG	G	R	M	H	F	V	VALOR
			FUN	SAP	PRO	DO	DE	TE	VALOR	
		0757 GESTAO DA POLÍTICA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL								300.528
PROJETOS										
04 122 0757 1M49		MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO								441.378
04 122 0757 1M49 0023		MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - NO ESTADO DO CEARÁ	F	1	2	90	0	100		441.378
ATIVIDADES										
04 122 0757 0M92		MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL								359.150
04 122 0757 0M92 0001		MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL - NACIONAL	F	1	2	90	0	100		359.150
TOTAL - FISCAL										
TOTAL - SEGURIDADE										
TOTAL - GERAL										

EM nº 00121/2010/MP

Brasília, 28 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 37.032.231,00 (trinta e sete milhões, trinta e dois mil, duzentos e trinta e um reais), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente dos órgãos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Discriminação	Suplementação	R\$ 1,00 Origem dos Recursos
Ministério do Meio Ambiente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	1.379.052 1.379.052	1.379.052 1.379.052
Ministério da Integração Nacional Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Departamento Nacional de Obras Conta as Secas - DNOCS	35.653.179 2.542.071 32.310.580 800.528	800.528 0 0 800.528
Excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros		34.852.651
<b>Total</b>	<b>37.032.231</b>	<b>37.032.231</b>

3. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o crédito permitirá ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade o cumprimento dos cronogramas de regularização fundiária por meio do pagamento de indenizações referentes a 690 hectares de terras situadas em Unidades de Conservação Federais.

4. No que tange ao Ministério da Integração Nacional, os recursos viabilizarão o aprimoramento da relação entre empreendedores e agentes da rede regional de inovação e o desenvolvimento da estrutura produtiva baseada na inovação, informação e conhecimento, por meio da consolidação da infraestrutura e da melhoria da capacitação para a pesquisa científica e tecnológica, no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e da ampliação do apoio a projetos de ciência e tecnologia, no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

5. Além disso, o crédito possibilitará ao DNOCS o atendimento de despesas com a manutenção do sistema nacional de informações para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial e a modernização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, de forma a otimizar a administração da rede física e lógica de dados, o gerenciamento de banco de dados e o desenvolvimento de sistemas.

6. O pleito será atendido com recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Esclarece-se que a medida decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamentos não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

8. Ressalta-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 2.179.580,00 (dois milhões, cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das dotações suplementadas;

b) R\$ 34.852.651,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais) à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias; e

c) a execução da despesa será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, conforme estabelece o § 2º do art. 1º desse Decreto.

9. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, § 9º, da LDO-2010, o excesso de arrecadação da receita utilizado parcialmente neste crédito.

10. Nessas condições, submete-se à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

**DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**  
 (Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

Unidade: 53.202 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

NATUREZA	2010		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)	R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)		
16002000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	9.548.286	9.548.286	0	
16002001 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Livres	0	2.542.071	2.542.071	
<b>Total</b>	<b>9.548.286</b>	<b>12.090.357</b>	<b>2.542.071</b>	
(D) Créditos Extraordinários			0	
Abertos			0	
Em tramitação			0	
Valor deste crédito			0	
(E) Créditos Suplementares e Especiais			2.542.071	
Abertos			0	
Em tramitação			0	
Valor deste crédito			2.542.071	
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0	
<b>Saldo (G) = (C-D-E-F)</b>			<b>0</b>	

**DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

Unidade: 53.203 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

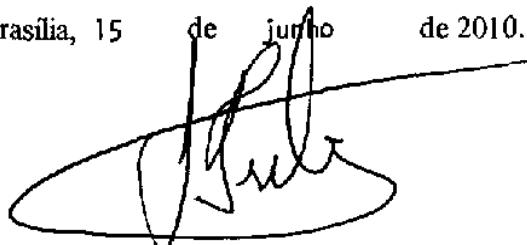
NATUREZA	2010		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)	R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)		
16001300 Serviços Administrativos	7.630	7.630	0	
16002000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	13.875.407	13.875.407	0	
16002001 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Livres	0	32.310.580	32.310.580	
73153000 Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	1.531.262	1.531.262	0	
<b>Total</b>	<b>15.414.299</b>	<b>47.724.879</b>	<b>32.310.580</b>	
(D) Créditos Extraordinários			0	
Abertos			0	
Em tramitação			0	
Valor deste crédito			0	
(E) Créditos Suplementares e Especiais			32.310.580	
Abertos			0	
Em tramitação			0	
Valor deste crédito			32.310.580	
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0	
<b>Saldo (G) = (C-D-E-F)</b>			<b>0</b>	

## Mensagem nº 308

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 37.032.231,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 15 de junho de 2010.

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Públíco e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Públíco e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

---

**LEI N° 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

---

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas

de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontram em tramitação.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

---

#### LEI N° 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

---

#### DECRETO 7.094 , DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

---

Art. 1º O empenho das dotações orçamentárias aprovadas na Lei no 12.214, de 26 de janeiro de 2010, dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observará a programação constante do Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

- a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais";
- b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e
- c) "6 - Amortização da Dívida";

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto.

## PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

## ANEXO I

R\$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Obrigatórias						Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000   Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.613.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102   Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114   Advocacia Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
22000   Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000   Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000   Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000   Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
26000   Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000   Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000   Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000   Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000   Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000   Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.581	54.021.160
36000   Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
36000   Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000   Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	51.0.812	117.151	510.812
42000   Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000   Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000   Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000   Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000   Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000   Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.416.479	3.958.783	14.416.479
53000   Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000   Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
55000   Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000   Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237

158000	Ministério da Pescaria e Aquicultura	768.923	83.933	168.923	1.456	1.456	770.379	85.369	770.379
710000	Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.452	1.277.804			1.277.804	718.460	1.277.804
738000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
745002	Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do Ensino Superior/FIES/MEC	1.16.423	19.404	116.423			116.423	19.404	116.423
74803	Rec. sob Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/ND-MDIC	10.000	1.657	10.000			10.000	1.667	10.000
74812	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	B1B	136	818			818	136	818
	<b>TOTAL</b>	121.082.873	42.630.205	121.082.873	63.595.142	63.595.142	186.878.815	106.226.348	186.878.815

<sup>(\*)</sup> Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O *Projeto de Lei nº 21, de 2010–CN*, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 17-6-2010

até 22/6 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 30/6 prazo para apresentação de emendas;

até 5/7 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 2/8 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos e no Diário do Senado Federal de 18 de junho do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Vamos à lista de oradores inscritos.

Cristovam Buarque. (Pausa.)

Senador Mário Couto, por permuta com o Senador José Nery.

Senador Mário Couto, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos. (Pausa.)

Vou me inscrever para uma comunicação urgente.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente quero agradecer ao Senador José Nery, que me concedeu o direito de falar no início desta sessão.

Meu caro Presidente Romeu Tuma, hoje farei um pronunciamento e vou me referir à Ilha do Marajó.

Faça V. Ex<sup>a</sup> uma reflexão. No meu Pará, no meu querido Estado do Pará, cidades próximas à Capital e a própria Capital vivem momentos terríveis, com assaltos, com violências. Falta saúde de boa e até de má qualidade. Não se tem acesso à saúde, não se tem acesso aos hospitais. Em muitos hospitais do interior e até da própria Capital, não há médico. Belém e o Estado do Pará inteiro sofrem uma violência terrível. A educação, que já mostrei aqui, vai de mal a pior. Mostrei bebedouros de escolas públicas estaduais que talvez fossem condenados por toda a humanidade. Talvez, não: teriam de ser condenados. Senador Tuma, mostrei aqui panelas servindo de bebedouros. Mostrei aqui alunos de nove, dez anos servindo-se de água nas escolas por meio de torneiras, chupando as torneiras. Faça uma ideia.

O meu querido Marajó está tão distante da Capital. Senador Romeu Tuma, com o que vou mostrar hoje aqui, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, pela sensibilidade que já vi que V. Ex<sup>a</sup> tem, vai ficar chocado. O Marajó de hoje é quase igual ao Marajó de 60 anos atrás. E eu que lá nasci numa pequena cidade chamada Salvaterra, terra que amo muito, me criei e depois vim para a Capital, Senador Tuma.

Meu primeiro emprego foi meu pai que me deu aos seis anos de idade, há 58 anos. Ele me deu um carrinho de mão para que eu pudesse vender bananas nas ruas da minha cidade. Fiz com a mesma dignidade que faço hoje na minha profissão de Senador da República. A distância da minha terra para a Capital é grande. Naquela época, há 58 anos, só poderia eu ir de barco à vela, e durava 8, 12, 16 horas de viagem, dependendo do vento. A Baía do Marajó, tão famosa Baía do Marajó, pelas suas ondas... E eu fiz muitas dessas viagens, ajudando o meu pobre pai.

Quase que nada mudou de lá para cá. As autoridades esquecem o Marajó. Se no Pará inteiro não há educação, se no Pará inteiro não há saúde, se no Pará inteiro sobra violência, nesse Estado maravilhoso, nesse Estado cheio de minério, nesse Estado rico, malgovernado, no Marajó, a coisa é bem pior.

No Marajó, o abandono é geral, meu nobre Presidente. Se a Governadora do Pará tem como *slogan* principal do seu governo “Pará, Terra de Direitos”, ô Governadora, não dá para acreditar que V. Ex<sup>a</sup> pensa que o Pará é terra de direitos. Quem tem direitos nesse Estado, minha nobre Governadora? Quem goza de direito nesse Estado, minha nobre Governadora? Eu acho que só V. Ex<sup>a</sup>. Nenhum outro paraense tem direito aos seus direitos, minha nobre Governadora. E um dos principais deles é o direito de ir e vir, de andar nas ruas. Pergunte a um paraense, Governadora, qual dos paraenses ainda não foi assaltado no meio da rua. Pergunte a quem mora no interior se aquele cidadão que tramita nas ruas, que anda nas ruas, nas caminhadas para os seus trabalhos, se eles andam com segurança. Eles andam com pavor, minha nobre Governadora!

O Marajó é uma terra sem direitos. Há prefeitos no Marajó que ainda superam essa intransigência, que ainda trabalham pela sua população, que ainda respeitam a sua população, que ainda, mesmo não sendo atividade nem atribuição das prefeituras, tentam preencher aquilo que o Estado não faz, aquilo que é dever do Governo estadual fazer e não faz: a condução de crianças para as escolas, por exemplo, pois o Governo não dá transporte; a saúde, a educação, a segurança. Os próprios prefeitos fazem.

E dou exemplos. Vou dar um exemplo aqui de um bom Prefeito do Marajó; o Prefeito de uma cidade bem no centro do Marajó, chamada Anajás. Esse prefeito é bom. Esse prefeito é sério. Conheço todos. Eu ando muito, Senador. Quando aqui não estou, estou andando. Ando o Estado do Pará inteiro. Faço, uma vez por ano, uma visita a quase 143 municípios daquele grande Estado. As distâncias são enormes.

Mas, infelizmente, temos maus prefeitos. Cito o exemplo da minha terra. O Prefeito da minha terra, Salvaterra, corrupto, armou uma quadrilha de corrupção com os seus parentes. A cidade arrasada, a cidade maltratada, as obras que começaram não terminaram no seu Governo.

Ora, Senador, lembro do episódio: alguém pobre sai da sua residência com fome, bate na casa desse Prefeito, e lá aparecem seus parentes para receber esse rapaz. Senador Tuma, quatro bandidos! Tenho até o nome deles aqui e quero que o Brasil todo saiba. Pegaram esse rapaz porque lá ia pedir comida ou algo que se chama de esmola. Esse rapaz, Senador Tuma, foi agredido violentamente pelos quatro parentes do Prefeito, só porque bateu na porta do Prefeito de Salvaterra, chamado Juca, para pedir esmola. Maltratado, agrediram com muita violência o rapaz. Depois o colocaram na mala de um carro e mandaram deixar na porta da delegacia. Conclusão: o rapaz ficou paralítico. Anda em cadeira de rodas, tentou, por várias vezes, o suicídio. Olhem como o Marajó – estou dando um exemplo, Nação brasileira! – é uma terra sem lei, sem direitos. Esse rapaz já tentou suicídio porque era um jovem trabalhador que mantinha a sua família com a força do seu trabalho, com a dignidade do seu trabalho! Ele foi mutilado por quatro parentes do Prefeito quando ali foi pedir apenas uma esmola.

Justiça do meu Estado! Justiça do Marajó! Justiça da minha terra natal!

Mostrei aqui outro dia, e vou fazer isso doa a quem doer. É minha obrigação, é meu dever! Denunciei outro dia o Prefeito de Canaã dos Carajás. Maldito o Prefeito daquela terra! Os prefeitos precisam ser denunciados! Outros precisam ser elogiados! Muitos pleiteiam os cargos com a intenção de ficarem ricos, como estão ricos os parentes do Prefeito de Salvaterra. Ele próprio, Jessé Lemos de Araújo, Jasiel Gomes Araújo, Sileno Lima de Oliveira e Lenildo Bruno dos Prazeres França são os bárbaros que fizeram com que um rapaz de 24 anos ficasse paralítico, e hoje, a todo momento, tenta a morte. Esses quatro rapazes, parentes do Prefeito municipal, por consequência protegidos pelo Prefeito, como estão todos bem de vida, como estão todos cheios de dinheiro, tirados do povo daquela terra, nada acontece com eles.

Não foi ontem. Isso já tem de acontecido alguns meses, talvez um ano, e nada aconteceu até agora com esses quatro assassinos, com esses quatro bandidos, com esses quatro covardes que deveriam estar na cadeia, que deveriam ser apenados por esse crime. O próprio Prefeito deveria estar atrás das grades, porque rouba o dinheiro público, porque não aplica o dinheiro público a favor da população daquela terra.

Poderiam perguntar os meus irmãos paraenses: “Por que o Mário Couto achou de falar hoje do seu Marajó?” Tem muita coisa que não podemos deixar de falar, meus queridos irmãos paraenses! O Marajó está sendo agredido! O Marajó está sendo abandonado! O Marajó está sendo esquecido há três anos!

Há três anos, venho denunciando a barbaridade que fazem com as crianças do Marajó, com as meninas e os meninos do Marajó! E nenhuma providência é tomada. Denunciei aqui, por várias vezes, Pará, por várias vezes, o uso e o abuso das crianças de oito, nove, dez anos na Ilha do Marajó.

O SBT mostrou isso há quinze dias! Eu não pude, naquele momento, fazer repercutir desta tribuna aquele programa, porque eu estava envolvido com a situação dos aposentados deste País.

Roberto Cabrini mostrou, no Conexão Repórter, aquilo que doeu em cada brasileiro, a situação daquelas meninas. Triste, Brasil, o abandono do Marajó! Triste, Senador Eduardo Azeredo. Crianças de oito anos de idade levadas pela própria mãe, Senador! Será que existe isso no mundo? Será que, em alguma cidade neste mundo afora, há situações iguais a esta, Brasil? Crianças de oito anos de idade deixam as suas bonecas na rede – e não estou mostrando aqui as fotos hoje porque o repórter Roberto Cabrini mostrou a todo o Brasil –, deixam as suas bonecas na rede para ir entregar o seu sexo a troco de tripa de boi! Tripa de boi! O repórter mostrou! O Brasil inteiro viu aquele monstro daquele sujeito, tirando moedas do bolso para dar à menina, colocando no saco comida podre para dar à menina! Perguntaram à mãe se ela sabia e por que ela deixava acontecer aquilo, meu Senador Romeu Tuma! A mãe explicou que era pobre, não tinha dinheiro, não tinha comida em casa e incentivava, mandava. Eu já falei isso antes de a reportagem vir à tona, Senador. Eu já denunciei aqui antes de a reportagem vir à tona, Senador! Eu já falei aqui!

Eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, uma das maiores competências policiais deste País – e o demonstrou na sua prática: quem são os responsáveis por isso?

E quero elogiar o Arcebispo do Marajó, Dom Luís Azcona. Quero deixar a ele um voto de louvor, meu Presidente, a esse bispo, um homem de uma sensibilidade enorme, um homem trabalhador, um homem

que sofre ao ver o Marajó sofrendo, ao ver o Marajó abandonado, ao ver o Marajó desprezado! Ele luta tanto contra isso! Ele luta tanto contra a miséria! Ele luta tanto contra esses abusos! E vem falando há anos, e nada, absolutamente nada! Outro dia, telefonei para o bispo e perguntei a ele: "Meu prezado amigo, que providências foram tomadas em relação a essas meninas?" Ele me respondeu: "Absolutamente nenhuma!"

Eu lhe pergunto: quem são os responsáveis por isso?

Ô Brasil, quem são os responsáveis por isso? Digam-me! Quem deveria ser penalizado por isso, Brasil? Quem aceita ver uma cena de uma irmãzinha brasileira de 8 anos entregando o seu sexo por moedinhas de um real, por comida podre, por tripa de boi, e não toma nenhuma providência? Há anos, Brasil! Eu não estou falando que foi uma vez. Há três anos que eu denuncio desta tribuna, Brasil, e nada é feito!

E o Presidente Lula ainda diz que, neste País, não tem miséria; que, neste País, ninguém passa fome, que o Bolsa Família resolveu tudo. A esmola do Bolsa Família contribui com alguma coisa, mas não mata a fome de ninguém durante o mês.

Pará, terra de direitos, Governadora Ana Júlia! V. Ex<sup>a</sup> vai sair do Governo. Eu não tenho dúvida nenhuma de que os paraenses não a querem mais! Os paraenses cansaram de sofrer; os paraenses não aceitam mais as suas mentiras.

Senador Tuma, é incrível a capacidade de mentir da Governadora Ana Júlia Carepa. Eu nunca vi alguém com tanta capacidade artística para mentir como a Governadora do Pará.

Outro dia, liguei a televisão – lá em Belém – e lá estava a propaganda do Governo Ana Júlia Carepa. Como nada tinha para oferecer, como nada tinha para dizer, ela então começa a dizer que no próximo governo ela vai fazer, que no próximo governo ela vai melhorar. Descaradamente, diz que vai plantar e que está plantando na Amazônia 2 bilhões de árvores.

Ana Júlia Carepa, me diga pelo menos onde estão os viveiros, as mudas desses dois bilhões de árvores que você está plantando! É o poder de mentira que jamais vi na minha vida. E a população do Estado sofrendo na mão dos bandidos. As meninas do Marajó, as irmãzinhas brasileiras sendo massacradas por vinténs, e V. Ex<sup>a</sup> não toma nenhuma providência. Aliás, acho que V. Ex<sup>a</sup> não tem moral nem com a Polícia do Pará, para mandar alguém acabar com aquilo. V. Ex<sup>a</sup> talvez não tenha moral para mandar um policial acabar com aquilo, porque o policial paraense é muito mal pago; o policial brasileiro, de um modo geral; mas o policial paraense é um dos mais mal pagos deste

País, e é uma das causas de o Pará ser o Estado mais violento do Brasil.

Nós temos, sim, meu Presidente, nós temos de pensar aqui, cada um Senador deste Senado Federal tem o dever de mostrar à Nação brasileira que os policiais brasileiros têm de ser mais bem remunerados, para proteger a nossa população. Por quê? Eu pergunto ao Brasil: por que o Distrito Federal paga mais de cinco mil reais para um policial, e o Estado do Pará não chega a mil reais? Por que o direito dos policiais do Distrito Federal é maior que o do Pará? Por que a diferença ou qual a diferença que existe entre um policial do Pará e um policial do Distrito Federal? O policial do Pará não tem nenhuma motivação para sair às ruas, enfrentando a bandidagem que se encontra no meu Estado. Ele não vai trocar a vida pelo salário de pouco mais de mil reais. Já o do Distrito Federal ganha mais de cinco mil. Ele está motivado a ir às ruas combater a bandidagem.

Nós temos que aprovar aqui, Senador Romeu Tuma, imediatamente, a unificação dos salários dos policiais em todo o Brasil. A PEC 300 tem que ser aprovada com urgência neste plenário, para que a igualdade de salários seja estabelecida em todo o território nacional. Não tem por que existir diferença, entre Estados, no pagamento de um policial militar.

Senador Romeu Tuma, desço desta tribuna mais uma vez encaminhando ao Ministério Público do meu Estado – tão operoso Ministério Público do meu Estado –, pedindo providências pela quarta vez ao Ministério Público Estadual no sentido de que possa intimar a Governadora do meu Estado, determinar à Governadora do meu Estado – porque, a pedido, ela não faz! Não sei se por negligência ou por incompetência! Acredito que sejam as duas coisas ao mesmo tempo: incompetência e negligência!

Governadora Ana Júlia Carepa, pense numa menina de oito anos de idade, Governadora, sendo obrigada a fazer sexo, Governadora, em troca de uma moeda! Em troca de restos de tripa de boi, Governadora! Há três anos, denuncio aqui, e a senhora não faz nada, Governadora! O bispo da minha terra já pediu à senhora que, pelo amor de Deus, não deixe mais acontecer isso, Governadora! Os programas de televisão estão mostrando, Governadora! Isso é ruim para o nosso Estado! Isso diminui o nosso Estado! Um Estado rico, de pessoas trabalhadoras, de pessoas sensíveis, de pessoas honestas! Um dos mais belos Estados desta Nação, entregando as suas filhinhos na mão de bandidos para serem usadas, Governadora! E a senhora não toma nenhuma providência!

Apelo, finalmente, ao Ministério Público do meu Estado, tão operoso, para que determine a essa in-

competente Governadora que acabe, de uma vez por todas, com aquelas cenas que deprimem e humilham o meu Estado!

Governadora, talvez seja porque V. Ex<sup>a</sup> não tenha uma filha de oito anos de idade na pobreza; talvez por isso a sua consciência não doa. Talvez por isto V. Ex<sup>a</sup> não toma nenhuma providência: por falta de amor, por falta de capacidade, por ser negligente, por não estar nem aí para nada, por abandonar o Estado, por não ter respeito pelo seu povo, por deixar os paraenses tombarem todos os dias mortos por violência nas ruas, por não dar saúde à população, por deixar a coisa mais nobre de uma Nação e de um Estado, que é a educação, abandonada.

Não pense na ideia, Governadora, não tenha a coragem, Governadora, de querer voltar a governar esse Estado. Abandone, Governadora! A população está revoltada com V. Ex<sup>a</sup>. Por onde eu ando, Governadora, por onde eu ando, o paraense reclama, o paraense clama. O paraense não aguenta, o paraense nunca teve um Governo tão medíocre, nunca teve um Governo tão insensato.

E eu estou aqui para isso. Sei que a senhora não gosta de mim porque estou aqui na tribuna sempre a reclamar, sempre a defender o meu Estado, sempre a defender o meu País, sempre a lutar por aqueles que precisam da minha voz. Não deixarei de fazê-lo, Governadora. Não será sua raiva contra a minha pessoa que vai determinar que esta voz pare de lutar pelo meu Estado. Eu não faço isso contra a senhora. Absolutamente, não! Eu não faço isso a meu favor. Absolutamente, não! Faço isso em favor das pessoas que estão sofrendo no Estado do Pará. É a favor delas, Governadora. É a favor dessas pessoas que eu luto. Não é favor de mim nem da senhora. É a favor delas, dessas pessoas que estão sofrendo no dia a dia, que estão sofrendo com as suas famílias, que entregam as suas meninas – as nossas irmãs de oito anos – para serem servidas aos bandidos. É por essas que eu luto, Governadora. E a senhora não! A senhora nem dá bola para tudo isso.

Muito obrigado, meu Presidente.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Com todo o prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Mário Couto, não vou comentar todo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, mas quero apenas registrar algo que eu e o Senador Augusto Botelho vimos aqui ontem. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> havia sido convidado. O Senador José Nery tomou a iniciativa de promover aqui no Salão Branco do Senado Federal, junto à chapelaria,

uma exposição de extraordinária qualidade feita por pessoas de Abaetetuba.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Abaetetuba.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Pode corrigir-me, porque...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Abaetetuba.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Abaetetuba. V. Ex<sup>a</sup> conhece muito melhor do que eu. É a cidade natal dele – salvo engano. Aliás, ele nasceu no Ceará, mas é de Abaetetuba. Todos ficamos muito bem impressionados com a qualidade excepcional da exposição feita por artesãos desse Município e que tem tido o apoio tanto da Prefeita, que aqui esteve, quanto da Governadora Ana Júlia. Quero ressaltar que ela inclusive usou da palavra e mencionou os Senadores do Pará, bem como ressaltou o quanto que iniciativas daquela natureza têm proporcionado oportunidades de trabalho, com enorme criatividade. Quero aqui registrar esse fato para todas as pessoas que desejam ver trabalhos de excepcional qualidade, tão bonitos. Há animais típicos da floresta amazônica no Pará feitos de isopor; barcos típicos de toda a região do Pará, de todos os modelos, os mais diversos; e elementos da selva ali colocados em formas artesanais, de maneira muito bela. Fiquei contente e feliz de ver o apoio da Governadora Ana Júlia Carepa, bem como da Prefeita, de cujo nome completo não me vou recordar – se V. Ex<sup>a</sup> porventura souber, peço que me ajude. Mas quero registrar que houve aí uma iniciativa muito positiva de proporcionar trabalhos de natureza educativa e culturalmente relevantes. E, para quem ainda quiser conhecer essa exposição tão bela, ficarão ali os artesanatos por uma semana. Poderão, inclusive, ser comprados, contribuindo para a economia daquele Município. É apenas o registro que gostaria de fazer.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – É verdade, Senador! Eu aqui agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup> em divulgar tão bela exposição que foi feita ontem aqui pela Prefeita da cidade de Abaetetuba, pelo Senador José Nery – aliás, acho que em colaboração com a Governadora Ana Júlia Carepa.

Eu já vi a Governadora Ana Júlia Carepa aqui, no Senado, por várias vezes, exatamente nessas feiras. Eu a vi uma vez na Feira da Cultura aqui, onde inclusive dançou o carimbó. E dança muito bem o carimbó, Senador Suplicy! A Governadora deu um show de carimbó, exatamente no dia em que uma menina estava sendo desumanamente crucificada dentro de uma cadeia, na mesma cidade, a cidade de Abaetetuba. Podiam ter feito também – eu fui lá, ontem, ver se havia sido feito – esta cena de buriti: uma menina

presa numa cadeia, e os policiais violentando a menina de 12 anos de idade. Caso semelhante aos que acabei de mencionar agora.

Eu queria ver a Governadora numa exposição, meu nobre Senador - e eu ia inclusive usar o microfone para elogiá-la; desculpe-me por estar desabafando -, eu queria ver a Governadora do meu Estado numa feira em que ela mostrasse o que ela ia fazer para combater a criminalidade no meu Estado. Aí eu ia aplaudir a Governadora. Mas chegar em feiras, como eu vi com os meus próprios olhos, Senador Eduardo Azeredo, não tem nada que ver com a cidade de Abaetetuba. Mas eu vi a Governadora exatamente no dia em que torturavam aquela criança. Ela não perde uma feira! Não perde uma feira! Seria ruim se se dissesse que a Ana Júlia não estava na feira de ontem. Não perde uma feira! E, na feira em que dá para ela dançar, ela dança. E dança bem. Não tenho nada que ver com a dança dela, é uma questão particular. Quero é parabenizá-la. Mas só há um meio de parabenizar a Governadora: pela dança dela. Pelo resto, tenho que lamentar. Agora, como dançarina, Ana Júlia Carepa, vou dizer, minha nota é dez para ti.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Romeu Tuma, do Estado de São Paulo.

**O SR. ROMEUTUMA** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>os</sup>s e Srs. Senadores, Senador Mário Couto, ouvi com atenção o seu pronunciamento. Eu só queria chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> pela angústia profunda que senti como ex-policial, presidindo esta Mesa, com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Realmente Abaetetuba fez a exposição. E sou testemunha de que V. Ex<sup>a</sup> lá esteve – eu conversei com V. Ex<sup>a</sup> – e que apenas não ficou na cerimônia do corte da fita, mas V. Ex<sup>a</sup> lá esteve. Conversou com os artesãos e com todos nós, comigo inclusive. Sou testemunha de que V. Ex<sup>a</sup> esteve presente.

Abaetetuba. A memória leva ao fato de colocarem uma menina, alegando que não tinha lugar, uma menor dentro de um presídio onde só havia homens. Esse sofrimento, provavelmente, todos levaremos nas nossas amargas vivências políticas.

V. Ex<sup>a</sup> falou do Salvaterra, e eu me assustei quando V. Ex<sup>a</sup> disse da violência praticada contra um jovem que foi pedir um prato de comida ou uma esmola. Fi-

cou paraplégico, e nenhuma providência de ordem legal foi tomada.

Então, deveria ser “Salva-alma” do prefeito. Temos que orar para a consciência dele, para que salve pelo menos a alma, porque a terra dele não pode salvar mais em razão do sangue que ele derramou sobre ela, conforme o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que ouvi com muita tristeza, muita amargura. E a mim, como policial que sou, V. Ex<sup>a</sup> pergunta onde está a Justiça. E eu também pergunto isso. E vamos cobrar do Ministério Público, da Polícia de Salvaterra, no Pará, as providências que foram tomadas. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que providencie o requerimento para que eu assine com V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Quero um segundo apenas para agradecer, Senador Tuma. Agradecer sua postura, sua dignidade, seu caráter. Conheci V. Ex<sup>a</sup> quando eu era Deputado Estadual; V. Ex<sup>a</sup> era Comandante da Polícia Federal. Eu lhe admirava tanto que, no elevador onde nós descemos, fiz questão de abraçá-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> fez um grande trabalho à frente daquela conceituada Polícia.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Obrigado.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Quero agradecer as referências ao meu pronunciamento e a gentileza de V. Ex<sup>a</sup> em afirmar que nós vamos, unidos, pedir providências para que se faça justiça naquela terra onde eu nasci, minha terra querida que eu amo e que não esqueço até hoje, mas sempre sofrida. Muito obrigado, Senador.

**O SR. ROMEUTUMA** (PTB – SP) – Não somente providência de ordem legal, mas também indenização para o jovem, para que ele possa sobreviver, visto que ficou impossibilitado de trabalhar. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem coragem e traz ao conhecimento público algo grave.

E outra coisa que V. Ex<sup>a</sup>... Desculpa-me ter anotado seu discurso, mas o caso do bispo de Marajó. Nós tivemos conhecimento – e a CPI da Pedofilia lá esteve – em razão da corajosa denúncia do bispo. E agora V. Ex<sup>a</sup> traz a notícia de que nenhuma providência foi tomada. Está registrado que a CPI da Pedofilia vai indicar esses elementos que praticaram o ato de pedofilia e, sem dúvida, alguma, continuará a pressionar para que realmente providências sejam tomadas, não contra um doente, mas contra um canalha que abusa de menores por prazer pessoal.

Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mário Couto. Vamos continuar lutando, porque um grito só poderá não chegar aos ouvidos dos responsáveis, mas, se todos nós fizermos o mesmo, sem dúvida, conseguiremos vencer a criminalidade, que traz tanta amargura para várias famílias em todo o País.

V. Ex<sup>a</sup> traz a da sua terra.

Temos que orar para salvar a alma dos sem-terra, lá em Salvaterra, porque infelizmente sujou-se de sangue o sagrado Município a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Mais uma vez, quero agradecer a postura de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que fiquei conhecendo a sensibilidade do seu coração em uma sessão. Por volta de uma hora da madrugada, quando desci da tribuna, acabara de fazer o meu pronunciamento com referência aos velhinhos deste País, olhei para V. Ex<sup>a</sup> e V. Ex<sup>a</sup> chorava. Era uma hora da madrugada. V. Ex<sup>a</sup>, comigo, com o Senador Paulo Paim e com outros Senadores, chorava por ver a angústia de cada um dos Senadores que usava da tribuna e por sentir na pele, naquele momento, por tudo que falávamos, como vivem os velhos neste País. V. Ex<sup>a</sup> é um homem sensível e acaba, mais uma vez, de provar a sua sensibilidade, estendendo a mão à minha pessoa para essa luta. Muito obrigado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Nós temos alma, temos coração. Podemos chorar pelo sofrimento dos outros, mas temos nas mãos a coragem e na cabeça a inteligência para lutar contra as injustiças que se praticam neste País. Somos aliados nisso: Eduardo Azeredo, Suplicy, Augusto Botelho. Todos nós, sentados nessas cadeiras hoje, aqui presentes, não deixaremos de, nesta noite, orar para podermos vencer a indignidade com que são tratados alguns brasileiros.

Senador Eduardo Azeredo, eu queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela reunião da Comissão Mista de Fiscalização, do Setor de Inteligência, por dignamente manter o convite ao Dr. Onésimo, que estava para ser contratado para fazer um trabalho em benefício das lideranças do PT na coordenação de campanha. Houve um apelo, mas V. Ex<sup>a</sup> se recusou a extinguir o convite. O Dr. Onésimo aqui esteve presente esta manhã e fez seu depoimento – não falarei sobre ele porque, como foi aberto, todos os Senadores poderão dele tomar conhecimento pelas notas taquigráficas. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela dignidade com que conduziu a reunião, pela liberdade que deu a todos os Srs. Senadores e ao próprio Onésimo. Tanto o PT quanto o PSDB e outros Partidos, nós mesmos tivemos oportunidade de, com toda liberdade, conversar a respeito do assunto.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e espero que, na Presidência, V. Ex<sup>a</sup> continue atuante – pelo valor que representa a Abin, que é um órgão importantíssimo para o Governo Federal – ao tomar suas decisões. E a Comissão de Fiscalização... Foi um artigo, Senador Augusto Botelho, Presidente querido, que eu coloquei quando veio da Câmara para cá, porque achava importante que uma atividade de inteligência fosse fiscalizada pelo Poder

Legislativo. Então, foi formada a Comissão Mista de Lideranças, maiorias e minorias nesta Casa.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Sr. Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Pois não, pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Há pouco mencionei a prefeita de Abaetetuba e queria recordar o nome dela até para a transcrição devida nas notas taquigráficas – V. Ex<sup>a</sup> esteve presente quando ela veio ontem. É a prefeita Francinete Maria Rodrigues Carvalho, de Abaetetuba. Eu queria aproveitar a oportunidade, mais uma vez, para convidar todas as pessoas para ver aquela tão bela exposição. Obrigado, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Eu queria me juntar a V. Ex<sup>a</sup> na homenagem à prefeita e dizer que comprei um barco e que eles vão me entregar ao final da exposição.

É interessante a gente explicar que é feito de uma palmeira, da família do buriti – não é, Senador Augusto, V. Ex<sup>a</sup> que conhece bem? Ela é leve, deve ser difícil trabalhar com ela, vi um artesão. Nossas homenagens àqueles que fazem parte dessa exposição que tanto significa o Pará e a Região Amazônica.

Eu trouxe aqui também um caso gravíssimo. Vou ser rápido, não vou lê-lo todo. Trata-se do indiciamento do tal lavrador de Pinheiro, cidade do Maranhão, que foi indiciado por sete crimes. Violentou e estuprou duas filhas e duas netas, todas do mesmo sangue. Ele estuprou as filhas e teve filhas com essas filhas, duas meninas que ele também violentou, como pedófilo, como um canalha que não merece nenhum respeito. Sei que a juíza está pedindo os DNAs para, realmente, completar o inquérito. E, sem dúvida nenhuma, a nossa expectativa é que a condenação o faça morrer dentro da cadeia, porque não merece viver no meio da sociedade. E não há a desculpa de dizer que a filha o atormentava com provocações. Seria um absurdo aceitar uma teoria de defesa desse tipo.

Eu queria também cumprimentar o Presidente Lula pela sanção da lei da torneleira eletrônica. Há mais ou menos cinco anos aqui estive, quando alguns presos deixavam a cadeia e desapareciam, não retornando, quando tinham um benefício qualquer de Natal ou visitação à família, algumas vantagens que a lei permite. E ela se tornou uma necessidade maior com o caso de Luziânia, em Goiás, onde um marginal condenado saiu da cadeia porque tinha um “bom comportamento”. Eu nunca vi bandido ter mal comportamento na cadeia. Só aqueles que se matam entre si. Aí se apresenta, realmente, uma prática de crime. Mas a maioria fica quietinha ali, tenta ganhar a simpatia da

diretoria e dos seus companheiros. Ele saiu e, uma semana depois, assassinou um garoto pela prática de pedofilia e mais cinco de que nós temos conhecimento, seis. Parece-me que mais um corpo foi encontrado no mesmo local onde ele abandonou as crianças que ele violentou e assassinou. De forma que essa tornozeleira tem uma importância muito grande.

Eu trouxe a esta tribuna a tornozeleira, que foi emprestada por uma pessoa da polícia americana. E o uso dela tem tido um bom resultado para acompanhar aqueles que recebem o benefício. Eles são realmente fiscalizados por meio de satélite.

Na primeira vez que apresentamos o projeto, houve reclamação de que quebraria a dignidade da pessoa humana, o que é um absurdo. A tornozeleira não precisa ficar exposta. Ela fica sob a calça, sob a camisa. Então, é uma necessidade porque o preso não respeita os benefícios que lhe são concedidos por lei. Então, é obrigação da justiça acompanhá-las, porque não há pessoal suficiente para fiscalizar um preso que goza de um benefício. Então, a pulseira eletrônica ou a tornozeleira eletrônica, sem dúvida nenhuma, vai ter uma eficiência grande para acompanhar os presos que recebem o benefício.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, pela amabilidade em permitir que eu trouxesse esses assuntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Tuma, se a tornozeleira já tivesse sido implantada, nós não teríamos perdido aqueles jovens que morreram aqui pertinho de Brasília.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – É verdade, em Luziânia. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo raciocínio correto que faz.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por permitir que eu usasse do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as notícias dos jornais de hoje trazem a informação de que a candidata do governo à Presidência, quero crer que padecendo de algum tipo de desinformação, afirmou que lei aprovada durante o governo do PSDB impediu que fossem criadas centenas de escolas no País.

Ora, todos sabemos que isso não é verdade. O governo do PSDB, ao contrário, deu importante passo à frente, ampliando fortemente o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, o programa Todos na Escola.

De acordo com o monitoramento global efetuado pela Unesco, durante os anos de 2001 e 2002, o número de matrículas no Brasil cresceu, deixando o

País, naquela altura, na 37<sup>a</sup> posição, ou seja, entre as 41 nações que figuram no primeiro time educacional entre as 127 que são monitoradas pela instituição.

Agora, infelizmente, os dados do mesmo monitoramento global, em 2010, mostraram o Brasil na 88<sup>a</sup> posição, sendo que em 2008 estava na 80<sup>a</sup>.

Portanto, está caindo. Nós já estivemos na 37, passando para a 80<sup>a</sup>; agora, 88<sup>a</sup>. São oitenta e sete países em posição melhor que a nossa.

O documento revela que o país tem o maior número de crianças sem acesso à escola na região do Caribe e América Latina. No comparativo mundial, o Brasil é hoje a 12<sup>a</sup> Nação com população infantil, em idade escolar, não atendida.

Outro dado aponta que a taxa brasileira de repetência, no ensino fundamental, é ainda bem superior à média dos demais países da região: 19% de repetência contra 4%, que é a média.

Nobres colegas, mais uma vez, o Governo e sua candidata inventam histórias sobre a gestão do meu partido na busca de comparações. Nós não tememos essas comparações. Posso afirmar que o PSDB e seus governos estaduais e Federal sempre deram prioridade efetiva à educação.

Em Minas Gerais, por exemplo, quando fui Governador, os investimentos desse setor, setor de educação, foram de 46% da arrecadação, 44%, 45%, e, novamente 44%, em 1995, 1996, 1997 e 1998. Portanto, uma média de 45% de tudo que se arrecadava foi aplicado na educação.

Eu não tenho realmente conhecimento de que um percentual tão grande tenha sido alcançado em nenhuma outra unidade estadual do Brasil, de que nenhum Estado tenha investido 45% na educação, como fizemos naquele período, buscando exatamente maior inclusão de alunos, buscando pagar salários mais adequados, buscando o treinamento e a qualificação dos professores, programas importantes que fizemos naquele período exatamente de criação de bibliotecas, de informatização. Isso tudo evidentemente resultou numa melhoria da qualidade da educação do Estado, que teve avaliação da melhor posição entre todos os Estados brasileiros.

A lei, na verdade, exige que os Estados invistam em educação 25% de suas receitas. Nós investimos em Minas 45%.

Portanto, não é ficar buscando o passado, mas lembrando o passado para mostrar a importância da prioridade efetiva para a educação. E a educação, como todos sabem, está na origem de tudo. Quando se comenta, por exemplo, questão de corrupção no País, a origem está exatamente numa educação deficiente.

Ainda esta semana, eu viajava com o Governador de Minas, Antonio Anastasia, que me falava da tristeza em ver que aeroportos que tiveram iluminação instalada para voos noturnos, na maioria das vezes, Senador Augusto Botelho, para atendimento de saúde de emergência, têm tido as instalações roubadas. Os fios, as lâmpadas são roubados. O Governo instala. São aeroportos evidentemente em locais mais ermos, o que dificulta a fiscalização.

Roubam-se até lâmpadas de aeroporto. O mesmo acontece com tampa de bueiro. Então, esse processo tem que ser estancado exatamente com a educação, com a prioridade efetiva à educação, com respeito inclusivo às autoridades, com respeito às instituições e evidentemente o processo de punição a quem transgredir essas linhas.

Este é um problema que realmente aflige muito: ter a noção correta do que é cidadania, a noção correta do que é comportamento em sociedade, do que é viver coletivamente, do que é viver especialmente nas áreas urbanas.

Senador Botelho, eu já tive oportunidade de lembrar aqui que, numa viagem que fizemos à Guiana Francesa, chamou-me a atenção uma frase que estava num local reservado para pessoas deficientes estacionarem seus carros. A frase era assim: se você quer usar a minha vaga, leve também a minha deficiência. Isso mostra exatamente que essa transgressão, infelizmente, não é só aqui no Brasil, não, pois em outros locais acontece o mesmo. Então, são pequenas transgressões: estacionamento em local proibido, não dar nota fiscal, o profissional liberal perguntando se quer recibo.

O caminho para termos a cidadania efetiva é, evidentemente, um investimento maior na educação. A educação é o principal pilar do desenvolvimento de um país. Por isso, eu me orgulho muito de lembrar que, em Minas Gerais, investimos quase o dobro do que prevê a legislação, que era 25%.

Aliás, eu abro parêntese para informar aos colegas que estou apresentando proposta de emenda constitucional para elevar o percentual de 25% para 30%. O percentual de 25% foi fundamental para que o Brasil avançasse na educação, mas podemos, sim, vincular um pouco mais, vincular 30%. Para que vincular 30%? Para acabarmos com o analfabetismo, para termos uma qualidade na educação, para termos educação infantil atendida e não ficarmos, como está aqui, como a décima segunda nação com população infantil em idade escolar não atendida.

Portanto, estou apresentando essa emenda constitucional para a qual espero ter o apoio dos colegas Senadores.

Vamos voltar a essa afirmação da candidata do Governo, reincidente em afirmações que não são verdadeiras, de que a educação foi prejudicada na gestão do PSDB. Referia-se somente à modificação que foi feita na Lei nº 9.649, de 1998, que, na verdade, dividiu entre a União, Estados e Municípios a responsabilidade pela manutenção das escolas. Aliás, a lei dizia que novas escolas técnicas deveriam ser criadas pela União sempre em parceria com os Estados, o setor produtivo ou entidades do terceiro setor. Para quê? Para termos escolas técnicas vinculadas à cultura da região, às necessidades da região.

Segundo o ex-Ministro da Educação Paulo Renato, “houve a descentralização através de parcerias com Estados, Municípios e entidades comunitárias que levaram à ampliação da rede do ensino profissionalizante com a construção de um bom número de novas escolas técnicas. Para tal, foram transferidos recursos para os parceiros e esse processo de descentralização levou a que o ensino das escolas técnicas estivesse em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho local”. Portanto, era um ênfase em respeitar as necessidades de mercado local fazendo parceria nas escolas técnicas com os Estados, Municípios e entidades privadas.

Ainda de acordo com a explicação do nosso ex-Ministro Paulo Renato, o Presidente Lula, ao chegar ao poder, federalizou essas escolas técnicas já em funcionamento na sua grande maioria e passou a apresentá-las como se tivessem sido criadas por seu Governo.

Para ficar na questão das escolas técnicas, vamos lembrar ainda que, em São Paulo, elas são, atualmente, 168, o dobro do número existente quando o Governador José Serra assumiu o Governo, em 2007. Portanto, quem fez pode ter credibilidade de afirmar, em sua campanha, que avançará mais.

As Fatecs, que são as Faculdades de Tecnologia, eram nove quando Mário Covas assumiu, em 1995, eram 26 após Geraldo Alckmin e serão mais de 50 no final deste ano.

Também em Minas Gerais, durante a gestão do Governador Aécio Neves e agora, com o Governador Antônio Anastasia, foram implantados 14 Centros Solidários de Educação Infantil, uma iniciativa do Serviço Voluntário de Assistência Social – Servas, e do Governo. Esses centros visam assegurar os direitos das crianças de zero a seis anos, oferecendo cuidados em tempo integral e em todas as áreas. Apesar de a educação infantil ser responsabilidade, pela Lei de Diretrizes e Bases, dos Municípios, os Estados podem, evidentemente, e devem apoiar e ter uma ação solidária, assim como o Governo Federal deve também participar

desse esforço para que o ensino infantil realmente esteja presente e não ficar apenas aguardando que os Municípios tomem essas providências.

Aécio e Anastasia também criaram o Poupança Jovem, outro programa de educação em Minas. Como o próprio nome diz, o programa visa garantir uma poupança de R\$1.000,00 ao ano para alunos do ensino médio da rede estadual. Trata-se de uma contrapartida à permanência na escola e à participação do aluno na vida comunitária.

Portanto, não venham o Governo e sua candidata, mais uma vez, com inverdades, com mentiras – eu, mineiramente, costumo usar a expressão “não é verdade” em vez de falar “é mentira”, mas tem hora em que é preciso falar “é mentira” –, na tentativa, a meu ver, de fugir de um debate sério sobre a questão de extrema importância.

O candidato José Serra disse que falássemos uma verdade sobre eles toda vez que falassem uma mentira sobre nós. E a verdade é que as estatísticas mostram uma realidade bem diferente daquele exaltada por aí. Ainda de acordo com o IBGE, 15,9% dos jovens de 15 a 17 anos estavam fora da escola em 2008. No mesmo ano, havia ainda, no Brasil, 14 milhões de analfabetos, o equivalente a cerca de 10% da população de 15 anos ou mais. As taxas de evasão escolar e de repetência, infelizmente, continuam altas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo e sua candidata espalham inverdades sobre as gestões do PSDB, na tentativa de fugir do debate, de fugir das reais comparações que devem ser feitas. O PSDB se orgulha de ter a educação como uma prioridade de fato, como eu me orgulho, e os professores e as professoras de Minas são testemunhas desse esforço. Muitos até, na época, não compreenderam nem valorizaram devidamente. Passado o tempo, reconhecem hoje o grande esforço que fizemos na época destinando 45% da arrecadação do Estado para a educação com resultados efetivos. O tempo passou e hoje, felizmente, há esse reconhecimento. E não foi só o meu Governo, em Minas, pois é assim também com o Governo do PSDB em São Paulo, com o atual Governo do PSDB de Minas, com o Governo Federal do PSDB, com o projeto Todos na Escola.

É importante, portanto, que não tenhamos uma fuga da realidade educacional do País. Essa realidade não é uma maravilha que às vezes é pregada. Precisamos de mais atenção para a educação, para a educação infantil, para a educação de adultos, para exterminarmos o analfabetismo, para que o Brasil possa avançar mais.

É verdade, sim, que tivemos uma universalização da educação, até porque diminuiu a taxa de fertilidade

no Brasil, a taxa de nascimentos, e assim hoje não precisamos construir tantas escolas como precisávamos no passado. Mas, por outro lado, nós precisamos avançar na educação infantil, avançar na permanência na escola, avançar na qualidade, na escola integral, no uso de computadores, na chamada inclusão educacional, no fim do analfabetismo. Portanto, Sr. Presidente, há muito ainda por ser feito e a educação continua sendo a principal prioridade do poder público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador. Acho que realmente as escolas têm que passar para tempo integral. Qualquer que seja o candidato que ganhar, ele tem que aumentar o número de escolas de tempo integral neste País.

Senador José Nery com a palavra, por ordem de inscrição.

O Sr. José Nery é do Pará, de Ananindeua...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – De Abaetetuba!

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – De Abaetetuba. Desculpe-me.

Abaetetuba é terra do miriti, da arte miriti. A arte miriti é uma arte feita com o talo da folha... Lá em Roraima, seria do buriti. Mas o miriti é um palmeira parecida com o buriti também. É uma arte muito interessante.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – É a mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – É a mesma. É uma arte que tem uma exposição aqui, no Salão Branco, muito bonita aliás, com obras muito interessantes, brinquedos e figuras. Inclusive, há uma jiboia de quase doze metros pendurada no teto.

Com a palavra o Senador José Nery.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Augusto Botelho, Srs e Srs. Senadores, de fato, venho à tribuna nesta tarde para fazer – mesmo que isto já tenha sido feito por vários dos nossos colegas Senadores – o registro da realização pelo Senado Federal da exposição denominada “Miriti: Arte da Amazônia”, que ontem foi aberta no Salão Branco do Congresso Nacional, com a presença de dez Senadores, de várias regiões do País, entre os quais V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho, os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Mário Couto, Flexa Ribeiro – os dois últimos do Pará –, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Jayme Campos e o Senador Heráclito Fortes, que, na condição de 1º Secretário da Casa, envidou e garantiu todas as condições, em nome da Mesa Diretora, para que os artesãos da minha cidade, ABAETETUBA, do Baixo Tocantins paraense, pudessesem aqui, pela primeira vez, expor o resultado do seu tra-

balho, a arte do brinquedo e do artesanato de miriti, essa palmeira abençoada que conhecemos no Ceará, no Piauí, no Maranhão e na Amazônia.

Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador José Nery, eu gostaria de registrar que os artesãos estão todos ali nas galerias. Acabo de notar todos eles nas nossas galerias. Sugiro à nossa TV Senado que dê um foco neles para que todo o pessoal do Pará veja os seus artistas aqui.

Desculpe, Senador José Nery, mas era para aproveitar este momento.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – V. Ex<sup>a</sup>, na Presidência, ao determinar que a nossa TV possa aqui mostrar ao Pará e ao Brasil a fisionomia, a face daqueles que tanto orgulham o nosso povo e a nossa gente, como amazônidas, ribeirinhos, moradores de uma cidade, a nossa querida Abaetetuba; V. Ex<sup>a</sup>, com esse gesto, presta uma homenagem ao Pará, a Abaetetuba, aos nossos artesãos que aqui representam duas associações: a Associação dos Artesãos de Miriti de Abaetetuba (Asamab) e a Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong). Cada uma com cinco representantes aqui. Asamab representada pelo presidente Desidério, e a Militong representada pelo companheiro Valdeli. Há aqui artesãos jovens, inclusive, que nos dão grande exemplo de como a arte e o trabalho podem ser utilizados para dignificar as pessoas, para gerar renda e para fortalecer e afirmar as nossas raízes culturais.

Sem dúvida, quando V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho, na Presidência da Casa, faz esse registro, o Senado Federal presta uma homenagem aos artesãos de Abaetetuba, cidade onde moro há 25 anos. Como todos sabem, sou cearense de origem, de Pena Branca, tendo exercido e começado minha militância e independência em Crateús, nos sertões do Ceará. Mas, Senador Suplicy, exatamente no último dia 11 de junho, completaram-se 25 anos que moro em Abaetetuba e trabalho no Pará em prol daquilo que considero fundamental: a luta pelos direitos humanos, pela cidadania, por participação popular, por uma nova cultura política que faça com que cidadãos e cidadãs se sintam protagonistas de todos os esforços para melhorar nosso País. E, sem dúvida, é gratificante ter a oportunidade de registrar aqui, no Senado Federal – no plenário e nesta tribuna –, a realização dessa exposição que representa um pouco da alma, da criatividade e da inventividade de nossa gente.

Eu sei que temos muitos desafios e que o Pará vive, muitas vezes, tremendas tragédias. Mas quero chamar atenção aqui para o que de bom conseguimos

realizar e que nem sempre tem a mesma difusão das más notícias. A boa notícia é a do povo trabalhador, das pessoas vinculadas às diversas formas de arte no meu Estado, e o artesanato é uma dessas expressões. E o artesanato de miriti é especial, é algo que marca, de forma muito visível. É nosso cartão postal em Abaetetuba.

Com essa exposição aqui no Senado Federal, onde todo o Brasil está representado, todos os Estados, toda a Federação, Senador Augusto Botelho, podemos mostrar para o Brasil o que de bom fazemos, o que de bom o nosso povo sabe criar de forma extraordinária.

Portanto, considero essa exposição um marco não só para artesãos, para Abaetetuba, para o Estado do Pará e para a cultura paraense, mas um marco para esta Casa, que, ao acolher, apoiar e realizar essa exposição, demonstra a abertura, o acolhimento e que expressões da cultura popular brasileira podem ser mostradas ao País nos salões de exposição do Congresso Nacional.

É com enorme satisfação que acolho o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Nery, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de ter trazido a exposição de Abaetetuba, cidade que V. Ex<sup>a</sup> abraçou como moradia, cidade cujas qualidades, cujos problemas aprendeu a conhecer e, em especial, por ter trazido a exposição da arte em miriti. Fiquei muito bem impressionado ontem, quando conheci o trabalho desses artesãos, que aqui nos honraram com a sua presença; pessoas das mais diversas idades que ali aprenderam a realizar modelos inspirados nos animais da selva amazônica, nos peixes dos rios do Pará e, obviamente, do Oceano Atlântico, assim como também em todas as coisas da floresta e nos barcos. Ali estão, por exemplo, bonitas árvores de Natal que têm dependuradas algumas coisas típicas do Pará, como diversos tipos de pássaros, desde papagaios a tantos outros que V. Ex<sup>a</sup> conhece desde moço. Quero cumprimentar a todos os artesãos que aqui se encontram e estimular as pessoas, sobretudo as que moram em Brasília, aqui perto, e aos visitantes do Congresso Nacional, a comparecerem ao Salão Branco, junto à Chapelaria, na entrada da Casa, para ali conhecerem essas peças tão bonitas. Conforme informação dada por V. Ex<sup>a</sup> ontem, essas peças podem ser adquiridas a preços módicos. São brinquedos e peças lindas para as pessoas terem em casa. As crianças, sobretudo, vão gostar muito. Eu vou escolher algumas para levar para os meus cinco netos e recomendo aos demais Senadores e pessoas que trabalham na Casa e que nos visitam, porque certamente vão apreciar muito. Então,

quero aproveitar para, então, também cumprimentar a Governadora Ana Júlia Carepa, nossa ex-colega no Senado, que aqui esteve ontem, prestigiando essa exposição, assim como a Prefeita Francinete, com quem dialoguei – V. Ex<sup>a</sup> foi testemunha – e me dispus, junto a ela, a fazer de Abaetetuba um exemplo pioneiro da renda básica de cidadania. Quero ajudá-la e a V. Ex<sup>a</sup> a realizar esse objetivo. Parabéns.

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Agradeço muito, Senador Suplicy, o seu aparte e a sua presença ontem na abertura da exposição. Essa exposição foi possível graças ao apoio do Senado Federal, mas contou com a participação e o apoio do Governo do Estado do Pará, e, de público, também agradeço a presença da Governadora Ana Júlia Carepa no evento que ontem aqui realizamos, bem como agradeço a presença da Prefeita Francinete Carvalho, que aqui esteve. Ambas, a Governadora, representando o Estado, e a Prefeita, representando o Município, tiveram a oportunidade de expressar, na abertura da exposição “Miriti: Arte da Amazônia”, a sua visão sobre a cultura, a arte e as possibilidades que pode ter o povo paraense a partir da valorização, do fortalecimento da cultura popular e da arte, inclusive transformando essa nossa produção cultural e artística em fatos importantes para fortalecer a política do turismo, para que mais brasileiros e pessoas de outras nações que visitem o Brasil descubram, de fato, que a Amazônia e o Pará, em especial, têm belezas naturais, praias de rios, uma gastronomia única, a floresta, rios, belezas naturais que só é possível encontrar na nossa região.

Esperamos que essa exposição e outras tantas que podem ser realizadas – inclusive, há uma participação de artesãos paraenses na Feira da Agricultura Familiar que, neste momento, acontece aqui, em Brasília – sirvam como oportunidades para mostrar ao Brasil e ao mundo as belezas da Amazônia, as belezas do Pará, as belezas de Abaetetuba, nossa cidade, nosso Município.

Essa arte popular tornou-se conhecida a partir também do mais importante evento religioso do País. Eu me refiro à procissão do Círio de Nazaré, em Belém, que, no segundo domingo de outubro, reúne mais de 2 milhões de pessoas, numa manifestação que impressiona não só pela quantidade de pessoas, mas pela fé, pela confraternização que o Pará vive no momento da festa de Nossa Senhora de Nazaré. E o Círio tem três símbolos fundamentais. O primeiro é a berlinda que conduz a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. O segundo é a corda em que as pessoas fazem e pagam as promessas. Elas vão segurando a corda do Círio de Nazaré. O terceiro símbolo é o brinquedo de Miriti,

que é levado na procissão em girândolas, e as pessoas podem adquiri-lo durante a procissão mesmo.

Desde 1997, Senador Augusto Botelho, numa iniciativa e com apoio decisivo do ex-Prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, os artesãos passaram a ter o apoio fundamental, e eles aqui são testemunhas do que estou dizendo, de que as feiras organizadas na Praça do Carmo, na Praça da Matriz e, hoje, na Praça Waldemar Henrique são formas de apoio a esse artesanato, que cada vez mais precisa ser conhecido e difundido em nosso País.

A próxima grande edição do evento da arte do Miriti se dará por ocasião da Feira Internacional de Turismo da Amazônia, que se realizará em Belém do Pará, de 12 a 15 de outubro, no Hangar Centro de Convenções da Amazônia. E, em diálogo com a diretora daquele centro de convenções, Sr<sup>a</sup> Joana Pessoa, que, por sinal, é oriunda do Município de Abaetetuba, em diálogo que realizamos nos últimos dias, ficou acertada a participação dos artesãos de Miriti e de Abaetetuba no evento de turismo que deve reunir pessoas, empresas de todo o País, em Belém do Pará, de 12 a 15 de agosto próximo.

Quero também agradecer, Sr. Presidente, aos servidores do Senado Federal que ajudaram e tiveram papel fundamental na organização dessa exposição. Em especial, à diretora e aos servidores da Secretaria de Relações Públicas, que foram incansáveis para que nós pudéssemos ter a satisfação de apreciar uma exposição com brinquedos, com artesanato de Miriti, tão singelos, porém tão significativos da alma amazônica, paraense e abaetetubense. Agradecer à Curadoria de Artes do Senado, que também envidou todos os esforços para que pudéssemos ter aqui esse evento, com brilhantismo, que todos nós pudemos presenciar desde o dia de ontem. A exposição ficará aberta ao público no Salão Branco do Congresso Nacional até o dia 22, na próxima terça-feira.

Portanto, ao fazer esse registro, Sr. Presidente, tenho exatamente o sentido de agradecer, de dizer que a equipe que veio de Abaetetuba tem, na pessoa da Prof. Chica, alguém muito comprometida com a beleza, com a luta, com a cultura, com a difusão da nossa arte. Prof. Chica, assim popularmente conhecida, que coordena, junto com várias organizações, o CDL, a Associação Comercial, o Conselho da Mulher Empresária, a Asamab, a Miritong e outras organizações, a Prefeitura Municipal, a Fundação Cultural, e organiza anualmente o Miritifest, o festival do miriti que, este ano, realizou a sua sétima edição.

Então, à Prof. Chica também os nossos agradecimentos pelo empenho, pela forma como contribuiu e aqui está presente, acompanhando todos os passos

dessa organização, o nosso profundo agradecimento. Por último, a V. Ex<sup>a</sup>, que agora preside a sessão e que ontem nos deu a honra, bem como o Senador Cristovam Buarque aqui presente, que nos deram a honra, ao lado de outros colegas, já nominados, de estar presentes, e assim apoiar concretamente essa iniciativa, que, na verdade, valoriza a cultura paraense, a cultura do povo amazônida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> tomou uma iniciativa brilhante. Fico feliz de ver que, entre seus artesãos, há jovens. Ou seja, essa arte não vai se acabar. Ela vai continuar, e espero que continue por muitos e muitos séculos na nossa Amazônia.

Antes de passar a palavra ao Senador Neuto de Conto, gostaria de pedir ao Senador Cristovam Buarque que registrasse presença para poder atingir o *quorum*. Obrigado.

**O SR. NEUTO DE CONTO** (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabo de receber a revista *Star Magazine*, catarinense, tendo como editor-chefe, Ricardo Silva. É uma revista muito interessante. Faço questão de enaltecer a sua qualidade, o material ali produzido, que trata desde móveis, imóveis, informática, automóveis, motos, aviões, barcos, esporte, tecnologia.

Mas, Sr. Presidente, chamam-me a atenção as páginas 44 e 45, que tratam de “*O Planeta Pede Socorro*”.

E, para falar no Planeta pede socorro, eu vou ler os números e os dados citados na página 45.

A vida surgiu, Sr. Presidente, há 4 bilhões de anos; nós, humanos, há apenas 200 mil anos. Nos distinguimos das outras espécies animais pela capacidade de raciocinar. É hora de ler as estimativas e pensar sobre o que queremos para o futuro:

– Em todo o Planeta, uma em cada 4 pessoas vive como se vivia há 6.000 anos.

– 20% da população mundial consome 80% dos recursos do planeta.

– O mundo gasta 12 vezes mais em despesas militares que em ajuda a países em desenvolvimento.

– Cinco mil pessoas morrem por dia por ingestão de água poluída.

– Um bilhão de pessoas no mundo não dispõem de água potável.

– Um bilhão de pessoas no mundo passam fome.

– Quinhentos milhões de habitantes vivem em terras desertas pelo mundo – mais que toda a população da Europa.

– Há uma previsão de que pelo menos duzentos milhões de refugiados em 2050.

– 40% das terras aráveis já sofrem danos de longo prazo ou irrecuperáveis.

– Todos os anos, treze milhões de hectares de floresta desaparecem.

– Países ricos não serão poupadados. Todos acabarão sendo atingidos pelas secas. Na Austrália, 50% das áreas de cultivo já foram afetadas.

– Em apenas 40 anos, a floresta amazônica ficou reduzida em 20%, Sr. Presidente.

– Em volta do pólo norte a calota glacial perdeu 30% de sua área de superfície em 30 anos.

– A calota glacial é 40% mais fina do que era há 40 anos.

– O gelo da Groenlândia contém 20% de água potável do planeta inteiro. Ele derrete em ritmo acelerado, devido aos gases do efeito estufa. Quando derreterem totalmente, os níveis dos mares aumentarão quase 7 metros.

– 70% da população mundial vive em planícies costeiras. Se o nível do mar sobe, invade o lençol freático, tornando a água potável imprópria para o consumo humano.

– Na África, o monte Kilimandjaro já tem somente 20% de suas geleiras. Os picos mais altos do mundo, no Himalaia, a neve está recuando rapidamente. As geleiras do Himalaia são as fontes de todos os rios da Ásia. Dois milhões de pessoas dependem deles para obter água potável e irrigar suas colheitas.

– Por todo o planeta, 1 em cada 10 rios já não deságua mais no mar por vários meses do ano.

– Um em cada 4 mamíferos, um em cada 8 pássaros, um em cada 3 anfíbios está ameaçado de extinção.

– Até 2050, 25% das espécies da terra poderão estar ameaçadas de extinção.

– Espécies estão morrendo a um ritmo mil vezes mais rápido que o natural.

– Desde 1950 a pesca quintuplicou, passando de dezoito milhões para 100 milhões de toneladas métricas por ano.

– Peixe é a principal dieta de 1 em cada 5 humanos – três quartos dos locais de pesca estão esgotados, vazios, ou em redução perigosa.

Sr. Presidente, são alguns dados para muita reflexão. São dados que colho e dos quais me sirvo, publicados nesta revista *Star Magazine*, que chega às minhas mãos e traz alguns artigos de importância fundamental. Mas esse dá o poder para refletirmos, para encontrarmos nessa reflexão o que a humanidade terá que fazer para preservar a si mesma. Para que o próprio ser humano encontre no meio ambiente ou em todo o processo de destruição – feito pelo poder humano – a solução para que, no dia de amanhã, as nossas gerações tenham esperança, fé e prosperidade dentro da atual realidade da vida no mundo.

Por isso, Sr. Presidente, agradecendo às Sras e aos Srs. Senadores esse espaço e a oportunidade que me deu o Senador Suplicy para falar na sua frente, registro neste dia esses números de muita preocupação, mas na certeza de que os homens públicos terão força e vontade para também participar e ajudar a fim de que não aconteçam essas catástrofes previstas.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Neuto de Conto, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina, e o cumprimento pelas reflexões que traz ao Senado Federal e, em consequência, ao povo brasileiro. É um verdadeiro alerta para o abismo para o qual estamos caminhando. A natureza não se cansa de nos avisar, mas nós humanos, Governos, instituições e pessoas, parecemos insensíveis diante daquilo para que a natureza está nos chamando a atenção.

Os dados da revista que o senhor acabou de mencionar não são só preocupantes. Eles são estarrecedores, diante da necessidade do desafio de encontrarmos respostas para os desastres ambientais, para o aquecimento global. Creio que devemos assumir compromissos cada vez mais claros na direção de enfrentar essa questão ambiental como uma questão estratégica e fundamental para o futuro da vida no Planeta.

Parabéns e meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Até sugerir que o texto – como outras contribuições e debates que tenho feito no Senado –, fosse enviado a todas as escolas do Brasil, para que possamos avançar e criar na sociedade as possibilidades de combater o aquecimento global e todos os crimes, a violência contra o meio ambiente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que fala na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores. Logo em seguida, usará da palavra o Senador Augusto Botelho, de Roraima.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP).

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente José Nery, observo o Senador Cristovam Buarque dialogando com os servidores dos mais diversos Ministérios, que, hoje, fazem um apelo a nós. Eu queria aqui fazer um apelo a todos os Senadores que estejam presentes na Casa para virem ao plenário, se possível às dezesseis horas, na hora da Ordem do Dia, para que possamos apreciar e votar. Então, se os Senadores vierem ao plenário, teremos condições. Inclusive os Líderes que puderem estar presentes, já que houve a anuência dos diversos Srs. Líderes. De acordo até com a informação que obtive no gabinete da Liderança do Governo, há entendimento para votarmos o Projeto de Lei nº 88, de 2010, de iniciativa do Presidente da República, já apreciado e votado na Câmara dos Deputados.

Então, se tivermos condições de votar com o quórum necessário, poderemos fazê-lo, já que, pelo que entendi, há consenso de todos os Srs. Líderes, que assinaram requerimento de urgência.

Então, é o apelo que faço aos Srs. Senadores que estiverem presentes na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Permita-me, Senador Eduardo Suplicy.

Quero informar a V. Ex<sup>a</sup>, aos Srs. Senadores e aos servidores de diversos órgãos públicos que se encontram na Casa, aguardando o projeto que diz respeito à regulamentação dos direitos fundamentais, que há um requerimento de urgência de todos os Líderes para ser aqui votado e há consenso, portanto, quanto à aprovação da matéria. Contando aqui com a presença dos Srs. Senadores que estão na Casa, e na Relatoria do projeto a Senadora Serys Slhessarenko.

De modo que estamos aqui no esforço para que possamos, ainda no dia de hoje, na Ordem do Dia, votar projeto de interesse dos servidores públicos de vários órgãos federais.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, respondendo, então, ao apelo que V. Ex<sup>a</sup> formulou.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estive hoje presente na cerimônia realizada ali na Concha Acústica de Brasília, onde estiveram também presentes o Presidente Lula, o Ministro Guilherme Cassel e inúmeros representantes de movimentos sociais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais, da Contag, da Via Campesina e tantos outros, a Senadora Serys Slhessarenko também esteve lá, inúmeros Ministros de Estado. E quero dizer que pretendo fazer uma apreciação do desenvolvimento dos planos do Ministério de Desenvolvimento Agrário, inclusive da evolução da reforma agrária realizada durante esses sete anos e meio, até o presente. Quero fazê-lo na próxima

semana, inclusive com os dados que pretendo reunir para uma análise mais completa, porque reservei o dia de hoje para falar sobre um extraordinário fenômeno que acontece em São Paulo.

Eu gostaria de falar, Sr. Presidente, como a São Paulo Fashion Week tornou a moda um fator de inclusão social.

A moda, Senador Neuto de Conto, que já foi fator de exclusão, é hoje um fator de inclusão na avaliação de uma das pessoas que mais acompanham o que acontece com a moda no Brasil e no mundo, a Glorinha Kalil, pessoa com quem tenho afinidade desde os tempos em que fomos colegas na escola Nossa Senhora das Graças, o Gracinha, quando fizemos o curso primário. Era então na rua Maranhão, em São Paulo, em frente a Igreja Santa Teresinha, mas hoje está no Itaim Bibi, na rua Tabapuã, e continua sendo uma das melhores escolas de São Paulo.

Há algum tempo venho acompanhando o que tem se constituído em um evento de extraordinária importância para a economia brasileira e, em especial, a paulista, o São Paulo Fashion Week – SPFW. Ao lado do campeonato mundial da Fórmula 1, da Parada do Orgulho LGBT, da Virada Cultural e de tantos outros, esse é um dos eventos que mais movimenta São Paulo e reúne pessoas de todos os cantos.

Esse empreendimento se tornou um marco na história da moda no Brasil e no mundo. Além de contribuir para a economia, gerar empregos, valorizar a cultura brasileira, a beleza e a arte, se expandiu para além das fronteiras, se aprimora cada vez mais e, agora, se insere nas questões do mundo moderno.

Até os anos 90, as influências da moda vinham para o Brasil por meio do mercado europeu. As revistas brasileiras de moda elaboravam seus editoriais com base em revistas internacionais, e todos os aspectos que envolvem esse setor e que nos levam a ver a moda como um grande negócio não eram considerados conjuntamente.

A produção do mercado têxtil era ditada pelo mercado têxtil internacional, e o Brasil, de certa forma, importava a moda. O que se produzia aqui não tinha qualquer relação com o que era valorizado como moda.

Paulo Borges, idealizador do São Paulo Fashion Week, que veio de São José do Rio Preto para São Paulo, nos anos 70, para estudar computação e comércio exterior, disse que a moda foi acaso em sua vida. Começou ajudando um amigo, proprietário de uma loja, a montar um desfile e, a partir daí, não parou mais de receber convites, até que foi ser assistente na direção da revista *Vogue*. Com o sucesso de seu trabalho, foi percebendo que havia um universo muito maior

a ser explorado. E foi assim que começou a produzir desfiles, conheceu a “cooperativa de moda”, que era formada por vários estilistas, em um movimento geral de interesse pela moda.

Em 1993, o atual diretor do SPFW, hoje associado a inúmeros outros profissionais, criou um evento de moda denominado *Phytoervas Fashion*. Segundo ele, a visão mais ou menos comum a todos era a de que um país de enorme variedade cultural deveria usar isso para alimentar e produzir a sua moda.

Paulo Borges disse que tinha como objetivo criar uma cultura de moda no Brasil. Três anos depois, em 1996, aconteceu o Morumbi Fashion Week. Mais estruturado, foi quando surgiram os nomes das modelos de sucesso, como Gisele Bündchen, Ana Cláudia Michells, Isabelli Fontana e outros grandes nomes do mundo da moda brasileira, inclusive masculina, como Ricardo Almeida, Ronaldo Fraga e Reinaldo Lourenço, para citar alguns.

Em 2001, o evento passou a chamar-se São Paulo Fashion Week (SPFW) e é considerado hoje um dos maiores eventos de moda do mundo. Os R\$600 mil movimentados no primeiro evento, em 1993, saltaram para cerca de R\$6 a R\$7 milhões nas suas últimas edições.

As fronteiras da moda ampliaram-se, e, além de valorizar os aspectos culturais, a variedade de cores e o clima tropical, esse setor passou a compor a lista de pontos que contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do País. Além de posicionar o Brasil no mundo da moda, o evento já foi marcado por campanhas contra a fome, pela prevenção do câncer e da Aids, reciclagem do lixo e educação.

Há duas edições anuais: em janeiro e em junho. Em janeiro, se procura mostrar aqueles elementos da moda – os vestidos, as vestimentas, os termos – para as estações futuras do inverno e da primavera. A Fashion Week apresentada em junho é para mostrar os modelos para o verão e o outono próximos.

O São Paulo Fashion Week envolve uma cadeia imensa de profissionais formada por estilistas, modelos, produtores, tecelagens, agências, jornalistas, cabeleireiros, músicos, costureiras e técnicos em geral, gerando mais de 5 mil empregos diretos. A indústria da moda reúne hoje 30 mil empresas, movimenta R\$50 bilhões ao ano e emprega 1,7 milhão de brasileiros, sendo responsável por 17% do Produto Interno Bruto. A deste ano, encerrada na última segunda-feira, dia 14 de junho, foi a que teve mais investimentos, algo em torno de R\$11 milhões de reais investidos em sua realização, no que se tornou o evento de moda mais famoso da América Latina. Realizada no Pavilhão da Bienal, no Parque do Ibirapuera, mostrou o trabalho de

estilistas famosos, de artistas plásticos de Salvador, que levaram seus blocos afro para decorar as paredes, das bordadeiras do agreste pernambucano, das rendeiras renascença da Paraíba, enfim, um verdadeiro movimento de valorização da cultura brasileira.

Ademais, é importante ressaltar que os desfiles da Fashion Week têm estimulado que pessoas nos bairros mais humildes e carentes, como Heliópolis, Paraisópolis e outros em São Paulo, a também realizar ações de moda. Em Heliópolis, formou-se uma cooperativa de costureiras que passaram a apresentar vestidos, roupas para meninos, meninas, moças e rapazes e a promover desfiles ali em Heliópolis, que logo estarão também na São Paulo Fashion Week, acredito.

Além dos 39 desfiles, a edição do evento deste ano realizou, no dia anterior ao seu início, 8 de junho, uma programação paralela no Museu de Arte Moderna, organizada por Graça Cabral, uma das organizadoras do Fashion Week, pela economista Lídia Goldenstein e por Lala Deheinzelin, especialista mundial em Economia Criativa & Desenvolvimento Sustentável, que criou e coordena o movimento internacional “Crie Futuros”. Nesse evento, discutiram o assunto “Economia Criativa” – uma estratégia da moda para o desenvolvimento econômico do Brasil, buscando o aprimoramento de todas as ideias iniciais, agora focadas na economia que não se produz com matérias perecíveis e sim sustentavelmente, com a valorização da beleza, da criatividade, da arte, da cultura.

No campo específico da moda, a economia criativa vem atraindo profissionais das mais diversas áreas, envolvendo analistas, acadêmicos, governos, com ênfase no desenvolvimento de atividades econômicas ligadas à produção cultural – uma incorporação de novos valores antenados com as necessidades do mundo moderno.

Em documento elaborado por Paulo Borges e Graça Cabral, eles afirmam que é certo que os grupos que abrangem as artes têm maiores oportunidades de crescimento porque lidam com valores que não se esgotam, ao contrário, se multiplicam.

Segundo os profissionais do setor e idealizadores, a geração de uma efetiva economia criativa está intimamente ligada à agregação de vários setores, formando uma cadeia muito bem conectada.

Nesse espírito, no dia 12 de junho passado, sábado, dois dias antes do final do evento, Paulo Borges foi recebido pela candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, para apresentar as propostas da moda como contribuição para o desenvolvimento. Dilma explicou como será a atuação do ministério para médias e pequenas empresas que pretende criar e dis-

se que esse será um segmento de muito importância em seu governo caso seja eleita.

Paulo Borges também manteve encontros com os presidenciáveis Marina Silva e José Serra, os quais expressaram o seu apoio à Fashion Week e a vontade de estimular o desenvolvimento do setor.

O Governador Alberto Goldman e o Prefeito Gilberto Kassab estiveram presentes na abertura do evento. Geraldo Alckmin, ex-Governador e candidato ao Governo do Estado, visitou o evento no segundo dia e expressou seu desagrado com a gravata – foi sem gravata.

Para Paulo Borges, 2010 encerrou um ciclo de construção da moda brasileira e agora é hora de “virar a página e começar do zero”, olhando para o futuro e para novos desafios. O diálogo com os agentes políticos faz parte desse novo movimento porque podem viabilizar o potencial da moda, enfatizou. Esses novos desafios são impulsionados pelo bom momento vivido pela economia do País, com a redução da vulnerabilidade externa, controle da inflação, queda dos juros, elevação do crédito, aumento da renda e do consumo, criando um ambiente de muita positividade. O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou estimular a Fashion Week. Seus Ministros da Cultura, Gilberto Gil e Juca Ferreira, foram pessoalmente e reconheceram a relevância do desenvolvimento da moda como elemento chave de nossa cultura.

Também a Prefeita Martha Suplicy, no período 2001/2004, sempre apoiou os desfiles dos principais expositores e dos modelos que ali se apresentaram. Da mesma forma, o Senador Aloizio Mercadante também deu o seu apoio e esteve presente na São Paulo Fashion Week em diversas ocasiões.

No ano que vem, a edição de janeiro da São Paulo Fashion Week virá ampliada com base nesse novo projeto e ocupará, paralelamente, o espaço da OCA, ao lado da Bienal, com desfiles e exposição de 100 designers brasileiros, debates envolvendo, certamente, um número muito maior de pessoas e consolidando esse setor de maneira consciente e mais consistente.

Segundo relato da crítica de moda Glória Kalil, na programação de abertura do último São Paulo Fashion Week, um caloroso debate reuniu nomes como os irmãos Campana, Waldick Jatobá e Kátia Avillez (co-fundadores do Design São Paulo) e Armand Hadida (dono e comprador de L'Éclaireur, uma das lojas conceito mais respeitadas de Paris) e terminou com o Sr. Hadida declarando assertivamente que a moda do Brasil, para ter algum interesse para compradores e consumidores internacionais, teria que “deixar de ser conservadora, atrasada, e se jogar para valer na criação, aceitando com isso correr riscos”.

Quero cumprimentar os participantes da última edição na figura dos novos e já tão consagrados inúmeros estilistas, como Alexandre Herchcovith, Clô Orozco, Tufi Duek, André Lima, Fernanda Yamamoto, Glória Coelho, Fause Haten, Oscar Metsavaht, Priscilla Darolt e tantos outros. Também os que virão das cerca de 150 escolas de moda que hoje existem no País e todos os inúmeros profissionais que compõem esse universo primoroso. Quando era 1993, salienta Paulo Borges, havia apenas 4 escolas de moda; agora há 150.

Paulo Borges, em entrevista à Moda Spot, ao ser perguntado sobre a continuidade do seu trabalho disse: "Para mim, esse projeto é para sempre. Quando eu morrer, deverá continuar, porque essa é a instauração de um plano de cultura para a moda, de comportamento e indústria de moda para o País".

Que seja. O que é bom tem que vir pra ficar e ser cada vez melhor.

Por tudo o que tem realizado, é muito importante que as instituições governamentais, como o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia, o Sebrae, a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e outras possam dar um apoio ainda mais significativo e bem planejado à economia da moda.

Será muito importante para a indústria têxtil, para a de confecções, para as dezenas de milhares de costureiras de todas as regiões do Brasil que podem se organizar, cada vez mais, em formas cooperativas de produção. Daí por que eu aqui assinalo a Secretaria de Economia Solidária, que, nesta semana, promove em Brasília a Semana de Economia Solidária, onde inúmeras experiências de formas cooperativas de produção, algumas das quais de costureiras, estão sendo apoiadas.

Portanto, será muito importante que mais e mais cooperativas de produção venham a ser desenvolvidas, inclusive, porque elas podem ter em seus quadros aqueles que sabem desenhar modelos cada vez mais bonitos e ousados.

Sr. Presidente, Paulo Borges e Graça Cabral produziram um texto de treze páginas sobre a importância da São Paulo Fashion Week e da indústria têxtil e de confecções e relativamente à moda. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, vou ler alguns trechos selecionados e pedir que depois esse texto tão significativo seja transscrito na íntegra como parte de meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com certeza, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Dizem Paulo Borges e Graça Cabral:

...Neste cenário, tem início a profissionalização da moda brasileira, com um processo de consolidação do mercado, que repete o processo vivido pelos mercados europeus e americano nas décadas de 80 e 90. O São Paulo Fashion Week teve enorme papel nesse processo. Durante anos, o calendário foi visto apenas como um evento restrito ao mundo da roupa, quase sempre associado ao consumo de luxo das elites. Só recentemente, fruto do esforço do Instituto Nacional de Moda e Design, para mostrar sua real dimensão, é que passou a ser visto em toda a sua amplitude e abrangência, em seu papel inovador e articulador de diversas redes criativas.

Ao inovar e integrar meios culturais e criativos da economia, o Calendário Oficial da Moda Brasileira é visto em vários lugares do mundo como uma referência da Economia Criativa. Com múltiplos encadeamentos positivos com os mais diferentes setores da economia, a moda pode ser um fator de liderança na competitividade e inovação da economia brasileira.

Como aproximar os Brasis, o do design, da inovação e da tecnologia e o da vocação, do talento e da diversidade? Como estabelecer novos vínculos e reunir inteligências para acelerar o alto qualitativo necessário? Esses têm sido os principais objetivos do Instituto Nacional de Moda e Design, braço institucional do Calendário da Moda.

Nos últimos três anos, nos dedicamos a reunir e sensibilizar lideranças empresariais e governamentais para a importância desse setor estratégico, que, segundo a ONU, já é responsável por 10% do PIB mundial. A Unctad divulga que, entre 2000 e 2005, os produtos e serviços criativos mundiais cresceram a uma taxa média anual de 8,7%, o que significa duas vezes mais do que manufaturas e quatro vezes mais do que a indústria. Está claro que é preciso avançar mais rápido no desenvolvimento de políticas, infraestrutura e estratégias que permitam a criação de ambiente favorável ao desenvolvimento.

A importância dos intangíveis fica clara quando percebemos que, em média, 75% do valor de um produto é dado por ativos intangíveis, que hoje também representam a maior parte do valor das empresas. Hoje já vemos um consenso entre pesquisadores, empresários e estudiosos de que existe uma interdependê-

cia forte entre crescimento e inovação, entre produção e conhecimento.

Não à toa a economia criativa vem atraindo interesse crescente de analistas, acadêmicos e governos, enfatizando o desenvolvimento de atividades econômicas associadas à produção cultural, desde as artes, cinema, publicidade, design, moda, até as tecnologias de informação e pesquisa em ciência e tecnologia. Já é fato consolidado que países, regiões e cidades que concentram ou tenham capacidade de atrair essas atividades têm maiores oportunidades de crescimento, graças à forte expansão dessa economia mais intensiva em conhecimento, talento e tecnologia.

A cidade de São Paulo recebe mais de dois mil showrooms de moda que acontecem a cada edição do São Paulo Fashion Week. O São Paulo Fashion Week influenciou profundamente a consolidação de novas profissões e o fortalecimento de outras já existentes. [Há dez anos, aumentou significativamente, portanto, o número de cursos relacionados com a moda].

Assim, Sr. Presidente, quero aqui assinalar um ponto importante relativo à indústria da moda:

A indústria da moda precisa de escala para sobreviver. Precisa de mercados internos dinâmicos e de competitividade externa. A cada dia é menos relevante aquilo que fabricamos. Cada vez mais, exportamos marca e conceito. O produto, se bem feito, pode ser feito em qualquer lugar. Nossa vantagem não é de custo. A diferenciação não está no produto, na fabricação, mas no que ele carrega como conceito.

Para se ter uma ideia do que isso representa em termos de números: o Brasil exporta 1 kg de algodão a US\$1.00, em média; exporta 1 kg de vestuário a US\$20.00 e exporta 1 kg de moda a US\$120.00, US\$150.00. Isso é resultado de agregar valor. Hoje, agregamos mais inovações, mais aspectos intangíveis que elementos tangíveis. O produto pode ser fabricado em qualquer lugar, mas as ideias, a inventividade, a capacidade de se diferenciar por algo que é agregado ao produto, isso tudo é o nosso diferencial."

O Brasil ostenta uma das populações histórica e culturalmente mais diversificadas e mestiçadas do mundo: 220 povos indígenas, uma imensidão de descendentes de africanos, de imigrantes europeus e asiáticos, de árabes, de judeus; em suma, gentes das mais diferentes origens étnicas e culturais, habitando uma

variedade de formações naturais – cerrado, pantanal, caatinga, campos e os mais de 3,5 milhões de quilômetros quadrados de florestas tropicais, na Amazônia e na Mata Atlântica – que, por sua vez, abrigam a mais rica biodiversidade do planeta.

Dizem que os italianos têm design, os franceses têm marcas, os americanos têm mercado interno, os chineses têm preços, e nós temos o quê? Parece que nós temos uma forma de ser e um estilo de vida que transparecem na nossa criatividade. Acho que o nosso diferencial está na capacidade de sintetizar e de embaralhar diversidades e influências. O Brasil tem várias caras, inúmeras identidades e muitas vocações. Para nós, moda brasileira é a moda que leva a marca dessa diversidade. O que ela tem de especial é que tem a chance de trazer algo novo para a moda no mundo, algo fresco, com outro olhar.

Senador José Nery, assim como os artesãos de Abaetetuba trouxeram aqui para o Senado a tão especial beleza criativa do seu artesanato, por essas características formidáveis, assim como os jogadores da Seleção Brasileira encantam o mundo com sua criatividade, com as pedaladas de Robinho, com os passes mágicos de Kaká e de tantos outros jogadores, também na moda, se tivermos as principais formas de enfrentar os desafios da cadeia têxtil e da confecção, que podem estar identificados na política de desenvolvimento produtivo, que são: modernizar a estrutura produtiva; apoiar a consolidação empresarial; desenvolver produtos com maior valor agregado; expandir exportações; combater práticas desleais de comércio e fortalecer a cadeia produtiva, sobretudo as micro e as pequenas empresas. Daí a importância do Sebrae e do olhar do BNDES para as pequenas e as médias empresas também de confecção e têxteis, inclusive no interior do Pará e de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para assinalar, a meta traçada para 2010 é ampliar o faturamento dessa indústria para US\$41,6 bilhões, tendo sido US\$33 bilhões em 2006. Que possa a indústria têxtil e de confecções, com todos aqueles que trabalham na São Paulo Fashion Week, continuar com seu merecido sucesso.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

### **• 1. Contexto - premissas**

O Brasil vive atualmente um cenário macroeconômico bastante positivo.

Como resultado de mais de duas décadas de ajustes difíceis, e beneficiada pelo crescimento da economia mundial, finalmente a economia voltou a crescer. A redução da vulnerabilidade externa - graças às elevadas exportações de commodities como da percepção generalizada de que o Brasil continuará a ser um dos países mais atrativos para os investimentos externos -, garantiu a acumulação de reservas e permitiu que o país passasse pela última crise internacional sem os traumas que sempre nos abateram nas crises anteriores.

O controle da inflação e a queda dos juros vêm permitindo uma elevação importante do crédito na economia, gerando um círculo virtuoso, de aumento de renda, emprego e consumo. O aumento do mercado consumidor doméstico tem aberto uma boa perspectiva para as indústrias terem mais escala e investirem em produtos de melhor qualidade, com maior valor agregado.

Neste cenário, tem início a profissionalização da moda brasileira, com um processo de consolidação do mercado que repete o processo vivido pelos mercados europeus e americanos nas décadas de 80 e 90. O SPFW têm tido um papel importante neste processo. Durante anos o Calendário foi visto apenas como um evento restrito ao mundo da roupa, quase sempre associada ao consumo de luxo das elites. Só recentemente, fruto do esforço do IN-MOD - Instituto Nacional de Moda e Design para mostrar sua real dimensão, é que passou a ser visto em toda sua amplitude e abrangência, em seu papel inovador e articulador de diversas redes criativas.

A inovar e integrar meios culturais e criativos da economia, o Calendário Oficial da Moda Brasileira é visto em vários lugares do mundo como uma referência de Economia Criativa. Talvez por ter se utilizado de questões intangíveis, como articulação, novos modelos, marca, idéias e estratégias, para transformar o tangível.

A moda, assim como a música, a fotografia e outras manifestações artísticas, dispensa tradução. É uma linguagem universal e sem fronteiras, que agrega cada vez mais novas expressões, refletindo bem esse momento de permanente transformação e conectividade intensa. Alimentando-se da imensa diversidade e criatividade brasileira, o Calendário vê a moda além da moda. O valor do produto de moda se relaciona essencialmente com a dimensão simbólica, em especial destaque o design e a marca.

Moda é por definição instável e efêmera. É mudança e adaptação contínua a preferências cíclicas e cada vez mais diversificadas e variáveis. O conhecimento que impulsiona a inovação na indústria da moda é um conhecimento 360º acrescido de competência em design, construção de marcas e em toda uma gama de atividades que tem interface com diversas outras expressões artísticas e culturais. A importância estratégica da moda também é palpável na multiplicação da demanda por novos serviços ligadas às indústrias criativas, não se limitando aos setores que a circundam mas interagindo com diversas outras indústrias de bens de consumo.

Com múltiplos encadeamentos positivos com os mais diferentes setores da economia, a moda pode ser um fator de liderança na competitividade e inovação da economia brasileira.

### **2. Moda, Design, Economia Criativa**

Como aproximar os Brasis, o do design, da inovação e da tecnologia e o da vocação, do talento, da diversidade? Como estabelecer novos vínculos e reunir inteligências para acelerar o salto qualitativo necessário? Esses tem sido os principais objetivos do IN-MOD -Instituto Nacional de Moda e Design, braço institucional do Calendário da Moda.

*A crise atual gerada pela mistificação dos mercados e sua capacidade de auto-regulação reforça aquilo que tem sido nossa bandeira: é preciso pensar estratégias de desenvolvimento e moda e design como parte da chamada Economia Criativa são uma grande ferramenta para o século XXI. Sua matéria prima são os recursos intangíveis - como criatividade, conhecimento e cultura - que não apenas não se esgotam, como se renovam e multiplicam com o uso. Um setor com forte desempenho econômico, podendo atuar como fator de inovação, inserção e interação social, sustentabilidade e fortalecimento de valores, diversidade e credibilidade de comunidades e empresas. Mais ainda, é um setor com elevada capacidade de geração de empregos, não só mais qualificados como melhor remunerados, de atração de investimentos e alavancagem das exportações. Sem contar seu potencial de atração de turismo.*

*Estamos empenhados em promover a consciência desta época de transformação, dos enormes potenciais que ela oferece e da mudança de mentalidade e políticas necessárias para aproveitá-los.*

*Nos últimos três anos, nos dedicamos a reunir e sensibilizar lideranças empresariais e governamentais para a importância deste setor estratégico que, segundo a ONU, já é responsável por 10% do PIB mundial. A UNCTAD divulga que entre 2000 e 2005 os produtos e serviços criativos mundiais cresceram a uma taxa média anual de 8,7%, o que significa duas vezes (2x) mais do que manufaturas e quatro vezes (4x) mais do que a indústria. Está claro que é preciso avançar mais rápido no desenvolvimento de políticas, infra-estrutura e estratégias que permitam a criação de ambiente favorável ao seu desenvolvimento.*

*Entre os principais desafios destaca-se a necessidade de investir em novas áreas, mesmo dentro dos setores industriais tradicionais, de forma a ampliar o fomento à inovação. As velhas divisões entre manufatura e serviços, ou entre alta ou baixa tecnologia, estão se tornando obsoletas. Mesmo indústrias consideradas de baixa intensidade tecnológica (low tech) foram altamente afetadas pela mudança para a chamada "economia do conhecimento".*

*A competitividade e desempenho das empresas e organizações são crescentemente determinados pelo seu investimento em ativos baseados no conhecimento, ou intangíveis, definidos como recursos humanos, competências organizacionais (tecnológicas, processos, cultura), software, rede de consumidores, rede de fornecedores, pesquisa e desenvolvimento (P&D), design, e marca (brand equity), e não tanto em ativos físicos, como máquinas, construções e veículos.*

*A importância dos intangíveis fica clara quando percebemos que em média 75% do valor de um produto é dado por ativos intangíveis que hoje também representam a maior parte do valor das empresas. Hoje já vemos um consenso entre pesquisadores, empresários e estudiosos de que existe uma interdependência forte entre crescimento e inovação, entre produção e conhecimento. Do ponto de vista da competição interna e externa, não temos saída a não ser migrar para produtos com maior conteúdo de conhecimento. E conhecimento pode ser tecnologia em máquinas, em materiais, ou design.*

*Em setores maiores e tradicionais já se tem uma compreensão do papel fundamental que o design exerce como diferencial competitivo capaz de reinventar o negócio. A competitividade das indústrias que dependem de criatividade se relaciona com o problema de como financiar a produção da inteligência, não só do produto. O produto pode ser fabricado em qualquer lugar, mas as idéias, a inventividade, a capacidade de se diferenciar por algo que é agregado ao produto, isso tudo é o grande diferencial.*

*Não à toa a economia criativa vem atraindo o interesse crescente de analistas, acadêmicos e governos, enfatizando o desenvolvimento de atividades econômicas associadas à produção cultural, desde as artes, cinema, publicidade, design, moda até as tecnologias da informação e pesquisa em ciência e tecnologia. Já é fato consolidado que países, regiões e cidades que concentram ou tenham capacidade de atrair estas atividades tem maiores oportunidades de crescimento graças à forte expansão desta economia mais intensiva em **conhecimento, talento e tecnologia**.*

*Criatividade e cultura são recursos abundantes, especialmente em países como o Brasil. Se somados à diversidade cultural e aos saberes e "fazeres" tradicionais, representam um enorme patrimônio, capaz de rever os conceitos de riqueza e pobreza. Enquanto terra, ouro, petróleo são finitos – e, por isso mesmo, geram disputa –, cultura, conhecimento e criatividade são infinitos e elásticos, e podem gerar cooperação. Além disso, a economia criativa estabelece uma relação muito estreita com as novas tecnologias.*

*Moda e design desempenham um papel fundamental neste processo, inovando, abrindo portas, adicionando valor aos negócios, gerando empregos, sintetizando tendências, criando redes não só de negócios como de saber e cultura. E, sobretudo, promovendo o conhecimento que vem do fazer, da troca de experiências.*

*Nos últimos anos, acompanhamos um movimento forte de implantação de pólos criativos de moda e design em cidades importantes do mundo como parte fundamental em processos de revitalização e reurbanização de grandes áreas degradadas. A efervescência e mobilização próprias desses setores são alguns dos fatores decisivos para consolidar novos espaços e **atrair parcerias e investimentos público-privados** de diversas ordens por conta de seu caráter **transversal e multiplicador**.*

*Moda como comportamento e estilo de vida está inserida em quase todos os negócios. São poucas as áreas em que a imagem de moda não é utilizada no mundo inteiro como alicerce de **comunicação, venda e posicionamento** de marca a partir dos **atributos** a ela associados, como inovação, tecnologia e sucesso. Tudo isto gera bilhões de dólares em **negócios** extremamente variados.*

*De que forma abrir espaço para discutir questões intangíveis no âmbito da economia? Como valorar o intangível? Como mapear esse mercado e suas necessidades? Como beneficiar uma camada maior da população que vive à margem do processo? Como impulsionar tudo isso, e trazer inovação, tecnologia?*

*Tudo isso demanda reflexão e investimento. É isso que estamos tentando construir. Uma **visão de futuro** para atrair novos investimentos e estabelecer uma interlocução eficiente entre as empresas criativas, a indústria e os setores econômicos e financeiros – públicos e privados.*

*Quando as pessoas se unem em torno de um projeto, existe mais tolerância. A convergência de crenças e visão de mundo torna mais fácil administrar conflitos de interesses, e ampliar o escopo da economia criativa para falar em economia interativa, ou ecologia criativa, que é exatamente essa economia em rede (hoje já se fala em ondas), uma economia em que nada está pronto e o valor está nas idéias e nas relações.*

*Desenvolvimento, gestão, inovação, tecnologia, ética, sustentabilidade, conhecimento e criatividade são alguns temas que permeiam nossas conversas. Até o momento, a riqueza e diversidade dos convidados apontam caminhos e comprovam que temos recursos, conhecimento e pessoas para fazer o que é necessário.*

*Acreditamos que crises serão oportunidades se soubermos abandonar o que não nos serve mais dos modelos nos quais acreditamos no século XX e entrar com coragem e ousadia no século XXI que apenas se inicia.*

### **3. Números da moda**

*A indústria brasileira da moda reúne 30.000 empresas, movimenta R\$ 50 bilhões/ano e emprega 1.700.000 brasileiros. É hoje um dos principais setores que devem receber atenção do governo federal para criação de empregos e investimentos, sendo responsável por 17 por cento do PIB da indústria de transformação no país.*

*Na primeira edição do SPFW, há 15 anos, o Brasil contava com 4 cursos de moda de nível superior. Hoje, são mais de 150.*

*Os empregos no segmento de vestuário cresceram, em média, 5% ao ano na última década. No ano passado, apesar da crise, não houve uma redução significativa no setor.*

*A cidade de São Paulo recebe mais de 2.000 showrooms de moda que acontecem a cada edição do SPFW, atraindo compradores e gerando um importante momento de comércio de compras. Mais da metade de todo o varejo de moda do País concentra-se em São Paulo. Para a indústria de shopping centers, SP responde por um faturamento anual de R\$ 9,6 bilhões.*

#### **SPFW em números**

*O São Paulo Fashion Week foi criado para ampliar as fronteiras da moda nacional e consolidar a idéia e importância de um calendário para o país; incorporar a noção e cultura de moda; e inserir a moda brasileira na pauta de desenvolvimento econômico-industrial e de produção de entretenimento cultural do Brasil, e no cenário internacional dos mercados globalizados.*

*A história de sucesso do São Paulo Fashion Week mostrou-se vital para a consolidação desse DNA brasileiro ao organizar um mercado até então desconectado e desestruturado e contribuir para o boom da moda brasileira no mundo, auxiliando os vários players da indústria no sentido de obter visibilidade e reconhecimento para uma identidade criativa geradora de valor agregado no país.*

*O SPFW influenciou profundamente a consolidação de novas profissões e o fortalecimento de outras já existentes. Há 10 anos, não existiam mais que 3 ou 4 cursos de moda no país. Hoje, ultrapassam 150. Atualmente, há no mercado uma forte demanda por profissionais com formação específica, ligada aos vários setores da cadeia têxtil: desde grandes empresas da área de varejo, passando por pequenas e médias confecções, até veículos de comunicação, assessorias de imprensa e produtores de eventos.*

*O São Paulo Fashion Week tem servido também de palco para campanhas de responsabilidade e inclusão social em áreas tão diversas como educação, saúde, reciclagem, meio ambiente e consumo consciente, além de iniciativas de formação e capacitação profissional em nível técnico.*

*Essa é a edição com mais investimentos desde a realização do primeiro São Paulo Fashion Week, com algo em torno de R\$ 11 milhões investidos na realização. Desde a primeira edição, o SPFW atraiu mais de 1,7 milhão de pessoas ao Pavilhão da Bienal.*

*Duas vezes ao ano, o SPFW impulsiona pelo menos R\$ 1,5 bilhão em negócios relacionados direta e indiretamente ao evento. Mais de 5.000 empregos diretos e indiretos são criados a cada edição em função do calendário de moda. A partir do SPFW, novas profissões foram criadas e surgiu um dos expoentes de exportação nacional: as modelos brasileiras.*

*Com a crescente importância da semana de moda, São Paulo passou a figurar entre as 5 principais capitais da moda mundial. Atualmente, faz parte de um circuito internacional de moda ao lado de Paris, Milão, Londres e Nova York.*

*O SPFW também gera um grande fluxo de visitantes (cerca de 35% do público do evento vem de fora de São Paulo), movimentando os segmentos de turismo, serviços, hotelaria, alimentação, transporte e varejo.*

*O SPFW tornou-se um case de comunicação, ao criar uma importante e eficaz rede de conteúdo. A cada ano, o evento gera R\$ 350 milhões em mídia espontânea. Mais de 1.500 jornalistas do Brasil e do exterior fazem a cobertura do evento, que resulta em mais de 5.000 páginas de jornais e revistas e 300 horas de cobertura em TV aberta e por assinatura.*

*O SPFW é uma iniciativa privada, financiada por empresas patrocinadoras. O investimento direto na realização do evento cresceu de R\$ 530 mil na primeira edição para atuais R\$ 10,5 milhões por evento. Desde 1996, mais de R\$ 180 milhões foram investidos diretamente em infra-estrutura para a realização do SPFW, dos quais R\$ 100 milhões apenas nos últimos 4 anos. As grifes e estilistas que atualmente compõem o SPFW investem nos desfiles cerca de R\$ 7,5 milhões por temporada, impulsionando uma rede virtuosa de desenvolvimento, emprego e negócios.*

## **Conteúdo**

*O [www.ffw.com.br](http://www.ffw.com.br) é o maior portal de moda e comportamento do Brasil. No ar desde o ano 2000, recebe até 250 mil visitantes mensais durante todo o ano, com picos de mais de 1 milhão de visitantes e 4 milhões de page views, além dos quase 20 milhões de hits durante os dias em que o evento é realizado.*

*O SPFWJournal é um jornal que circula durante o evento, com edição e tiragem diária de 60 mil exemplares. O jornal traz para o público os bastidores do SPFW, com conteúdo de moda, beleza, comportamento, cultura e estilo. Nas últimas edições, o veículo ampliou significativamente a disseminação de seu conteúdo: em uma ação inédita, 60 mil exemplares diários foram distribuídos em alguns dos principais pontos da cidade de São Paulo juntamente com o diário Metro News. Além da distribuição no evento e em 130 áreas estratégicas da capital paulista, o jornal é distribuído nos vôos da Ponte-Aérea SP-RJ da TAM.*

*Com 40.000 exemplares de tiragem, a Luminosidade, empresa idealizadora do SPFW, edita ainda uma revista bimestral, **Mag!** – que fala de arte, música, comportamento, literatura, estilo, imagem e moda como nenhuma outra publicação no Brasil. A partir de novembro, através de uma parceria inédita, a mag! também se tornou a primeira revista brasileira a ser vendida na Colette, de Paris.*

#### **4. A importância estratégica da moda e seus impactos**

*O primeiro impacto de relevância é de natureza setorial: a sobrevivência e o dinamismo das indústrias do vestuário, do têxtil e de calçados que tiveram sua morte anunciada por diversas vezes nas últimas duas décadas. Entretanto, os números de produção física, receitas e geração de empregos são positivos, desde o início do milênio, o que contradiz diagnósticos simplistas de baixa competitividade. É possível afirmar que o giro no sentido da diferenciação de produto e do design por parte de empresas de vanguarda da moda, seus modelos de negócios e suas exigências de qualidade pautaram o mercado regional e depois nacional em seu conjunto. Círculos cada vez mais amplos de fabricantes de tecidos, confecções e acessórios procuraram valorizar a pesquisa em produto em qualidade e emular modelos mais avançados de gestão em todos os níveis de mercado e de produto.*

*O segundo impacto se dá no comércio varejista e atacadista que passaram a se orientar pelos valores do estilo e contemporaneidade pressionados por um consumidor mais exigente e atento. Isto tem implicações importantes na organização e porte dos espaços de venda, na qualidade urbana das localizações comerciais e nos recursos humanos e materiais mais elevados. As referências emanadas pelo grupo mais avançado de produtores de moda estão presentes nas diversas áreas do comércio: nas redes multimarcas mais sofisticadas, no atacado mais popular e nas marcas intermediárias do mercado.*

*O terceiro impacto refere-se à multiplicação da demanda por novos serviços de apoio, classificáveis como indústrias criativas. As consultorias de estilo de várias naturezas, os serviços de marketing, a mídia de moda, a publicidade além de figuras essenciais na expressão dos desejos e sedução que envolve a moda como é o caso de artistas, fotógrafos, modelos, maquiadores, cenógrafos e outras profissões da área de eventos.*

*Por fim, a moda interage com outras indústrias de bens de consumo em um aspecto cada vez mais importante para a sua competitividade que são o monitoramento do estilo de vida e as tendências do consumidor. Produtores de aparelhos celulares, automóveis, cosméticos entre outros têm se aproximado dos centros espaços de produção e difusão do design e estilo para dimensionar as qualidades futuras de seus produtos (forma, recursos, Imagem projetada etc.).*

*Em resumo uma indústria de moda forte tem encadeamentos positivos para áreas diversas da economia e afeta positivamente a competitividade e a inovação na economia nacional.*

#### **5. Moda, Design e a Marca Brasil**

*A moda tornou-se um ícone de brasiliidade, um pilar na construção da nossa identidade em um mundo globalizado. Foram poucos os movimentos que, como a moda, provocaram um impacto tão positivo na auto-estima dos brasileiros e na imagem internacional do Brasil. A moda dá para as pessoas a sensação de atualidade, de pertencimento. É um valor que a gente tem e que pode ser usado visando à inclusão. Qualquer pessoa que tenha o mínimo de informação de moda se sente incluída e olhando de igual para igual para todo mundo.*

*O design, a produção, a identidade e a auto-estima, posicionaram o Brasil como um dos mais importantes centros lançadores de moda no mundo, ao criar uma cultura que identifica o brasileiro e da qual ele pode se orgulhar, além do futebol, da música e do carnaval.*

*A amplitude da moda se tornou um suporte de criatividade para várias formas de manifestação de caráter estético. Por esse prisma, o In-Mod – Instituto Nacional de Moda e Design, braço institucional do Calendário Oficial da Moda Brasileira, desenvolve e estimula, há mais de uma década, propostas que impulsionam outras realizações artísticas e a valorização de identidades.*

*A moda não lança só roupa, lança conceitos. Por enxergarmos a moda não só como roupa, sempre entendemos o Calendário como uma plataforma de comunicação e conteúdo, que tem a obrigação de propor novos olhares. O Brasil é conhecido por sua arte contemporânea. Mas um criador de moda nada mais é que um artista que usa o corpo como suporte. E hoje, mais do que nunca, a moda é mais uma entre as diversas linguagens à disposição do homem e, como tal, mantém um diálogo permanente com outras formas de expressão. A estética diversa da moda brasileira é reflexo dessa abertura e curiosidade e da própria formação multifacetada e multicultural do Brasil e do povo brasileiro.*

*Uma economia de acolhimento, de vínculo, para ampliar o leque de interlocução, com inserção definitiva do Brasil como país criador de moda e design, sinônimos de inovação e tecnologia.*

*As grandes parceiras da moda hoje são empresas de diferentes setores de ponta – da telefonia móvel à indústria automobilística, passando pela indústria da beleza e dos telefones celulares. São empresas que tem como estratégia associar suas marcas a atributos que as pessoas, o público de uma forma geral, associam ao evento, tais como inovação, tecnologia, sucesso. Nesse segundo ciclo de inovação, é importante ouvir e aprender com exemplos de empresas brasileiras que já trabalham com o conceito integral de globalização, investindo dentro e fora do país para ganhar mercado e competitividade, e acesso a novas tecnologias.*

*Moda e Design tem como objetivos centrais, portanto, reforçar e consolidar a Marca Brasil; estimular a criação de pólos de inovação; qualificar, aperfeiçoar e fortalecer os sistemas de produção e distribuição; oferecer espaços multidisciplinares de estudo, aperfeiçoamento e trabalho; integrar ações dos diversos segmentos do sistema moda Brasil; oferecer espaços para promoção e difusão do produto brasileiro; ampliar e exibir repertórios culturais de identidade; promover intercâmbios nacionais e internacionais de natureza educacional, cultural e comercial.*

## **6. Produção e Qualificação**

*A indústria do vestuário é um segmento de grande relevância econômica, segundo maior gerador de empregos (só perde para a construção civil), e o setor que mais emprega mão-de-obra feminina no país. Segundo estudo do BNDES, o setor está entre os que mais geram emprego quando recebem investimento. Um aporte de R\$ 10 milhões investidos na indústria do vestuário gera 549 empregos diretos, contra 51 da indústria têxtil e apenas 5 no setor siderúrgico. Mas, observando friamente o setor têxtil e de confecção brasileiro, o que temos é uma série de empresas familiares de pequeno e médio porte e com gestões muito pouco profissionais e extremamente informais.*

*A indústria da moda precisa de escala para sobreviver. Precisa de mercados internos dinâmicos e de competitividade externa. A cada dia, é menos relevante aquilo que fabricamos. Cada vez mais, exportamos marca e conceito. O produto, se bem feito, pode ser feito em qualquer lugar. Nossa vantagem não é de custo. A diferenciação não está no produto, na fabricação, mas no que ele carrega como conceito.*

*Para se ter uma idéia do que isso representa em termos de números: o Brasil exporta 1 kg de algodão a U\$ 1, em média; exporta 1 kg de vestuário a U\$ 20 e exporta 1kg de moda a U\$ 120, U\$ 150. Isso é resultado de agregar valor. Hoje, agregamos mais inovações, mais aspectos intangíveis que elementos tangíveis. O produto pode ser fabricado em qualquer lugar, mas as idéias, a inventividade, a capacidade de se diferenciar por algo que é agregado ao produto, isso tudo é o nosso diferencial.*

*A competitividade das indústrias que dependem de criatividade se relaciona com o problema de como financiar a produção da inteligência, não só do produto. O aprendizado é investimento de longo prazo, pois significa bancar o risco de coleções que nem sempre dão resultados imediatos, investir sistematicamente para ganhar mercados e financiar largos ciclos de produção a taxas de juros aceitáveis.*

*O grande desafio é como inserir essas empresas na economia real e adequá-las ao que elas precisam para sobreviver. O núcleo criativo da indústria de vestuário é composto por micro e pequenas empresas que precisam de uma estratégia de apoio e financiamento dirigida a este grupo.*

*Moda é inteligência. O futuro desta indústria está na inovação e no conhecimento. Este é um setor que tem um arco de conhecimento muito grande, interagindo desde a base da pirâmide, com trabalhadores que precisam ser treinados e capacitados.*

*Vivemos um momento de oportunidade muito grande porque existe capital no mercado, gente disposta a investir. As oportunidades maiores estão muito mais localizadas na ponta do que na indústria. Evidentemente, essa ponta pode ajudar muito a indústria no futuro.*

*Producir em ciclos curtos, com variedade, diferenciação e inovação permanentes exige know-how e competência em recursos humanos. Além disso, como na área de alta tecnologia, o apoio às idéias promissoras – os chamados start-ups – é condição fundamental para a reprodução dos processos de criatividade e inovação em produto e em processo.*

*Em setores maiores e tradicionais, como a indústria automobilística, já se tem uma compreensão do papel fundamental que o design exerce como diferencial competitivo capaz de reinventar o negócio. No caso das empresas menores, a inovação e a tecnologia aliadas à criatividade são vitais. Hoje já vemos um consenso entre pesquisadores, empresários e estudiosos de que existe uma interdependência forte entre crescimento e inovação, entre produção e conhecimento. Do ponto de vista da competição interna e externa, não temos saída a não ser migrar para produtos com maior conteúdo de conhecimento. Conhecimento pode ser tecnologia.*

*Tecnologia em máquinas, tecnologia de materiais. Pode ser design e estilo.*

*Em sua tese de doutorado na USP sobre o SPFW, o sociólogo Brani Kontic, defende a idéia de que o que o design significa para a indústria tradicional da moda equivale àquilo que a biotecnologia significa para a indústria farmacêutica; ou àquilo que a física e o estudo de materiais significam para a micro-eletrônica; ou ainda àquilo que a matemática avançada significa para os softwares. Portanto, deve ser valorizado da mesma forma. Se não apresentarmos essa realidade, a indústria da moda corre sempre o risco de ser vista como parte de uma economia em atraso, porque, como ela não incorpora diretamente nenhuma tecnologia de ponta, não é inovadora.*

*Como valorar o intangível? Como mapear esse mercado de tamanhos diferentes, que vai desde o micro e pequeno empresário que tem uma confecção até o pequeno e médio industrial, e entender quais são as necessidades desse mercado?*

*Como beneficiar uma camada maior da população que vive à margem do processo, porque ainda está tentando copiar ou fazer a mesma coisa que todo mundo faz? Como impulsionar tudo isso, e trazer inovação, tecnologia?*

*Hoje, mesmo se ainda em construção, o Brasil aumenta cada vez mais a sua visibilidade no mapa-múndi. Muitas vezes, por meio de potencialidades consideradas libertadoras – ou arrojadas. No Brasil, tudo se torna novo porque queremos que seja novo. A moda brasileira é fruto de um olhar aberto, curioso, generoso, solar.*

*O Brasil ostenta uma das populações histórica e culturalmente mais diversificadas e mestiçadas do mundo: 220 povos indígenas, uma imensidão de descendentes de africanos, de imigrantes europeus e asiáticos, de árabes, de judeus; em suma, gentes das mais diferentes origens étnicas e culturais, habitando uma variedade de formações naturais – cerrado, pantanal, caatinga, campos e os mais de 3,5 milhões de quilômetros quadrados de florestas tropicais, na Amazônia e na Mata Atlântica – que, por sua vez, abrigam a mais rica biodiversidade do planeta.*

*Dizem que os italianos têm design, os franceses têm marcas, os americanos têm mercado interno, os chineses têm preços e nós temos o quê? Parece que nós temos uma forma de ser e um lifestyle que transparecem na nossa criatividade. Acho que nosso diferencial está na capacidade de sintetizar e embaralhar diversidades e influências. O Brasil tem várias caras, inúmeras identidades e muitas vocações. Para nós, moda brasileira é a moda que leva a marca dessa diversidade. O que ela tem de especial é que tem a chance de trazer algo novo para a moda no mundo, algo fresco, com outro olhar.*

## **7. Indústria Têxtil e de Vestuário – Desafios e oportunidades**

*O complexo têxtil é definido como um subsistema que envolve todas as cadeias industriais desde as fibras até os produtos finais, passando pela fabricação do tecido, e culminando na produção de roupas, artigos para o lar e tecidos e confeccionados para uso industrial.*

*A amplitude, densidade e complexidade do setor têxtil e de confecção no Brasil retratam a força de sua estrutura socioeconômica. É esta estrutura que servirá de base para a internacionalização do setor e o surgimento de novos empreendedores. A globalização dos mercados tem evidenciado fragilidades internas que fazem com que muitos acreditem em seu desaparecimento, levando consigo empregos, estruturas sociais e tradições regionais, eliminando uma cultura técnica secular.*

*A nova ordem econômica, que vem fragmentando cadeias produtivas locais e integrando empresas em cadeias globais no mundo inteiro, criou, abruptamente, novas condições de competição por mercados em que algumas empresas apresentam maior capacidade de adaptação do que outras.*

*Neste novo ambiente, os continentes foram integrados pelas forças sócio-econômicas e pelas tecnologias, e as empresas e cadeias produtivas de diversos países, separadas por milhares de quilômetros, viram, subitamente, suas capacidades confrontadas pela necessidade de competir pelos mesmos recursos.*

*Competir por mercados mais exigentes capacita as empresas a oferecer melhores produtos para seus mercados mais tradicionais. O enfrentamento de situações desafiadoras eleva o nível de inteligência empresarial, desdobra e multiplica as operações de fabricação e, finalmente, envolve outras cadeias produtivas, o que culmina por gerar mais e melhores empregos.*

*Um ambiente desafiador é a condição para a evolução sustentável. Atualmente, as empresas que sabiam o que produzir, para quem, a que preço e durante quanto tempo, sabem cada vez menos.*

*O setor T&C brasileiro passa por um momento de transição que enfatiza a cada dia sua necessidade de buscar novos modelos para adequar-se aos desafios da economia global e da globalização de nossa sociedade de consumo. Interpretações equivocadas dos rumos da indústria e do consumo mundiais interferiram no planejamento do setor.*

*Os perfis de investimentos em máquinas, treinamento, P&D e modelos de gestão mostram isso. Quantos diretores de P&D há em todo o setor? Quanto o setor gastou em treinamento de pessoal de P&D. Considerada pelas empresas inovativas como a segunda atividade mais relevante? Qual o perfil tecnológico das máquinas de produção? Qual a magnitude dos investimentos em máquinas e equipamentos que aumentem a diferenciação de produtos? Quais os resultados práticos para a competitividade do setor que os investimentos de US\$ 11 bilhões produziram? Como pode a P&D nas empresas do setor estar concentrada em profissionais de nível médio de formação?*

*.....as costureiras de outros tempos deverão ser capazes de operar máquinas diferentes em processos de montagem que envolvem outras competências, diversas daquelas que há séculos vem sendo exigidas de trabalhadores manuais. Portanto, que tipo de emprego o setor está se preparando para suprir no futuro?*

*Os principais desafios da cadeia têxtil e de confecção identificados na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) são:*

- *Modernizar a estrutura produtiva*
- *Apoiar a consolidação empresarial*
- *Desenvolver produtos com maior valor agregado*
- *Expandir exportações*
- *Combater práticas desleais de comércio*
- *Fortalecer a cadeia produtiva (micro e pequenas empresas)*

*A meta traçada para 2010 é ampliar o faturamento para US\$ 41,6 bilhões (US\$ 33 bilhões em 2006).*

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy pelo pronunciamento.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente José Nery...

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – A solicitação de V. Ex<sup>a</sup> será acolhida na forma do Regimento, Senador Suplicy.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Pela ordem o Senador Sérgio Zambiasi. Em seguida, usará da palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente José Nery.

Com autorização do Senador Pedro Simon, apenas registro com muito pesar a morte, ontem, do ex-Deputado Bernardo de Souza, um grande ex-Parlamentar do Rio Grande do Sul, um grande líder político e com uma história de ética e trabalho para a política brasileira.

Bernardo de Souza foi Prefeito de Pelotas quando idealizou o orçamento participativo, Senador Simon, adotado depois com muito sucesso pela então administração popular do PT em Porto Alegre, que inclusive consagrou várias administrações petistas na capital gaúcha. Bernardo de Souza foi o idealizador do orçamento participativo na Cidade de Pelotas.

Posteriormente eleito Deputado Estadual, foi Secretário de Educação do Governo Simon. Seu último movimento político foi em 2004, quando nós, Senador Simon, o acompanharmos pelas ruas de Pelotas; e ele saiu vitorioso como Prefeito daquela cidade. Infelizmente, a doença não permitiu que ele pudesse concluir seu mandato como Prefeito, assumindo seu vice, Adolfo Fetter, que inclusive agora foi reeleito.

É o registro que fazemos de uma história política respeitável. Bernardo Souza foi o autor, Senador José Nery, da primeira lei antinepotismo do Brasil. Essa primeira lei foi votada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, se não me falha a memória, em 1988. Eu fui colega dele, Deputado Estadual. Lembro que houve uma resistência enorme a essa lei, mas conseguimos vencer aquela resistência, aprová-la na Assembléia e aplicá-la inicialmente na Assembléia do Rio Grande. Posteriormente, ela foi ampliada para todos os Poderes do Estado do Rio Grande do Sul.

É o registro que queremos fazer, com sentimento de perda, com muita dor, com muito respeito à família, à esposa Hilda, a todos.

Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> fala pelo Senador Paim e por mim. Temos a mágoa, a tristeza, como diz muito bem V. Ex<sup>a</sup>, pela perda de um dos personagens mais dignos, mais extraordinários, mais ético, intelectualmente mais preparado na política do Rio Grande do Sul.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Obrigado, Senador Simon.

Realmente, o ex-Deputado Bernardo de Souza, ex-Prefeito de Pelotas, no Rio Grande do Sul, teve uma trajetória política respeitável. Ele morreu ontem, com 68 anos de idade, foi velado na Assembléia do Rio Grande do Sul e será cremado, agora à tarde, na capital gaúcha.

Eu não poderia deixar, junto com o Senador Simon e o Senador Paim, que não está presente agora por estar em compromisso externo, de registrar o sentimento de dor pela perda, ainda jovem, com 68 anos, de um grande valor político, por sua atuação política, por sua conduta ética e por toda a sua história.

Registro dois fatos – quero repetir, para ficar muito marcado nos Anais da história do Senado: foi o idealizador do orçamento participativo, que foi uma das grandes marcas da administração na capital gaúcha; e autor da primeira lei anti nepotismo no Brasil, como Deputado Estadual na Assembléia do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – A Mesa se associa ao sentimento de pesar manifestado pela Bancada do Rio Grande do Sul nesta Casa – Senador Sérgio Zambiasi, Senador Pedro Simon e, com certeza, Senador Paulo Paim – pelo falecimento do ex-Deputado Bernardo de Souza, ex-Prefeito de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Pelo exemplo aqui expresso nas palavras do Senador Sérgio Zambiasi, alguém identificado com a luta pela ética na política, inclusive autor da idéia do orçamento participativo, bem como da luta contra o nepotismo na administração pública, uma chaga que, apesar de ser constitucionalmente proibida, ainda temiam nessa prática em vários Estados, em vários Municípios e até na União.

Quero registrar, ainda, Senador Botelho, antes de ouvir V. Ex<sup>a</sup>, que estão conosco os alunos do 5º ano do Centro de Ensino Fundamental nº 4, da cidade de Sobradinho, Brasília. Crianças, adolescentes, professores (educadores), sejam todos bem-vindos à galeria do Senado Federal.

Teremos todos, agora, a satisfação de ouvir o pronunciamento do Senador Augusto Botelho, de Roraima. Ao mesmo tempo, quero informar que estamos aguardando a chegada do Presidente José Sarney

para que possamos tomar uma decisão em relação à votação da matéria que se encontra na mesa para deliberação.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho, aguardou, pacientemente, seu momento e, agora, temos a satisfação de ouvi-lo.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Matéria sobre a qual já existe acordo de Lideranças, segundo informações que nós colhemos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Serviço Público Federal vive, hoje, um momento histórico, sob a égide do Presidente Lula, do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, do Secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira e do Diretor do Departamento de Saúde, Previdência e Benefício do Servidor, Sr. Sérgio Carneiro.

Foi construída, coletivamente, com diversos setores da sociedade, a política de atenção à saúde do servidor público. Nós, realmente, não tínhamos uma política de atenção à saúde do servidor público. Cada ministério, cada órgão, fazia da sua forma. Então, discutiram bastante. E é sobre isso que vou dizer algumas palavras, hoje, nesta tarde.

O Governo Federal, ao longo dos últimos anos, tem empreendido esforços no trato das questões relativas à saúde do servidor, como forma de legitimar as relações de trabalho mais justas e equânimes, com base na proporcionalidade das garantias fundamentais, conforme prevê o Estado democrático de direito.

Em 2007, iniciou-se o processo de construção dessa política de atenção à saúde do servidor, Senador Nery, com encontros, oficinas, reuniões com áreas de recursos humanos, com técnicos de saúde, com entidades sindicais, compartilhando as experiências e as dificuldades de cada um. Tratou-se do desafio de construir uma política transversal com os diferentes órgãos da administração pública federal e diretrizes centrais de natureza normatizadora, mas com sua implantação desconcentrada e coletivizada, por meio de gestão participativa dos atores envolvidos, com foco na integralidade das ações.

Para enfrentar esse desafio proposto, nas dimensões e no ritmo que o cenário exigia, foi criado o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS – e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, formado por oito ministérios. Essa base legal se constituiu no marco fundamental para a implantação da nova política de atenção à saúde do servidor público.

A organização do Siass contempla uma política sustentada a partir dos eixos: Vigilância e Promoção à Saúde e Vigilância aos ambientes e processos de

trabalho, Perícia e Assistência, fundamentadas em gestão com base em informação epidemiológica, na inter-relação entre os eixos, no trabalho em equipe multidisciplinar e na avaliação dos locais de trabalho, em que se considerem os ambientes e as relações de trabalho, propiciando um novo paradigma da relação saúde e trabalho do servidor público.

Foi realizado levantamento de dados com o objetivo de conhecer os recursos humanos, materiais, técnicos, de infraestrutura e as atividades desenvolvidas nos serviços de saúde dos órgãos federais. Os dados possibilitaram a produção de informações gerenciais essenciais que apoiam a organização das unidades de saúde e a implantação das políticas que sustentam o Siass nas unidades da Federação.

Lá em Roraima, nós temos uma junta médica do Ministério da Saúde – que já funciona há mais de 20 anos, mas funciona por esforço próprio e por iniciativa própria nossa –, que também contribuiu para esse trabalho, graças a Deus!

O sistema integrado de informações Siape-Saúde possibilitará a consolidação de informações periciais, de licenças médicas, de acidentes de trabalho, de doenças profissionais, de aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais.

As iniciativas na área pericial visam à uniformização de procedimentos, a transparência dos critérios técnicos, a agilização administrativa, a humanização no atendimento – que é uma coisa muito importante – e a racionalidade de recursos. O apoio multidisciplinar e as relações com as áreas de assistência e da promoção à saúde continuarão. Uma perícia compromissada com o retorno ao trabalho e preservada por preceitos éticos da relação entre o perito e o periciado.

A coleta, a sistematização e a análise de informações individuais e coletivas do sistema constituem a base para a formação do perfil epidemiológico dos servidores, para a gestão qualificada das questões relativas à saúde do servidor e, principalmente, possibilitará a criação de programas e a execução de ações de vigilância e promoção à saúde do servidor.

A alteração da Lei nº 8.112, de 1990, possibilitou a regulamentação das licenças de curta duração e a adoção de novos critérios para a perícia singular, atuação de juntas médicas, revisão das aposentadorias por invalidez, além da instituição da perícia odontológica, que era uma falha do sistema. Com a nova legislação, o Governo qualifica a avaliação pericial, possibilita o controle gerencial, compartilha responsabilidades e agiliza os direitos dos servidores.

Os protocolos técnicos com parâmetros para a concessão de licenças, de aposentadorias por invalidez, de readaptação funcional e de exames admissio-

nais possibilitarão transparéncia e uniformização das perícias oficiais.

Foi elaborado também, com a contribuição de um conjunto de técnicos de diversos órgãos, o Manual de Perícia Oficial em Saúde.

O prontuário eletrônico, o manual de perícia, a capacitação da equipe e a edição do decreto que normatiza as licenças médicas possibilitam a construção de um novo padrão de avaliação da capacidade laborativa dos servidores federais.

Além disso, executar ações de vigilância e de promoção à saúde que alterem os ambientes e os processos de trabalho e produzam impactos positivos sobre a saúde dos servidores federais constitui-se em outro grande desafio para a construção do Subsistema de Assistência à Saúde do Servidor. Para consolidar todas as ações junto aos servidores, profissionais da área de saúde, vigilância e promoção, movimentos sindicais, foi instituída, por meio de portaria da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, a Norma Operacional de Saúde do Servidor, chamada de NOSS.

Os Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental e, ainda, o Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor realizará, na próxima semana, o Fórum de Vigilância e Promoção, que contará com mais de 450 servidores, que poderão, entre outras coisas, presenciar experiências no que diz respeito ao tema do evento.

As ações de vigilância e de promoção à saúde fundamentam-se no uso de informações epidemiológicas coletadas pelo sistema, no conhecimento transdisciplinar para melhor entender a relação saúde-trabalho e na participação dos servidores em todas as fases do processo de intervenção nos ambientes de trabalho.

A instituição obrigatória do exame periódico para todos os servidores federais, por meio do Decreto 6.856, de 2009, é parte das iniciativas para o acompanhamento da saúde dos servidores e tem como objetivo a prevenção dos agravos instalados e a promoção da saúde.

Constituiu-se, ainda, grupo de trabalho com o objetivo de construir uma proposta para o benefício da saúde suplementar que considere valor diferenciado, com base na faixa remuneratória dos servidores e na faixa etária dos beneficiários, tornando a concessão do benefício mais eficiente e mais equânime.

Para isso, foi idealizado um levantamento do número total de servidores e de seus dependentes inscritos em planos de saúde, para que os recursos repassados referentes ao *per capita* deste ano de 2010 fossem em números reais, permitindo a isonomia dos valores repassados.

Hoje, os valores se tornam mais justos e equânimis, distribuídos de acordo com a renda e a faixa etária do servidor. O menor valor de ressarcimento é de R\$72,00, e o maior, de R\$129,00. Ou seja, quem ganha mais e é mais novo recebe um ressarcimento menor; quem ganha menos e é mais velho recebe um ressarcimento maior. Isso permitiu a 13 mil servidores o acesso à saúde suplementar.

No que se refere à previdência do servidor público, a Constituição de 1988, em seu art. 40, condicionou o regime de previdência à contribuição por parte do servidor, assim como a Lei 8.112/90, em seu art. 185, enumera os benefícios a serem prestados aos servidores.

Tendo em vista a distribuição de competências do Poder Executivo Federal, a natureza do assunto e a abrangência da medida, a elaboração da proposta de Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Federal não está limitada ao Serviço de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento ou mesmo ao Ministério do Planejamento. Envolve, também, o Ministério da Previdência Social e a Casa Civil.

O processo de discussão tem ocorrido em sintonia com a construção das demais políticas tratadas pelo Serviço de Recursos Humanos no sentido de diminuir as disparidades entre os direitos dos servidores públicos federais e os dos trabalhadores da iniciativa privada, de forma a garantir condições dignas e justas a todos os trabalhadores brasileiros.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A Senadora Serys já está presente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado, Senador Augusto Botelho. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar, como Líder do Partido dos Trabalhadores em exercício, que sou favorável a votar agora – já está ultrapassada a hora da Ordem do Dia – o PL nº 88, pois há um requerimento sobre a mesa, assinado por todos os Líderes. Quero aqui registrar, Sr. Presidente, que, se não for de pronto, eu, infelizmente, tenho um voo às 17 horas e 20 minutos e preciso sair para o aeroporto.

Mas aqui registro minha posição favorável, conforme assinei no requerimento, para apreciação e votação desta matéria, que é consensual, pois todos os Líderes de partidos no Senado aprovaram, e temos

também o aval do Líder do Governo, Romero Jucá, e da Oposição, dos Líderes Arthur Virgílio, Agripino Maia. A própria Senadora Serys Slhessarenko foi quem teve a iniciativa de apresentar esse requerimento. Salvo engano, ela é a Relatadora.

Então, quero aqui já consignar meu voto favorável, Sr. Presidente. Infelizmente, terei que me ausentar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Senador Suplicy, informo V. Ex<sup>a</sup> de que há disposição de votar a matéria no dia de hoje, porém estamos aguardando a chegada do Presidente José Sarney, que está em deslocamento para o Senado. Creio que ele deve estar chegando. São as informações de que aqui dispomos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu só gostaria, então, que informasse ao Presidente José Sarney que eu manifestei estar de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Será informado, porque a posição manifestada por V. Ex<sup>a</sup> é a posição de todos os Líderes, que assinaram requerimento conjunto para conferir à matéria a urgência necessária e a votação, se possível, imediata. Mas aguardamos a chegada do Presidente, que tem os detalhes dos encaminhamentos e do acordo para essa votação. Estamos no aguardo do Presidente. Logo que ele chegue, essa questão será submetida à apreciação no plenário.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para, na condição de orador inscrito, fazer seu pronunciamento.

Em seguida, está inscrita, também na condição de oradora, a Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra<sup>s</sup> Senadoras, eu ainda queria vir aqui falar – e voltarei em algum momento – sobre o pré-sal, sobre a necessidade de uma visão de estadista na discussão sobre o que fazer com esses recursos, como distribuí-los não apenas entre Estados, mas também entre tempo, desta geração com a próxima. Mas hoje, em tempo de futebol, eu venho falar sobre este assunto, trazendo aqui a minha surpresa de só agora ter tido contato direto, Sr. Presidente – e gostaria de saber se outros Senadores tiveram – com a realização, em setembro próximo, no Rio de Janeiro, de uma copa mundial de futebol. Poucos devem saber disso. Em setembro, haverá outra copa de futebol, uma copa de moradores de rua. Uma copa em que os jogadores são excluídos entre grupos desfavorecidos, excluídos, pobres da sociedade. Sessenta e cinco países estarão no Rio de Janeiro; sessenta e quatro e mais o Brasil. Essa vai ser a 8<sup>a</sup> Copa Social de Futebol; é assim que eles chamam.

É uma copa patrocinada mundialmente, em que se escolhem jogadores entre os mais pobres dos países desses países. E eles disputam a copa. Já houve copa na Austrália, na Suécia, na Escócia, na África do Sul, na Dinamarca e na Itália. Em setembro, será aqui no Brasil. Anualmente eles fazem a copa; no próximo ano será na França, em Paris. É algo que merecia uma atenção especial. Mas, lamentavelmente, essa copa, que já tem o patrocínio da viagem de todos os jogadores dos outros países para cá, que recebem o patrocínio de uma grande empresa esportiva, dentro do Brasil eles não têm, até aqui, nenhum patrocínio. Quero aproveitar aqui a tribuna para chamar a atenção dos empresários, das estatais brasileiras, da Petrobras, que vai agora, com o pré-sal, segundo se diz, receber centenas de bilhões de reais, para que percebam que não é possível que, quando se trata da Copa da Fifa, a gente fale em bilhões e, quando se trata de uma copa com um impacto social, que exige uma sensibilidade muito grande, não se consigam recursos.

A própria Prefeitura do Rio de Janeiro, até aqui, deu apenas um apoio simbólico, institucional, de dizer “nós patrocinamos”, mas nenhum recurso, Senador Botelho. Nenhum recurso do Governo Federal. Nenhum recurso de nenhuma agência. Nenhum recurso de nenhuma empresa até aqui. E é algo tão simpático de se fazer! É algo que chama a atenção de todos aqueles que assistem, uma copa do mundo em que os jogadores são escolhidos entre aqueles que moram na rua, aqueles que são excluídos, aqueles que estão em situação de risco.

Hoje, recebi o técnico brasileiro dessa equipe, que já, praticamente, selecionou os jogadores que vão representar o Brasil: a população carente, a população de risco, a população pobre, a população excluída de jovens. Mas não há recursos garantidos ainda. Apenas três meses faltam, ou menos – julho, agosto e setembro, porque a data de realização dessa copa será de 18 a 23 de setembro.

Eu quero aqui pedir a todos aqueles que fazem o Governo do Rio de Janeiro e o Governo brasileiro para que se juntem e passem a apoiar um evento como esse. Será uma vergonha que, na 8<sup>a</sup> Copa Social de Futebol, nós não tenhamos realizado as instalações necessárias, que consistem apenas, Senador Simon, em um tablado na praia de Copacabana e, obviamente, pagar a hospedagem dessas 64 seleções que virão para cá.

Estamos falando de um tablado, e não há um real. Agora, quando a gente fala da construção dos estádios, só um vai custar R\$600 milhões, só um dos estádios para a realização da Copa de 2014.

O Brasil inteiro fala, todos os dias, do atraso nas obras para a Copa de 2014 patrocinada pela Fifa. E confesso que só hoje vim tomar conhecimento de que haverá essa copa em setembro e que se precisa apenas de um tablado que organize o futebol de salão, porque não é em grande quadra, na praia de Copacabana, e até agora não têm um real as instituições que organizam.

Quero deixar aqui não o meu protesto, porque não é tempo de protesto ainda, mas o meu apelo para que as autoridades do Brasil ajudem a realizar essa 8ª Copa do Futebol Social, essa copa em que os jogadores são escolhidos entre aqueles que fazem parte dos grupos de risco social, daqueles excluídos, daqueles que moram nas ruas e que, ao serem escolhidos para fazer parte da seleção, passam a receber um emprego ou uma bolsa para estudar, dependendo da idade.

Creio que a gente não pode passar a vergonha de não ter essa copa realizada no Brasil depois de terem sido realizadas sete em outros países do mundo, sobretudo no mesmo momento em que nos preparamos para gastar um, dois, três bilhões de reais para organizar a Copa de 2014.

Fica aqui o meu apelo no sentido de que o Brasil seja capaz de realizar também essa copa dos pobres, essa copa em que os jogadores estão entre os mais pobres da sociedade, escolhidos conforme o talento para o futebol, mas de uma maneira clara entre aqueles que precisam, às vezes, de um empurrão e, sobretudo, precisam do prazer de fazer aquilo que lhes é negado no dia a dia.

Peço aqui que o Presidente da República, que tem sido tão envolvido com o futebol, talvez mais do que qualquer outro Presidente, e que é um homem que vem das camadas mais baixas da população e que tem demonstrado um sentimento muito forte de solidariedade e de ligação com a população pobre, tome conhecimento, por este discurso, de que há no Brasil, em preparação, a realização da 8ª Copa de Futebol Social Mundial. E que nós possamos dar esse pequeno apoio para que essa copa seja realizada. Ela precisa de tão pouco, comparada com a de 2014, que eu acho que vale a pena ser feito.

Aqui fica o meu apelo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Cumprimento o Senador Cristovam Buarque por trazer à tona essa informação. Quero dizer a V. Exª, também, que, por se tratar de uma copa social de futebol, justamente por isso é que ela não desperta o apoio, a atenção para que ela seja realizada como tem que ser. Então, é o fato de ser uma copa social e não ser uma copa dos grandes negócios, dos grandes lucros, como é a Copa da Fifa, que, na verdade, por mais que

seja um momento de entretenimento entre os povos, entre os países, tem em si a disputa por valores econômicos tão extraordinários; toda a atenção do mundo está voltada para a Copa que acontece no continente africano, exatamente na África do Sul. Mas a Copa Social, em sua oitava edição, no Brasil, de 18 a 23 de setembro, não tem o mesmo apoio.

O pleito de V. Exª é o pleito de todos que, aqui no Senado, querem que as questões sociais, aquilo que é de iniciativa do nosso povo seja valorizado, como é valorizada uma experiência como essa do trabalho dos artesãos de Abaetetuba, que estão aqui, na galeria, acompanhando toda a sessão desta tarde do Senado Federal.

Hoje, V. Exª presenciou a abertura da exposição. Essas questões de natureza social e popular precisam, realmente, de apoio e quero expressar, em nome dos artesãos de Abaetetuba, o agradecimento pelo seu comparecimento à abertura dessa importante exposição de brinquedos de miriti aqui, no Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slihs-sarenko, que representa tão bem o Estado de Mato Grosso.

Eu dialogava com a Senadora Serys a respeito do seu impedimento para que fosse candidata à reeleição e, seguramente, reeleita Senadora pelo seu Estado.

Estava aqui o Senador Cristovam, dando continuidade ao que nós combinamos, outro dia, com alguns outros Senadores: um movimento por Serys candidata no Mato Grosso, como legítima representante do povo trabalhador e lutador daquele Estado.

**A SRª SERYS SHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador.

Aguardamos a abertura da Ordem do Dia para que possamos votar o PLC nº 88, que é muito importante. Já estamos com o relatório pronto e assinado. Ele foi entregue e o parecer é favorável. Assim que for aberta a Ordem do Dia, acredito eu, porque há acordo de todas as Lideranças, teremos mais essa vitória.

Vou, hoje, falar de forma breve sobre algo a que atribuo grande importância. Alguns dizem até que não, mas eu digo que sim. Às vezes, ganhos, mesmo pequenos, são significativos. Às vezes, aqueles ganhos tidos como pequenos, para os grandes não são ganhos – os grandes economicamente –, mas os 7,7% de reajuste dos aposentados são significativos, sim, porque o ganho era nenhum e, agora, são 7,7%, aprovados pelo Congresso Nacional, pela Câmara e pelo Senado, e sancionados pelo Presidente Lula.

Eu queria começar, como Senadora do meu querido Estado de Mato Grosso, saudando o Sr. Silvino Monteiro, Presidente da Associação dos Aposentados

e Pensionistas do meu Estado de Mato Grosso. O Sr. Silvino tem muita história nessa luta, mas muita história, mesmo.

Fui Deputada Estadual por três mandatos seguidos em Mato Grosso e tivemos muitas lutas juntas, acompanhando, defendendo os aposentados do meu Estado, inclusive quanto à questão da passagem, do deslocamento intermunicipal em Mato Grosso. Isso, há 15 anos, 18 anos, era algo impensável. Ninguém pensava que fosse possível se conquistar e conquistou-se, mas houve muita luta, e muita luta liderada pelo Sr. Silvino e tantos outros.

Então, mando um forte abraço ao Sr. Silvino Monteiro, Presidente, como eu já disse, da Associação Estadual dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso, extensivo aos demais membros da sua diretoria e a todos os associados. São pessoas que, apesar de merecidamente aposentadas, continuam lutando por direitos e avanços da categoria.

Sáudo, ainda, o Presidente da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Rondonópolis e Região, Sr. Nilton Rosa dos Santos, e o Presidente do Conselho do Idoso de Rondonópolis, Sr. Lindomar Lemes dos Santos, bravos lutadores dessa nobre causa.

Lá, em meu Estado, os aposentados são muito “ativos” nas suas lutas e, frequentemente, estão aqui, em Brasília, participando das negociações, conversando com os Parlamentares e indo ao Executivo para levar suas propostas, apontando para a nossa equipe econômica de onde tirar recursos.

Tenho certeza de que os aposentados de meu querido Estado de Mato Grosso saberão reconhecer o gigantesco esforço que o Governo do Presidente Lula vem fazendo para lhes garantir uma qualidade de vida digna, preservando o poder de compra de seus salários.

Durante os três mandatos como Deputada Estadual mato-grossense, como eu já disse aqui, eu participei ativamente de diversas lutas da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso. O meu gabinete parlamentar transformou-se num quartel-general dos aposentados. Por isso, fico muito feliz com a decisão firme e corajosa do Presidente Lula.

O Brasil, Sr. Senador José Nery, que preside esta nossa sessão, senhoras e senhores que nos veem e que nos ouvem, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, costuma-se dizer, é um País maravilhoso, de um povo maravilhoso, de terras férteis, de homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras, de uma indústria pujante, mas ainda com uma distribuição de riqueza que deixa muito a desejar.

As desigualdades sociais são reveladas nos detalhes concretos entre ricos e pobres e no abismo das oportunidades. Crescemos, neste País, ouvindo que, primeiro, precisávamos fazer crescer o bolo para, depois, distribuí-lo. Esse bolo sempre crescia e ninguém da classe pobre conseguia dele provar.

Felizmente, conseguimos ingressar num período de democracia em nosso País e, após sucessivas eleições, chegamos até aqui.

Devo reconhecer que todos os governos, no pós-ditadura, tentaram, de alguma forma, ajudar aqueles que mais precisavam, uns acertando mais que outros, mas tentando. No entanto, o Governo atual foi o que mais se esforçou e fez, pois sua opção política foi pelos que mais precisavam, valorizando os trabalhadores, valorizando o salário mínimo e recuperando o seu poder de compra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Senadora Serys, permita-me interromper V. Exª?

**A SRª SERYS SLHESSAREKO** (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Quero anunciar e agradecer a presença, na galeria da Casa, de uma comitiva de alunos do segundo ao décimo semestre do curso de Direito da Faculdade Santa Lúcia, da cidade de Mogi Mirim, no Estado de São Paulo. Saudamos a visita das senhoras e dos senhores, inclusive acompanhados de educadores daquela faculdade, e agradecemos pela sua presença entre nós, dizendo: sejam todos bem-vindos!

Muito obrigado, Senadora Serys.

V. Exª continua com a palavra.

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

Com certeza, também reforço a sua saudação a todos, especialmente a todas. É muito bom ver mulheres chegando, também, às várias profissões, especialmente a algumas que antes eram dadas apenas aos nossos filhos, aos companheiros homens. Sou advogada também, fui professora da Universidade Federal do meu Estado por 26 anos. Então, eu realmente valorizo muito a nossa carreira.

Sejam muito bem-vindos. Esta Casa os recebe com muita honra. Muito obrigada pela presença.

Continuando com o meu discurso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula é o que mais se esforçou, como eu disse, buscando melhorar a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. O nosso Governo fez a opção correta de gerar emprego e renda, notadamente nas classes C e D.

Hoje, em nosso País, podemos dizer que o crescimento econômico vem junto com a distribuição de renda, seja pelo poder real de compra do salário míni-

mo ou pelos inúmeros programas sociais, como Bolsa Família, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e outras formas de distribuição.

Constatou que os aposentados do Brasil encontraram no Governo do Presidente Lula disposição para melhorar suas condições salariais e, principalmente, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

É evidente, senhoras e senhores, que ainda estamos longe do que desejamos, mas reconheço que importantes conquistas estão sendo feitas. Digo isso porque, inegavelmente, houve, neste Governo do Presidente Lula, significativos avanços em antigas reivindicações que nunca saíram do papel. Aos poucos, o nosso País começa a valorizar aqueles que, quando ativos, tanto contribuíram para o sucesso econômico que vivemos hoje. Eu sei que os nossos aposentados aguardavam, com muita expectativa, as intensas discussões aqui, no Congresso Nacional, principalmente sobre o projeto do reajuste para 2010.

Agora, fica evidente que o nosso Governo tem a sensibilidade social necessária que faltou a alguns governantes. O Presidente Lula, sempre que chamado a decidir sobre um assunto, o faz com os olhos voltados para o social. Faço referência à sua última decisão de sancionar o reajuste de 7,72% para os aposentados que ganham mais de um salário mínimo. A decisão foi tomada depois de cerca de quatro horas de reunião com a equipe econômica do Governo, o Ministro da Previdência, Carlos Eduardo, e o Líder do Governo na Câmara, o nosso companheiro, Deputado Cândido Vaccarezza. Foi uma sábia e necessária decisão.

Evidentemente, essa decisão exigirá alguns ajustes necessários para garantir o equilíbrio fiscal, a solidez das contas públicas e a obtenção do superávit primário, mas vale à pena.

O Ministro Guido Mantega adiantou que serão feitos cortes no valor de R\$1,6 bilhão no custeio e também em emendas para arcar com os novos gastos. O importante, Sr. Presidente, é que essa medida de reajuste foi tomada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e sancionada pelo Presidente Lula. Votei favoravelmente – atentem, porque lá no meu Estado de Mato Grosso teve gente que votou contra – ao reajuste e fico feliz em saber que o Ministério da Previdência Social já decidiu que ele será processado na folha de benefícios de julho e pago ainda em agosto, e que o aumento retroativo a janeiro também poderá ser pago na mesma folha.

A sanção presidencial é uma inequívoca demonstração de sensibilidade social do Governo Lula e do Congresso Nacional, que reconheceram, na prática, a luta daqueles que ajudaram este País a ser o que é hoje.

Parabéns! Parabéns às Associações dos Aposentados e Pensionistas de todo o Brasil, e muito especialmente às de Mato Grosso!

Sr. Silvino Monteiro, parabéns ao senhor e a toda a sua diretoria! Eu, Sr. Silvino, não só votei a favor, como também envidei todos os esforços para que a sanção acontecesse o quanto antes.

Externo ainda, com muito entusiasmo, meu reconhecimento pela luta vitoriosa do meu companheiro e Senador do Estado do Rio Grande do Sul, Paulo Paim. Agora, é continuar lutando pela aprovação de outros projetos, especialmente aqueles que envolvem a reposição das perdas salariais ocorridas ao longo dos anos.

Senador Paulo Paim, nosso bravo guerreiro nessa área – aliás, em várias áreas – estaremos sempre juntos nessas novas lutas.

Sr. Presidente, rapidamente, quero registrar, aqui, que estive presente, hoje de manhã, no lançamento do Plano Safra 2010, que contou com a presença do Presidente Lula e de vários Srs. Ministros – o nosso Ministro Cassel, do Ministério do Desenvolvimento Agrário –, e, principalmente, com os trabalhadores da área rural. Trabalhadoras e trabalhadores, centenas e centenas deles, passando do milhar, trabalhadoras e trabalhadores da área rural que lá estavam no lançamento do Plano Safra 2010. Presente também o Frei Sérgio, cuja fala eu ouvi – impressionante! –, com tanta determinação, na defesa dos pequenos produtores rurais, do projeto da agricultura familiar do projeto do Governo Lula e de tantos outros projetos, como o do Terra Legal, o da Alimentação Escolar, que agora é obrigado a comprar 30% da agricultura familiar. Lá, foram saudados muitos projetos importantes. E o lançamento do Plano Safra 2010 é mais uma vitória, com certeza, das trabalhadoras e dos trabalhadores, pequenos produtores do meio rural.

O Presidente Lula, ao fazer a apresentação desse Plano, falou o quanto é importante para o Governo a agricultura familiar. O grande produtor, realmente –, e no Estado de Mato Grosso há muitos grandes produtores, o agronegócio é grandioso em Mato Grosso –, a gente quer que ele vá bem, que ele vá muito bem, cada vez melhor, para exportar e trazer divisas para o nosso País. Mas a agricultura familiar, o pequeno agricultor, esse precisa, sim, de políticas públicas que o apóiem de forma determinada, para que ele possa realmente ter uma vida melhor...

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys,...

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – ...para si e para seus familiares, com a dignidade da qual precisa e que merece.

Concedo o aparte ao Senador Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys, V. Ex<sup>a</sup> tocou em um assunto importante: a sensibilidade do Presidente Lula em relação à agricultura familiar. Quando ele chegou ao Governo, só existiam R\$2 bilhões para a agricultura familiar; hoje, são R\$16 bilhões disponíveis. As maiores dificuldades dos agricultores do Pronaf no meu Estado são as que esbarram no Incra, que complica, gerando dificuldades para acessarem o Pronaf. Também a agricultura industrial terá R\$100 bilhões disponíveis este ano. O Presidente Lula tem a visão de que o nosso País será o maior produtor de alimentos do mundo. E, para chegarmos a ser a 5<sup>a</sup> potência, precisamos continuar a fazer esse investimento. Esperamos que o próximo governo invista mais ainda em educação. O Presidente Lula, de 100, vai pular para 340 escolas técnicas. O próximo Presidente tem de pular de 340 para 600 escolas técnicas e agrotécnicas. Todos falam que o nosso crescimento começa a parecer com o crescimento chinês, mas deixamos a desejar na qualificação de nossos trabalhadores, porque a educação fundamental nunca foi olhada com bons olhos. Agora, depois do Fundeb, as coisas parecem melhorar, mas precisamos avançar e melhorar a qualidade da educação, para que a gente possa realmente crescer não só na produção de alimentos, mas na produção de conhecimento neste País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Mato Grosso tem uma Senadora que faz um trabalho louvável. Tenho certeza de que eles ainda vão pensar bastante, daqui até a convenção, para ver o que estão fazendo de errado lá no seu Estado.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Botelho. O senhor, com certeza, engrandeceu o meu pronunciamento, principalmente quando levanta a questão da importância da educação.

Vejo adentrar as nossas galerias um número grande de bonitos jovens, os jovens e as jovens.

Sejam muito bem-vindos! Vocês engrandecem o nosso plenário.

Quero dizer, Senador Botelho, que educação é realmente decisiva e determinante. Na nossa sociedade, precisamos de mudanças que tragam no seu bojo a certeza e a clareza de que as pessoas sabem o que estão buscando. Para sabermos o que estamos buscando, que tipo de transformação estamos buscando, precisamos realmente ter educação de qualidade, educação que nos leve a conhecer a realidade.

Senador José Nery, que preside a sessão, só quem conhece é capaz de compreender e só quem compreende é capaz de transformar. Se tivermos uma educação que não seja de qualidade, pode até estar

todo mundo na escola, já é um passo importante, mas, se não for uma escola que leve a sociedade a compreender por que a sociedade é assim e não de outro jeito... E, se ela pode ser de outro jeito, se ela pode ser transformada, temos que saber como fazer essa transformação. Isso tem que advir, Sr. Presidente, da educação também, com certeza, principalmente.

Se, ao ser alfabetizado, aprendo que um mais um são dois, isso não está me ajudando a transformar; está me ajudando até a entender que eu sei fazer uma conta, que um mais um são dois. Mas saber a favor de quem e contra quem funcionam a soma, a subtração, a multiplicação e a divisão é tão ou mais importante ainda do que saber que um mais um são dois. Saber a favor de quem a soma e a multiplicação trabalham; e a subtração e a divisão, a favor de quem, ou contra quem, trabalham. Isto é educação de qualidade: é saber, é conhecer o que está acontecendo na nossa sociedade, pois só quem conhece comprehende e só quem comprehende é capaz de transformar.

Por isso moçada, moçada bonita – tenho quatro filhos e cinco netos –, é que digo sempre que vocês têm que buscar na escola, têm que cobrar: “Eu quero entender o que está acontecendo. Eu não quero saber só o que estão dizendo, eu quero ir além. Por que isso está acontecendo? Quero saber com profundidade”. É ser curioso mesmo: “Estou estudando não só para tirar dez” – tomara que seja, que todo mundo tire só dez, ótimo! Mas não é só para isso, não –, “estou estudando e quero estudar porque sou curioso, sou curiosa, e quero aprender e entender cada vez mais e melhor o que está acontecendo ao meu redor”.

Parabéns a vocês que estão aqui, hoje, conosco!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL – PA) – Meus cumprimentos à Senadora Serys Slhessarenko pelo pronunciamento, sem dúvida, vibrante e corajoso, como sempre fez nesta Casa. Sua luta em Mato Grosso expressa seu pensamento sobre aspectos fundamentais da luta por cidadania, por direitos dos trabalhadores e dos aposentados do nosso País.

Quero registrar e agradecer a presença, nas galerias do Senado, dos professores e alunos do 8º ano do Colégio Prisma, da cidade de Montes Claros, Minas Gerais.

Sejam todos e todas bem-vindos às galerias e a esta sessão plenária do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Yanai, ao mesmo tempo em que informo ao plenário que estamos consultando as diversas lideranças para definirmos a votação do PLC nº 88, que é de interesse de vários órgãos públicos federais, tendo em vista que haverá

necessidade de convocarmos uma sessão extraordinária para realizar a votação do projeto, que é de interesse dos trabalhadores, dos servidores públicos do Estado brasileiro.

Com a palavra, o Senador Jorge Yanai, para proferir seu pronunciamento.

**O SR. JORGE YANAI** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda agora, no começo deste mês, o jornal *Correio Braziliense* publicou notícia sobre a má disposição do lixo hospitalar em plena Capital da República. Uma lei em vigor há cerca de um ano determinou que o recolhimento do lixo hospitalar no Distrito Federal passasse a ser de responsabilidade de quem o produz.

Foi o suficiente para que se instalasse o problema. Sem a coleta pública, clínicas de um condomínio da Asa Sul, especializados em hemodiálise, ginecologia, odontologia e ortopedia, passaram a descartar os resíduos que produzem em contêineres, em plena rua, sem os cuidados requeridos.

Chama a atenção, nesse caso, o fato de que, em plena Capital da República, ocorram problemas dessa natureza, que não são, aliás, privilégio de um dos bairros mais ricos de Brasília.

Em Sinop, no nosso Estado do Mato Grosso, o ano começou com problemas semelhantes. Lá, segundo a imprensa, a Secretaria Municipal de Saúde foi acusada de não ter dado destinação correta ao lixo hospitalar. No caso, segundo o noticiário da época, o lixo estava sendo jogado em valas, a céu aberto, e posteriormente enterrado no lixão municipal, com risco de contaminação de nascentes e do lençol freático.

Hoje, em Sinop, os três hospitais, o Pronto Atendimento e as dezenas de clínicas médicas e veterinárias e farmácias da cidade produzem cerca de duas toneladas e meia de lixo hospitalar por dia, segundo informações. E só agora, após as denúncias havidas, é que a Prefeitura está tomando as providências necessárias, inclusive no que diz respeito ao aterro sanitário da cidade, para destinação do lixo comum, que já se encontra perto do seu limite.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse é um problema sério a ser enfrentado, até porque, de acordo com os últimos dados do IBGE, a geração de lixo nas cidades brasileiras aumentou cerca de 49% na última década do século passado. Esse volume certamente terá crescido mais, de lá para cá, e deve continuar crescendo, em razão do aumento de consumo e das mudanças de hábitos da sociedade brasileira.

Felizmente, a coleta de lixo, em geral, também melhorou. Ela passou do atendimento a 76% dos do-

micílios, em 1992, para 85%, em 1999, e para 89%, em 2003. No que diz respeito ao manejo de resíduo sólidos, os serviços são prestados exclusivamente pelas prefeituras em 88% dos municípios; por prefeituras e empresas privadas em 11%; e exclusivamente por empresas contratadas em pouco mais de 1% dos municípios.

As empresas privadas concentram sua atuação nos grandes e médios municípios, especialmente nos serviços de coleta. Como resultado, cerca de 45 empresas são responsáveis pela coleta de 30% do lixo gerado no País.

Os resíduos gerados na prestação de serviços de saúde – o que tenho chamado até aqui de lixo hospitalar – representam apenas 2% do total das 154 mil toneladas de resíduos sólidos gerados diariamente no País, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE, de 2000, a última disponível.

Desse percentual, somente cerca de 20% são resíduos especiais ou resíduos que necessitam de tratamento prévio à sua destinação final. Por conseguinte, do volume total de resíduos gerados em serviços de saúde, entre 75% e 90% do total apresentam riscos equivalentes àqueles presentes no resíduo domiciliar, segundo a Organização Mundial de Saúde. Ainda assim, é imperativo dar tratamento adequando a essa pequena parte do lixo hospitalar, que requer tratamento específico.

Se temos problemas e desvios na destinação desse tipo de resíduo em cidades tão diferentes como Sinop e Brasília, uma, a capital do Nortão, a outra, capital do País, isso certamente pode ser corrigido pela adoção de uma legislação adequada.

O momento propício é este, em que o Senado examina a instituição de uma nova Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Substitutivo da Câmara em exame, oferecido ao Projeto de Lei originário do Senado, trata da questão do lixo hospitalar.

O lixo hospitalar está incluído na categoria dos resíduos perigosos, que são definidos como aqueles que, em razão de suas características específicas, previstas no Substitutivo, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com a lei, regulamento ou norma técnica.

Segundo o projeto, os resíduos gerados nos serviços de saúde são aqueles definidos em regulamento ou em normas estabelecidas pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente e pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – coordenado pela Anvisa –, resíduos esses que estão sujeitos a regime especial de gerenciamento.

Em razão disso, o Projeto atribui aos seus geradores a responsabilidade pela coleta e destinação final

ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde e cria a obrigatoriedade de elaboração de um plano de gerenciamento específico.

O art. 21 do Substitutivo – em consonância com o art. 39, que trata dos resíduos perigosos – estabelece o conteúdo mínimo do plano de gerenciamento, bem como as obrigações dos geradores frente aos órgãos de fiscalização e controle dos Sistemas Nacionais de Vigilância Sanitária e do Meio Ambiente.

Ainda de acordo com o Projeto em exame, os resíduos gerados nos serviços de saúde que possam – em razão de sua natureza, composição ou volume – ser equiparados pelo poder público municipal aos resíduos sólidos domiciliares submetem-se ao mesmo regime de coleta e disposição final adotado para estes últimos. O gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares insere-se no âmbito das competências dos municípios, consoante o art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal.

A inobservância aos preceitos da lei que resultar do Substitutivo sujeitará os infratores às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Essa lei e o seu regulamento dispõem sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Além disso, o projeto altera o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, de modo a punir, criminalmente, aquele que manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos, o que inclui o “lixo hospitalar”, de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento. A pena é reclusão de um a quatro anos e multa.

Devo reconhecer os avanços do Substitutivo que veio da Câmara, que nos dão diretrizes interessantes e avançadas para o tratamento de resíduos sólidos no Brasil. Tenho, contudo, uma divergência importante quanto a um dos aspectos desse projeto, aquele que atribui aos geradores do “lixo hospitalar” a responsabilidade – e, conseqüentemente, os custos dela decorrentes – pela coleta e destinação final ambientalmente adequada desses resíduos.

Há alguns argumento que desejo apresentar a V. Ex<sup>a</sup>s a respeito. Em primeiro lugar, por que deve ficar o ônus pela coleta e pela destinação final desses resíduos para os seus geradores, que pagam impostos como quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas que usufruem desses serviços?

Pela lógica dos serviços, que não escapa ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>s, os custos dessa operação serão certamente repassados aos usuários desses serviços, de uma forma ou de outra. No caso de empresas privadas, ele serão cobrados de seus consumidores;

no caso de hospitais e postos de saúde públicos, dos contribuintes.

Ademais, dada a periculosidade e a especificidade desse tipo de resíduos, seria de todo conveniente que o poder público se encarregasse, ele próprio, da sua coleta e da sua destinação final, segundo as normas técnicas adequadas, de forma a assegurar à coletividade que isso está sendo feito de maneira correta. A destinação do resíduo gerado pela saúde é questão de saúde pública e, por essa razão, é de responsabilidade do Estado. O gerenciamento do resíduo, com certeza, deve ser obrigação de quem o gerou, ou seja, das clínicas, hospitais, consultórios, mas a destinação final não. O município deve ser o responsável pelo seu recolhimento e destinação final, por ser um material de risco e merecer tratamento adequado, pois é uma questão de saúde pública. Não digo que o serviço não deve ter um preço, uma taxação específica, mas de obrigação do Estado. O caso de Brasília, que citei no início desta fala, demonstra bem o que pode ocorrer se o assunto ficar a cargo de particulares.

Penso que seja razoável que a nova legislação obrigue os geradores de “lixo hospitalar” a procedimentos rígidos e específicos de separação e acondicionamento desses resíduos, de forma a permitir e facilitar a sua coleta seletiva, mas que esta coleta seja de responsabilidade do município. A responsabilidade dos geradores deveria chegar somente até aí: procedimentos rígidos e específicos de separação e acondicionamento desses resíduos.

Assim, quero apelar, daqui desta tribuna, ao eminente Senador César Borges, relator da matéria, e a V. Ex<sup>a</sup>s para que considerem a introdução dessa alteração por mim apresentada e também em consonância com as assinaturas dos eminentes Senadores Augusto Botelho e Marco Maciel, no substitutivo em exame na Casa, não apenas por se tratar de uma questão de justiça, como também de bom senso, no sentido de proteger a população de riscos à saúde.

Penso que assim estaremos agindo de acordo com o verdadeiro interesse público.

Quero aproveitar também aqui, ilustre Presidente Serys, para fazer uma homenagem a minha cidade de Sinop, cidade progressista do nosso querido Estado de Mato Grosso. V. Ex<sup>a</sup> conhece Sinop tão bem e a trata tão bem, com o mesmo carinho com que nós mato-grossenses a tratamos, com respeito e também auxiliando dentro do Congresso Nacional com emendas, prestigiando as nossas festas, estando sempre participando com a sua valiosa presença, que muito nos honra na cidade.

Nesse pouco tempo que estou no Senado Federal, vejo com admiração como V. Ex<sup>a</sup> é amada e querida por

todos os seus pares nesta Casa. Sinto-me honrado de ser seu par, principalmente, por pertencer ao mesmo Estado de origem, o nosso querido Mato Grosso.

Sinop é, aliás, uma dessas cidades que revelam a força empreendedora do povo brasileiro. Em sua curta história, cresceu, prosperou, proporcionando uma vida melhor a milhares de brasileiros. Sinop representa também a concretização dos sonhos e do trabalho de dois grandes estadistas brasileiros, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O primeiro idealizou a Marcha para o Oeste, dando os primeiros passos nessa direção.

O segundo pôde fazer com que ela avançasse, com a construção de Brasília e sua ligação com o norte do Brasil, o que deu início à colonização de uma parte até então inexplorada do País.

Colonização é, aliás, uma palavra que está intimamente ligada à fundação de Sinop. Seu próprio nome é o acrônimo de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, empresa que se dedicou à colonização do norte do Mato Grosso, por agricultores do norte do Paraná.

Tudo começou em 1972, quando a Colonizadora Sinop S.A., do empresário Énio Pipino, adquiriu cerca de 500 mil hectares de terra, situados a 500 quilômetros de Cuiabá, na BR-163, a Cuiabá-Santarém. O empresário Énio Pipino já trazia consigo, àquela altura, a experiência de formação de dezoito cidades no Estado do Paraná.

Cerca de 400 homens, tendo à frente o gerente-geral da empresa, Ulrich Grabert e o topógrafo Benedito Spadoni, lançaram-se à tarefa de abrir as principais picadas na selva para plantar, naquela área, quatro novas cidades: Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia.

Sinop foi, afinal, fundada em 14 de setembro de 1974, dando início ao que mais tarde se chamaria de "a mística do Nortão", fenômeno de explosão populacional, gerado por brasileiros que acorreram de todos os cantos do País para ocupar a Amazônia mato-grossense. Não por outra razão, Sinop é conhecida como a capital do Nortão.

Graças a esse crescimento vertiginoso, pouco menos de dois anos mais tarde Sinop passou a distrito do município de Chapada dos Guimarães, por Decreto do Governador José Garcia Neto, assinado no dia 24 de julho de 1976. Cerca de três anos depois, em 17 de dezembro de 1979, tornou-se município autônomo – apenas cinco anos após a sua fundação! – mediante Decreto assinado pelo Governador Frederico Campos.

Hoje, Sinop tem uma população em torno de 115 mil habitantes e uma economia pujante, baseada principalmente na prestação de serviços e no setor agropecuário. O Município é o segundo maior produtor de

grão do País. Seus principais produtos agrícolas são soja, milho, arroz e algodão. Mais de dez mil empresas funcionam atualmente em Sinop.

Não menos importante é o setor madeireiro, que tem se voltado de forma cada vez mais intensa para a atividade de reflorestamento. Nesse campo, graças ao trabalho da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, espécies mais adequadas a essa atividade na região, como a fava barriguda, a tatajuba e a peroba-nanica, começam a ser utilizadas para a melhoria e o fortalecimento do setor.

A atividade industrial também está se expandindo em Sinop. Exemplo disso é a instalação recente de uma empresa dedicada à produção de sucos de frutas. Com uma produção inicial mensal de 50 mil garrafas, a Yasaí Alimentos planeja encerrar o ano vendendo 200 mil garrafas de suco por mês.

As exportações brasileiras contam com uma parcela de contribuição de Sinop. Nos primeiros quatro meses deste ano, foi vendido para o exterior, especialmente para a China, o equivalente a 64,4 milhões de dólares em grãos, carnes e madeira, número 6,33% superior ao de igual período do ano passado. A soja foi o principal produto de exportação do Município, tendo a sua exportação alcançado a cifra de 44,4 milhões de dólares.

Os sinopenses também podem se orgulhar, com segurança, do acesso à educação de que dispõem. Além da rede de ensino básico e médio, o Município é conhecido por ser uma cidade universitária. Ali estão sediadas, além de diversas escolas superiores privadas, a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade do Estado de Mato Grosso, dez unidades de ensino superior com mais de 40 cursos.

Esse nível elevado de escolarização do Município certamente contribui para que ele se situe entre os Municípios brasileiros de desenvolvimento humano elevado, com um IDH de 0,807. De acordo com os dados disponíveis, Sinop ocupa a posição de número 422 entre os mais de cinco mil Municípios brasileiros. Em relação aos Municípios do próprio Mato Grosso, Sinop tem o sétimo melhor IDH do Estado.

Tudo isso é, sem dúvida, motivo de orgulho para a população de Sinop, uma gente de valor, cujo trabalho vem construindo a prosperidade do Município e do Estado de Mato Grosso. Não foi por outra razão que eu quis fazer, desta tribuna, a minha homenagem sincera aos moradores de Sinop.

Quero, portanto, registrar aqui o meu carinho e a minha admiração pelos cidadãos sinopenses, a quem desejo enviar os meus mais efusivos cumprimentos e os meus votos de sucesso. Que Sinop continue cres-

cendo e orgulhando cada vez mais o Estado de Mato Grosso e o Brasil.

Aliás, Sr<sup>a</sup> Presidente Serys, eu gostaria de falar, aqui, desta Universidade do Estado de Mato Grosso, a Unemat, que era uma fundação de ensino. Quando fomos Deputado, de 1991 a 1994, nós a transformamos na Universidade Estadual de Mato Grosso, aquilo que, certamente, deve orgulhar V. Ex<sup>a</sup> porque muito me orgulha.

Para encerrar, quero dizer que teremos, agora, no final do ano, a inauguração da Embrapa de Sinop, uma construção com mais de 12 mil metros quadrados e que terá 70 doutores pesquisadores, sendo 35 do Estado de Mato Grosso e 35 vindos de outros Estados do País. Servirá de modelo e será uma das maiores Embrapas do interior do País; certamente vai servir muito para a região interiorana do Estado do Mato Grosso, principalmente o norte do Estado, e será um orgulho para o Estado do Mato Grosso.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Jorge Yanai, o Sr. José Nery deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2<sup>a</sup> Vice-Presidente.*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Jorge Yanai, Senador pelo nosso Estado de Mato Grosso, que muito nos honra. Diria, como descendente da comunidade japonesa, é o primeiro Senador que representa a comunidade japonesa no Senado da República do nosso País; e com muita honra para os japoneses, seus descendentes no Brasil; com muita honra para os brasileiros e, mais ainda, para nós, mato-grossenses. Nós já fomos colegas de Parlamento estadual, como Deputado Estadual eu e o senhor também. Agora, nos encontramos aqui. Sabemos da sua competência, do seu compromisso, da sua determinação, o que é importante para o nosso Mato Grosso, para o nosso Congresso Nacional, para o nosso Senado.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador José Nery.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para falar das definições do nosso Partido, o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, em relação à eleição presidencial de 2010.

Reunido na sua 3<sup>a</sup> Conferência Eleitoral Nacional no Rio de Janeiro no último mês de abril, o PSOL tomou a deliberação de lançar a pré-candidatura do advogado e ex-promotor de Justiça pelo Estado de São

Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, como candidato do nosso Partido à Presidência da República.

Quero, justamente, Sr<sup>a</sup> Presidente, dizer de forma muito clara e transparente que não considero democrático o tratamento da grande mídia nacional, seja ela escrita ou televisiva, especialmente a televisiva, que tem desconsiderado a existência da candidatura do PSOL e de outras candidaturas de partidos pequenos como o nosso. Se são pequenos quanto ao número de filiados ou mesmo quanto à sua inserção na sociedade brasileira, não são nemicos morais como alguns que, mesmo sendo grandes numérica e estruturalmente, do ponto de vista político, ficam a dever no quesito da ética e do compromisso por transformações efetivas econômicas, culturais, sociais e políticas em nosso País.

Nesse sentido, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, os delegados reuniram-se no Rio de Janeiro, depois de um processo de plenárias em todo o País, e definiram-se pelo lançamento da pré-candidatura de Plínio de Arruda Sampaio, que será sacramentada pela nossa Convenção Nacional, que será realizada em 30 de junho em São Paulo. Ali teremos a afirmação do processo democrático amplo de debates que realizamos no interior de nosso Partido, Presidente Sarney, para escolher, entre os pré-candidatos do PSOL...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – ... que se apresentaram para o debate partidário.

Nós fizemos todo o processo de discussão e chegamos a uma definição, que esperamos ver consagrada pela Convenção Nacional do PSOL em São Paulo, em 30 de junho.

Mas Plínio de Arruda Sampaio tem uma história digna de registro e de respeito: 79 anos de idade, 55 anos de vida pública iniciada em São Paulo como promotor público, foi Deputado Federal por três mandatos, inclusive Deputado Constituinte; foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e candidato a Governador de São Paulo em 90.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Queria pedir um tempo de 5 minutos, Sr. Presidente, porque creio que não usei mais do que três minutos para aqui expressar a opinião do PSOL no contexto dessa disputa tão difícil e, ao mesmo tempo, ainda com marcos muito autoritários, pelas razões que aqui vou expor.

Mas Plínio foi candidato a Governador em 2006 pelo PSOL em São Paulo e atualmente é Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Trabalhou na Organização das Nações Unidas em programa de reforma agrária, desenvolvimento rural e desenvolvimento da pequena produção agrícola. Entre 64 e 70

atuou no Chile. De 65 a 75 foi diretor de programa de desenvolvimento da FAO, órgão das Nações Unidas para agricultura e alimentação, trabalhando nessa condição em todos os países da América Latina e do Caribe, e desde 1975 atua como consultor da FAO.

Plínio, por sua história, por seu compromisso com as lutas de transformação em nosso País, merece o respeito e a consideração dos brasileiros e brasileiras que acreditam em um futuro digno, em um futuro honesto, um futuro de pleno desenvolvimento para as maiorias, não para as grandes corporações, para seus lucros, para os setores que se acostumaram a dominar a cena política brasileira e não permitem, ou não querem permitir, que opiniões propostas possam se apresentar e disputar o imaginário, a adesão, a participação de todos os brasileiros neste importante momento das eleições de outubro próximo.

Quero lastimar o espaço que a mídia nacional tem conferido à candidatura do PSOL. A cobertura tem sido direcionada a tentar mostrar ao País que só existem três candidaturas: a candidatura da ex-Ministra Dilma, a do ex-Governador José Serra e a da nossa Senadora Marina Silva.

Tentam, com isso, enganar os brasileiros e brasileiras dos mais diversos Estados, dos rincões mais distantes do País, quando não são dignos de conceder um mínimo de isonomia à cobertura das eleições presidenciais. Reclamam da liberdade de imprensa, reclamam desse ou daquele ataque à liberdade de imprensa – nós somos favoráveis à plena liberdade de imprensa no País –, porém não podemos concordar com o tratamento que tenta relegar uma história, uma luta de setores da sociedade brasileira, representada pela pré-candidatura e futura candidatura do nosso companheiro Plínio de Arruda Sampaio, que tem história, um legado, compromissos, uma visão de País que pode não ser a visão daqueles que dominam a cena política nacional – não porque tenham muitos deles tantos méritos, mas porque têm ou estão associados a interesses, a negócios e não vinculados efetivamente aos interesses do povo brasileiro.

Portanto, protesto firmemente contra o boicote, porque não é democrático oferecer uma cobertura jornalística que destaque apenas a existência de três candidaturas, ainda que sejam legítimas dentro do sistema político que nós temos no País. O que não é legítimo, nem legal, nem honesto é tratar as candidaturas, inclusive a de outros partidos, não só a do PSOL, com a discriminação que temos testemunhado. Inclusive, nos debates realizados por várias organizações brasileiras nesta etapa de pré-campanha, não têm sido convidados todos os candidatos. Isso também não é democrático.

Fiz um apelo nos últimos dias, Presidente Sarney, ao Presidente da OAB, Dr. Ophir Cavalcante Júnior, para que, ao promover o debate da OAB no próximo mês de agosto, faça-o com todos os candidatos à Presidência da República, comece dando o bom exemplo que alguns não tiveram a hombridade de oferecer, permitindo e garantindo que todas as posições políticas, ideológicas, de projetos para o Brasil, possam ser expressas por todos os candidatos à Presidência da República.

Talvez fosse desnecessário fazer este pronunciamento se a postura fosse realmente outra. Então, o PSOL, em nome da parcela de brasileiros que representa nesta Casa e no Congresso Nacional, dos que estão na luta social, nos movimentos sindicais, populares, de reforma agrária, por moradia, por desenvolvimento sustentável, pela agricultura familiar, pela juventude, pela educação, em nome de trabalhadores do campo e da cidade, quer, deseja que sejam divulgadas as ideias, as propostas de todos os candidatos à Presidência da República, que isso seja plenamente assegurado mediante debates nas rádios, na televisão, nos jornais e pelas entidades que promovem esses debates preparatórios para a eleição presidencial.

Portanto, fica aqui o registro. Que os brasileiros fiquem atentos, precisamos cobrar isonomia na cobertura da campanha presidencial, porque o que está acontecendo não é justo, nem correto, nem digno. Tentam o tempo todo demonstrar que existem apenas três pré-candidaturas à Presidência. Os brasileiros e brasileiras, com certeza, começam a se perguntar o porquê dessa postura.

Quero, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, com esta fala, demonstrar a nossa insatisfação e cobrar democraticamente que todos os brasileiros e brasileiras possam saber, possam acompanhar o processo sem nenhum tipo de postura autoritária – assim a chamo, porque não respeita a igualdade que deve haver, o tratamento isonômico. Mesmo que os tempos e os espaços não sejam iguais, eles não podem, absolutamente, ser negados como nós temos visto acontecer.

Ficam, portanto, a reclamação e a cobrança pública. A resposta a ela depende do maior ou do menor atendimento aos princípios democráticos que devem reger um processo tão importante, como o da escolha dos nossos governantes, seja do Presidente da República, dos Governadores de Estado, dos Deputados Federais, dos Senadores e Senadoras, dos Deputados Estaduais. É um processo que exige, para ser completo, a participação e, sobretudo, a informação correta, limpa, sem tergiversação e sem obstáculos à apresentação de todos que disputam a consciência e o voto do povo brasileiro.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Nery, a Sra. Serys Slhessarenko, 2<sup>a</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Sem desejar entrar no mérito do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, quero prestar um testemunho sobre Plínio de Arruda Sampaio.

Conheço-o há mais de quarenta anos, com ele participamos dos trabalhos do Congresso Nacional, e é um dos homens mais íntegros que a política brasileira tem, de muita combatividade, muita inteligência, com uma grande coerência e que, ao longo dos anos, só tem merecido o respeito de todos nós.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Obrigado, Presidente Sarney, por essa manifestação e esse testemunho. Como disse aqui, só queremos que a pré-candidatura de Plínio, que será consagrada no dia 30, na convenção nacional do PSOL, disponha, se não o mesmo espaço, pelo menos da hombridade, da decência e da elegância democrática de ser dito que há várias propostas disputando corações e mentes para dirigir este País.

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Há sobre a mesa um requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 88, de 2010.

Há uma unanimidade das Lideranças da Casa, que foram consultadas e que subscrevem o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1<sup>a</sup> Secretaria em exercício e 2<sup>a</sup> Vice-Presidente, Senadora Serys Slhessarenko. – Senador Heráclito Fortes, Senador Gim Argello – Senador João Ribeiro – Senador Arthur Virgílio – Senador Renan Calheiros – Senador José Nery – Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO N° 638, DE 2010

Nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, requeremos urgência para inclusão na Ordem do Dia do Plenário desta Casa, o PLC nº 88 de 2010.

Sala das Sessões, de junho de 2010. – Senadora Serys Slhessarenko –

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Na forma regimental, como há unanimidade das Lideranças, vou submeter o requerimento, de maneira simbólica, à Casa.

As Sr<sup>a</sup>s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, então, à votação do projeto.

## Item extrapauta:

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 88, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2010 (nº5.920/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração do Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária e a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nº 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas leis a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.*

Designo a Senadora Serys Slhessarenko, Relatora da matéria, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para proferir parecer sobre a matéria.

## PARECER N° 847, DE 2010–PLEN

### A SR<sup>a</sup>. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, o objetivo deste projeto, já anunciado pelo nosso Presidente José Sarney, é padronizar e reorganizar as estruturas remuneratórias de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.

A proposição em tela busca instituir e alterar diversos planos de carreira do Executivo, dispondo:

a) da instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, da recomposição remuneratória do

Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária, da carreira de Agente Penitenciário Federal, dos empregos públicos do quadro de pessoal do Hospital da Forças Armadas – HFA, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, da área de auditoria do Sistema Único de Saúde, da instituição remuneratória especial para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, da recomposição remuneratória do Plano de Carreira e Cargos da Abin.

Na Câmara dos Deputados, a matéria tramitou nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação e, por fim, na Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e de Redação. No Senado, a matéria foi despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não foram oferecidas emendas, vindo direto para o plenário.

A exposição de motivos que acompanha o projeto encaminhado pelo Executivo deixa claro o seu objetivo em garantir maior eficiência na prestação do serviço público e na organização da Administração Pública.

As medidas propostas buscam suprir a demanda dos diversos órgãos e entidades públicas por pessoal especializado e proporcionar aos servidores remuneração justa, observados os parâmetros aplicáveis ao conjunto das carreiras da Administração Pública Federal. O objetivo é atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições das carreiras e cargos objeto da proposta, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39, §1º, da Constituição Federal, além de instituir um serviço público profissionalizado, responsável, eficiente e democrático para construir e desenvolver uma inteligência permanente no Estado.

Como expressou o Relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Virgílio Guimarães, o projeto está em consonância com o PPA para o período 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008), tendo em vista que as despesas estão contempladas no Orçamento em curso.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e encontra-se lavrada em boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, merece o nosso apoio, pelas razões já expostas.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2010.

É o seguinte o parecer na íntegra:

#### **PARECER Nº , DE 2010**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câ-**

**mara nº 88, de 2010 (PL nº 05920, de 2009, na origem), que dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração do Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária e a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas Leis e a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.**

Relatora: Senadora Serys Shhessarenko

#### **I – Relatório**

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 88 de 2010 (PL nº 5.920, de 2009, na origem), de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração do Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária e a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do quadro de pessoal permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospi-

tal das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas Leis e a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.

O objetivo do projeto é padronizar e reorganizar estruturas remuneratórias de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.

A proposição em tela, busca instituir e alterar diversos planos de carreira do Executivo, dispondo:

- a)** da instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior;
- b)** da recomposição remuneratória do Grupo de Suporte à Fiscalização Agropecuária;
- c)** da carreira de Agente Penitenciário Federal;
- d)** dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA;
- e)** do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar;
- f)** da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde;
- g)** da instituição remuneratória especial para os cargos efetivos de Engenharia, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo;
- h)** da recomposição remuneratória do Plano de Carreira e Cargos da ABIN.

Na Câmara dos Deputados a matéria tramitou nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação, por fim na Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e de Redação.

No Senado a matéria foi despachada à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

À matéria não foram oferecidas emendas.

## II – Análise

As alterações pretendidas está sendo realizada no diploma legal adequado, estando, ainda, em perfeita harmonia com o arcabouço jurídico vigente. O projeto está lavrado em boa técnica legislativa. Não há qualquer óbice constitucional para sua aprovação.

A exposição de motivos, que acompanha o Projeto encaminhado pelo Executivo, deixa claro seu objetivo

em garantir maior eficiência na prestação do serviço público e na organização da Administração Pública:

As medidas propostas buscam suprir demanda dos diversos órgãos e entidades públicos por pessoal especializado e proporcionar aos servidores remunerações justas, observados os parâmetros aplicáveis ao conjunto das carreiras da Administração Pública Federal. O objetivo é atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e das carreiras e cargos objeto da proposta, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39 § 1º da Constituição Federal, além de instituir um serviço público profissionalizado, responsável, eficiente e democrático para construir e desenvolver uma inteligência permanente no Estado.

Como expressou o relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Virgílio Guimarães, o projeto está em concordância com o PPA para o período 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008) tendo em vista que as despesas, além de estarem contempladas no orçamento em curso.

Vale lembrar que a Lei LDO de 2010 dispõe que as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, bem como alterações de estrutura de carreiras devem constar de anexo específico da lei orçamentária. Tais proposições estão contempladas no Anexo V da Lei Orçamentária para 2010.

Além disso, a elaboração da proposta de estruturação, criação e reestruturação de planos de carreiras e cargos foram elaboradas, pelo Poder Executivo, em estrita observância aos princípios constitucionais e à legislação que rege as atividades da Administração Pública, não desrespeitando nenhum dos preceitos básicos, como:

- a)** ingresso em cargos públicos mediante aprovação em concurso público;
- b)** avaliação de desempenho individual e institucional;
- c)** mecanismo de desenvolvimento na carreira orientado pelo mérito;
- d)** remunerações não superiores ao limite estipulado no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;
- e)** fixação dos vencimentos de acordo com a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes das Carreiras;
- f)** irredutibilidade da remuneração; e
- g)** não vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e encontra-se lavrada em

boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito merece o nosso apoio pelas razões já expostas.

### III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2010. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – O parecer é favorável.

Complementa-se, assim, a instrução da matéria. Podemos passar à sua apreciação.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)  
Senador Augusto Botelho, com a palavra.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com o parecer, mas houve categorias do Incra e do DATASUS que ficaram de fora. No entanto, houve a promessa pelo Governo de que seria corrigida essa falha do projeto. Só para lembrar o fato, a fim de que essas classes não fiquem esquecidas. Mas sou favorável à aprovação.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, eu posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Pode.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT). Como Relatora. Sem revisão do orador.) – Eu também gostaria de complementar que várias categorias ficaram fora. Nós nos comprometemos também, lá em Mato Grosso, de que isso virá *a posteriori*, juntamente com o Senador Augusto Botelho. Se fizermos restrições agora ao projeto que está aqui, ele não vai seguir em frente, e precisamos resolver este problema, depois resolvemos o outro, sob pena de ficarmos sem nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador José Nery.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para saudar o relatório apresentado pela Senadora Serys Slhessarenko e dizer do nosso apoio firme e decidido a todas as iniciativas que aqui visam fortalecer e valorizar os servidores públicos do nosso País.

Alguns, aqui, muitas vezes, reclamam do inchaço da máquina pública, reclamam do papel, do trabalho dos servidores públicos. No entanto, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tenho convicção de que é muito mais importante apoiar os servidores públicos em suas reivindicações de melhorias salariais, de estruturação e reestruturação de suas carreiras, como aqui fazemos, e, com isso, incentivá-los para que prestem um bom trabalho

ao povo brasileiro naqueles setores e instituições – Ministérios e órgãos públicos – em que estão lotados. É preciso melhorar cada vez mais o desempenho no serviço prestado à sociedade.

Nesse sentido, ao assinar o requerimento para que a matéria fosse imediatamente votada aqui no plenário, quero dizer que prefiro que os recursos públicos sirvam para pagar os servidores públicos, para fortalecer o papel do Estado brasileiro, na garantia de todas as políticas públicas necessárias ao real e bom desenvolvimento do nosso País, do que economizar bilhões do Orçamento da União para pagar a impagável e criminosa dívida interna e externa.

Por isso, ao apoiar e votar favoravelmente ao projeto, quero também dizer, Sr. Presidente, que os servidores da Casa – e outro dia cobrei aqui de público esclarecimentos sobre o plano de carreira dos servidores do Senado Federal... Sei que a comissão que trata do assunto está envidando esforços para encontrar um acordo que garanta, primeiro, que, se o plano não vai ser aquele adequado ou ideal para todos os servidores e servidoras do Senado Federal, que ele seja o plano possível, contanto que nós possamos trabalhar para votá-lo, Sr. Presidente, na próxima semana.

Sei que é o desejo da Mesa, sei que é o desejo da comissão especial que está analisando o plano. Agora, sei que há dificuldades em adequações para que eventuais perdas que teriam – e a nossa posição também é esta – sejam equanimemente divididas entre todas as carreiras, entre todas as categorias, técnicos, assistentes legislativos, consultores e as demais carreiras e funções internas da Casa, de modo que possamos, dentro do prazo legal permitido, fazer justiça aos servidores do Senado.

E, aqui, critiquei e critico, como faço quando é preciso, a existência de uma disparidade enorme e uma valorização maior de uns e menor de outros. Injustiças não podemos aceitar em lugar algum no serviço público. Por que aceitáramos no Senado Federal?

Agora, é preciso que, ao votarmos o plano de carreira, tenhamos absoluta clareza sobre o seu impacto na folha, sobre a necessária adequação para que não tenhamos aqui servidores de primeira categoria, devidamente valorizados, e outros servidores não aquinhoados, não tratados com aquilo que consideramos fundamental, que é a sua valorização salarial, profissional, para que continuem prestando, como prestam, um enorme serviço a esta Casa e, por extensão, ao País.

Então, aqui apresentei questionamentos. Gostaria de saber das informações adequadas para votarmos com plena consciência, sabermos o que estamos fazendo, no intuito de que o plano a ser aprovado seja

aquele que responda às necessidades dos servidores da Casa e, principalmente, aos interesses do País.

Voto favoravelmente, esperando que este nosso gesto, o gesto do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, sirva de estímulo e incentivo para que todas as carreiras do serviço público cada vez mais se dediquem à tarefa fundamental de servir ao povo brasileiro em todas as políticas públicas do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Gim Argello, do Distrito Federal.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente José Sarney, muito obrigado a todas as Sras e aos Srs. Senadores, principalmente aos Líderes. A Senadora Serys Slhessarenko se deu ao trabalho de conversar sobre o projeto com todos nós, Líderes, e neste momento faço referência a todos eles, Líder Renan Calheiros, Líder Aloísio Mercadante, Líder Agripino Maia, Líder Arthur Virgílio e todos os Líderes que concordaram, de imediato, em fazer esta votação. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que é o Presidente do Congresso Nacional, porque isso faz justiça, pela agilidade que está se dando a este plano, beneficiando esses servidores que tão bem representam o serviço público nacional.

Então, quero só dizer essas poucas palavras. Estamos prontos para votar. O PTB, sempre que for convocado, eu, como Líder do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, sempre que convocado a votar a favor do funcionalismo público, principalmente o funcionalismo público exemplar dessas categorias que aqui estão, sempre estaremos presentes e votaremos sim.

Estamos prontos e concordamos plenamente com a votação desse plano.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que acho que realmente é um avanço para milhares de funcionários, relembrando que, infelizmente, ainda não estão sendo beneficiados os funcionários do Incra e do Datasus. Mas eu espero que, em breve, eles também sejam merecedores pelo trabalho que desempenham.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado.

Fico sensibilizado. Foi justamente pela causa desses funcionários que a Presidência agilizou o processo, de modo que nós votássemos hoje esse projeto de lei.

Não havendo mais oradores, eu encerro a discussão e vou submeter o projeto à votação, havendo concordância unânime dos Líderes da Casa.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 88, DE 2010**

(Nº 5.920/2009, na origem)

**Dispõe sobre a instituição de Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998 e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIM, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas Leis e a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

#### **CAPÍTULO I**

#### **Do Adicional por Participação**

#### **em Missão no Exterior**

Art. 1º Fica instituído o Adicional por Participação em Missão no Exterior – APME devido, exclusivamente, ao servidor de nível superior ou intermediário do Plano

de Classificação de Cargos – PCC de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores que tenha sido designado para missão transitória ou permanente no exterior, conforme disposto no art. 58 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

§ 1º O APME somente será devido se a missão para a qual o servidor tiver sido designado tiver duração igual ou superior a 1 (um) ano.

§ 2º O APME será pago ao servidor a que se refere o **caput** a partir do retorno das missões para as quais tenha sido designado e enquanto estiver no exercício das atribuições do cargo efetivo do qual seja titular no Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º O APME não será devido nas hipóteses de cessão.

§ 4º O servidor que fizer jus ao APME que cumprir jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais perceberá o respectivo adicional proporcional.

§ 5º O servidor a que se refere o **caput** que esteja recebendo o APME deixará de receber o mesmo enquanto designado para outra missão no exterior, retomado o pagamento a partir do seu retorno.

§ 6º A participação em mais de uma missão no exterior não gera o direito à percepção de mais de um valor do APME.

Art. 2º Os valores do APME são os constantes do Anexo I desta Lei, gerando efeitos financeiros a partir da data nele especificado.

Art. 3º O adicional a que se refere o art. 1º será pago em conjunto com a remuneração devida pelo exercício de cargo ou função comissionada e com a gratificação de desempenho a que o servidor faça jus em virtude do plano de cargos ao qual pertença e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 4º O APME somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se percebido por pelo menos 60 (sessenta) meses, e ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão aplica-se o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

## CAPÍTULO II

### **Dos Cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Art. 5º O Anexo da Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, passa a vigorar na forma do Anexo II desta

Lei, gerando efeitos financeiros a partir das datas nele especificados.

Art. 6º O anexo IX da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, passa a vigorar na forma do Anexo III desta Lei, gerando efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 7º O Anexo XIV-A da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo IV desta Lei, gerando efeitos financeiros a partir das datas nelas especificadas.

## CAPÍTULO III

### **Da Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal – GDAPEF**

Art. 8º O Anexo X-C da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo V desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

## CAPÍTULO IV

### **Dos Empregos Públicos do Hospital das Forças Armadas**

Art. 9º O art. 9º da Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....

Parágrafo único, A partir de 1º de julho de 2010, os empregados ocupantes dos empregos públicos de Especialistas em Saúde – Área Médico-odontológica, de que trata o art. 1º desta Lei, deixarão de fazer jus à Vantagem Pecuniária Individual – VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, cujos valores serão incorporados ao salário dos empregados ocupantes dos mencionados empregos públicos, conforme disposto na tabela a do Anexo desta Lei.”(NR)

Art. 10. A partir de 1º de julho de 2010, a tabela a do Anexo da Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, passa a vigorar na forma do Anexo VI desta Lei.

## CAPÍTULO V

### **Da Carreira de Tecnologia Militar**

Art. 11. Os arts. 7º-A, 21-A e 21-B da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º-A. .....

§ 12. Os valores do ponto da GDATEM são os fixados na alínea a do Anexo I desta Lei.

§ 13. Os valores a serem pagos a título de GDATEM serão calculados multiplicando-se o

somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante da tabela **a** do Anexo I desta Lei, observados o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

..... ”(NR)

“Art. 21-A. Fica instituída a Retribuição por Titulação – RT, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento ou especialização, em conformidade com a classe, padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos da alínea **b** do Anexo I e do Anexo II desta Lei.

..... ”(NR)

“Art. 21-B. Fica instituída a Gratificação de Qualificação – GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermediário de desenvolvimento de tecnologia militar, de acordo com os valores constantes da alínea **c** do Anexo I e do Anexo III desta Lei.

..... ”(NR)

Art. 12. O Anexo da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passa a denominar-se Anexo I.

Art. 13. As tabelas referentes ao valor do ponto da gratificação de desempenho dos cargos de nível superior e intermediário, constantes da alínea **a** do Anexo I da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, observado o disposto no art. 12 desta Lei, passam a vigorar na forma do Anexo VII desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nelas especificadas.

Art. 14. A Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida dos Anexos II e III, na forma dos Anexos VIII e IX desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nelas especificadas.

Art. 15. O Anexo XXI da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo X desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificados.

## CAPÍTULO VI

### Da Área de Auditoria do Sistema Único de Saúde

Art. 16. Os arts. 32, 33, 34, 35 e 36 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32. .....

.....

§ 2º O valor a ser pago a título de GDASUS será calculado multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho institucional e individual pelo valor do ponto constante do Anexo XV, observados o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

..... ”(NR)

“Art. 33. Até a edição dos atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 31, a GDASUS será paga aos servidores em exercício no DENASUS, que a ela façam jus, nos valores correspondentes a 80 (oitenta) pontos por servidor, observado o valor do ponto constante do Anexo XV, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança que fazem jus à GDASUS.” (NR)

“Art. 34. A partir do primeiro dia do mês em que forem fixadas as metas de desempenho institucional do DENASUS e até que sejam processados os resultados da respectiva avaliação de desempenho, poderão ser antecipados até 80% (oitenta por cento) do valor máximo da GDASUS, conforme o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor, observando-se, nesse caso:

..... ”(NR)

“Art. 35. .....

.....

§ 3º O servidor que passar a receber a GDASUS pode, a qualquer tempo, optar por voltar a receber a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que faz jus em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Carreiras ou cargos a que pertença.” (NR)

“Art. 36. .....

I – .....

a) a partir de 1º de março de 2008, correspondente a 40% (quarenta por cento) do

valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

**b)** a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

..... ”(NR)

Art. 17. A Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 35-A. Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da GDASUS, o servidor continuará percebendo a gratificação correspondente à última pontuação obtida até que seja processada sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica aos casos de cessão.”

“Art. 35-B. Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUS, no decurso do ciclo de avaliação, receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 1/3 (um terço) do percentual máximo da parcela individual, aplicando-se a avaliação institucional no período, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo.”

“Art. 35-C. Os titulares dos cargos efetivos referidos no *caput* do art. 30 quando em exercício no próprio DENASUS e investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDASUS da seguinte Forma:

I – os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a GDASUS calculada conforme disposto no § 2º do art. 32; e

II – os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 5, 4 ou equivalentes, perceberão a GDASUS com base no valor máximo de sua parcela individual somado no valor decorrente do resultado da avaliação institucional do período.

Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II será a do DENASUS.”

“Art. 35-D. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDASUS continuará a percebê-la em valor correspondente ao de última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.”

“Art. 35-E. O servidor ativo beneficiário da GDASUS que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do DENASUS.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.”

Art. 18. o Anexo XV da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo XI desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

## CAPÍTULO VII

### Da Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos

Art. 19 Fica instituída Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII desta Lei.

§ 1º A Estrutura Remuneratória de que trata o *caput* será composta das seguintes parcelas;

I – Vencimento Básico, conforme valores estabelecidos no Anexo XIII desta Lei; e

II – Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos – GDACE, de que trata o art. 22 desta Lei.

§ 2º A remuneração dos servidores que optarem pela percepção da Estrutura referida no *caput* é composta pelas parcelas de que tratam os incisos I e II do § 1º deste artigo, acrescidas das Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI.

§ 3º o disposto no *caput* se aplica aos aposentados e pensionistas.

Art. 20 Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o Anexo XII desta Lei poderão optar pela Estrutura Remuneratória Especial, de que trata o art. 19 desta Lei, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XV desta Lei, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2010, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória do respectivo Plano de Carreira, Plano de Cargos ou quadro de pessoal.

Parágrafo único. O servidor que optar pela Estrutura Remuneratória de que trata o art. 19 desta Lei pode, a qualquer tempo, optar por voltar e receber a estrutura remuneratória a que faz jus em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerado o Plano, a Carreira ou o quadro de pessoal a que pertença.

Art. 21 A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 19 desta Lei é de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 22. Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2010, a Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos – GDACE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, referidos no Anexo III desta Lei, optantes pela Estrutura Especial de Remuneração referida no art. 19. Quando lotados e em exercício das atividades inerentes as atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º deste artigo, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional.

§ 1º A GDACE será paga conservado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo XIV desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2010.

§ 2º A pontuação referente à GDACE será assim distribuída:

I – até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II – até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 3º Os valores a serem pagos a título de GDACE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XIV desta Lei de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.

§ 4º Para fins de incorporação da GDACE aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50 (cinquenta) pontos do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

II – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor de pontos constante do inciso I deste parágrafo ; e

aos demais aplicar-se-á para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

§ 5º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de Atribuição da Gratificação de Desempenho referida no **caput** deste artigo serão estabelecidos em atos dos dirigentes máximos dos órgãos ou entidades, observada a legislação vigente.

§ 6º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do primeiro período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 7º Até que seja regulamentada a Gratificação de Desempenho referida no **caput** deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores referidos no art. 19 desta Lei perceberão a GDACE em valor correspondente a 80º (oitenta por cento) de seu valor máximo, observados a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecidos no Anexo XIV desta Lei.

§ 8º O disposto no § 7º deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDACE.

§ 9º Até que se efetivem as avaliações que considerem as condições específicas de exercício profissional, a GDACE será paga em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados o posicionamento na tabela e o cargo efetivo ocupado pelo servidor:

I – cedido aos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, com fundamento no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no § 2º do art. 19 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981;

II – à disposição de Estado, do Distrito Federal ou de Município, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991;

III – de que trata o art. 21 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991; ou

IV – cedido nos termos do inciso I do art. 22 e do art. 23 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

§ 10. A partir da implantação das avaliações que considerem as condições específicas de exercício profissional, a GDACE será paga aos servidores de que trata o § 9º deste artigo com base na avaliação de desempenho individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 11. Os titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 19 desta Lei, quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança no respectivo órgão e entidade de lotação, farão jus à GDACE da seguinte forma:

I – os investidos em função de confiança ou em cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS níveis 3, 2, 1 ou equivalente, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 3º deste artigo;

II – os investidos em cargo de Natureza Especial ou em cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo de parcela individual somado ao resultado da avaliação institucional do respectivo órgão ou entidade de lotação no período; e

III – a avaliação institucional referida no inciso II deste parágrafo será a do órgão ou entidade de lotação.

§ 12. Os titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 19 desta Lei, quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDACE da seguinte forma:

I – quando requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDACE calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação;

II – quando cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do **caput** deste artigo e investidos em Cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, e perceberão GDACE calculada com base no resultado da avaliação institucional do período;

III – quando cedidos para órgão ou entidade do Poder Executivo federal e investidos em cargo em comissão DAS-3, DAS-2, DAS-1 ou em função de confiança ou equivalentes, e perceberão a GDACE como disposto no inciso I do **caput** deste parágrafo; e

IV – a avaliação institucional referida no inciso II deste parágrafo será a do órgão ou entidade de lotação.

§ 13. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, os ocupantes dos cargos de que trata o art. 19 desta Lei continuarão percebendo a GDACE correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

§ 14. Até que seja processada a primeira avaliação do desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDACE no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 15. Em caso de afastamentos e licenças consideradas pela Lei nº 8.122, de 11 de agosto de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da GDACE, o servidor continuará percebendo a gratificação correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 16. O disposto no § 15 não se aplica aos casos de cessão.

§ 17. Os servidores que obtiverem avaliação de desempenho individual inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima prevista serão submetidos a processo de capacitação ou de análise de adequação funcional, conforme o caso, sob a responsabilidade do órgão ou entidade de lotação.

§ 18. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação de desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

§ 19. A GDACE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 20. Aplicam-se aos servidores que fazem jus à GDACE as disposições referentes à sistemática para avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituída por intermédio do art. 140 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, salvo disposição expressa em legislação específica.

## CAPÍTULO VIII

### Do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN

Art. 23. A Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A. Os titulares do cargo efetivo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações possuidores do Curso de Informações Categoria “A” da extinta Escola Nacional de Informações – EsNI ou do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência do extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos – CEFARH ou de curso equivalente da Escola de Inteligência, titulado como Analista de Informações, em função da formação específica de que é possuidor, passam a integrar a Carreira de que trata a alínea **a** do inciso I do **caput** do art. 2º desta Lei.

§ 1º O enquadramento dos servidores de que trata o **caput** na Carreira de Oficial de Inteligência fica condicionado à comprovação de que:

I – Preenchem os requisitos para ingresso no cargo de Oficial de Inteligência;

II – suas atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência;

III – sua investidura haja observada as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se poste-

rior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Atendidas as condições de que tratam os incisos I, II e III do § 1º deste artigo, os servidores de que trata o **caput** serão enquadados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, observados a similaridade de suas atribuições, ou requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela de Correlação, nos termos do Anexo VII desta Lei.

§ 3º Ao Diretor-Geral da ABIN incumbe efetivar os enquadramentos de que trata o § 1º deste artigo.”

Art. 24. A Tabela **g** do Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar na forma do Anexo XXII, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 25. Os Anexos II a VII da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar na forma dos Anexos XVI a XXI desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 27. Ficam revogados:

I – os arts. 49 e 68 e os Anexos XLIII, XLIV e LX da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e

II – o art. 29 e os Anexos VI e XI da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

**ANEXO I****ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM MISSÃO NO EXTERIOR - APME****(Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2010)**

**a) Tabela I: Valor do Adicional para os cargos de nível superior e intermediário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.**

CLASSE	VALOR DO ADICIONAL		Em R\$	
	NÍVEL DO CARGO			
	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO		
ESPECIAL	1.042,00	895,00		
C	1.002,00	857,00		
B	934,00	792,00		
A	870,00	731,00		

**b) Tabela II: Valor do Adicional para os cargos de nível superior e intermediário do Plano de Classificação de Cargos - PCC de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.**

CLASSE	VALOR DO ADICIONAL		Em R\$	
	NÍVEL DO CARGO			
	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO		
A	1.042,00	895,00		
B	1.002,00	857,00		
C	934,00	792,00		
D	870,00	731,00		

**ANEXO II**  
**(Anexo da Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002)**

**TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE  
TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - GDATFA**

**a) Tabela I: Valor do ponto da GDATFA para os cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias e Técnico de Laboratório**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	Em R\$			
			1º ABR 2008	1º JUL 2008	1º FEV 2010	1º JUL 2010
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	ESPECIAL	IV	31,71	33,31	34,29	43,85
		III	31,21	32,72	33,83	43,24
		II	30,72	32,14	33,36	42,64
		I	30,24	31,57	32,90	42,05
Agente de Atividades Agropecuárias	C	III	29,71	31,01	32,25	41,23
		II	29,24	30,46	31,80	40,66
		I	28,78	29,92	31,36	40,10
Técnico de Laboratório	B	III	28,27	29,39	30,75	39,31
		II	27,82	28,87	30,33	38,77
		I	27,38	28,36	29,91	38,23
	A	III	26,90	27,86	29,32	37,48
		II	26,48	27,37	28,92	36,96
		I	26,06	26,89	28,52	36,45

**b) Tabela II: Valor do ponto da GDATFA para os cargos de Auxiliar de Laboratório**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	Em R\$			
			1º ABR 2008	1º JUL 2008	1º FEV 2010	1º JUL 2010
Auxiliar de Laboratório	ESPECIAL	IV	14,56	15,31	16,34	19,83
		III	14,42	15,16	16,18	19,63
		II	14,28	15,01	16,02	19,44
		I	14,14	14,86	15,86	19,25

**ANEXO III**  
**(Anexo IX da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005)**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO  
 DOS CARGOS DE AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE  
 PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DE AGENTE DE ATIVIDADES AGRO-  
 PECUÁRIAS**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO				Em R\$
			1º ABR 2008	1º FEV 2009	1º FEV 2010	1º JUL 2010	
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	ESPECIAL	IV	1.188,50	1.284,35	1.499,96	2.583,76	
		III	1.181,41	1.276,69	1.490,92	2.568,35	
		II	1.174,36	1.269,08	1.482,03	2.553,03	
		I	1.167,36	1.261,51	1.473,19	2.537,80	
	C	III	1.153,52	1.246,55	1.455,72	2.507,71	
		II	1.146,64	1.239,12	1.447,04	2.492,75	
		I	1.139,80	1.231,73	1.438,41	2.477,88	
Agente de Atividades Agropecuárias	B	III	1.126,28	1.217,12	1.421,35	2.448,50	
		II	1.119,56	1.209,86	1.412,87	2.433,90	
		I	1.112,88	1.202,64	1.404,44	2.419,38	
	A	III	1.099,68	1.188,38	1.387,79	2.390,69	
		II	1.093,12	1.181,29	1.379,51	2.376,43	
		I	1.086,60	1.174,24	1.371,28	2.362,26	

**ANEXO IV**  
**(Anexo XIV-A da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006)**

**TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO  
 DOS CARGOS DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO E AUXILIAR DE LABORATÓRIO**

**a) Tabela I: Valor do vencimento básico para os cargos de Técnico de Laboratório**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO				Em R\$
		1º ABR 2008	1º FEV 2009	1º FEV 2010	1º JUL 2010	
ESPECIAL	IV	1.188,50	1.284,35	1.487,93	2.583,76	
	III	1.181,41	1.276,69	1.479,65	2.568,35	
	II	1.174,36	1.269,08	1.471,42	2.553,03	
	I	1.167,36	1.261,51	1.463,24	2.537,80	
	III	1.153,52	1.246,55	1.447,08	2.507,71	
	II	1.146,64	1.239,12	1.439,05	2.492,75	
	I	1.139,80	1.231,73	1.431,06	2.477,88	
	III	1.126,28	1.217,12	1.415,28	2.448,50	
B	II	1.119,56	1.209,86	1.407,44	2.433,90	
	I	1.112,88	1.202,64	1.299,64	2.419,38	
	III	1.099,68	1.188,38	1.284,23	2.390,69	
	II	1.093,12	1.181,29	1.276,57	2.376,43	
A	III	1.086,60	1.174,24	1.268,96	2.362,26	
	II					
	I					

**b) Tabela II: Valor do vencimento básico para os cargos de Auxiliar de Laboratório**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO				Em R\$
		1º ABR 2008	1º FEV 2009	1º FEV 2010	1º JUL 2010	
ESPECIAL	IV	1.100,00	1.188,71	1.284,58	1.916,84	
	III	1.082,68	1.169,99	1.264,35	1.886,65	
	II	1.065,63	1.151,56	1.244,44	1.856,94	
	I	1.048,85	1.133,43	1.224,84	1.827,70	

**ANEXO V**  
**(Anexo XC da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)**

**TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL - GDAPEF**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEF		Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1º DE MARÇO DE 2008	1º DE JULHO DE 2010		
ESPECIAL	IV	15,58	21,79		
	III	15,30	21,40		
	II	15,03	21,02		
	I	14,48	20,25		
PRIMEIRA	V	14,23	19,90		
	IV	13,97	19,54		
	III	13,73	19,20		
	II	13,48	18,86		
SEGUNDA	I	13,25	18,53		
	V	12,76	17,85		
	IV	12,54	17,54		
	III	12,31	17,22		
TERCEIRA	II	12,10	16,92		
	I	11,88	16,62		
	VI	11,32	15,83		
	V	10,99	15,37		
TERCEIRA	IV	10,67	14,92		
	III	10,36	14,49		
	II	10,05	14,06		
	I	9,76	13,65		

**ANEXO VI**  
**(Anexo da Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001)**

**“CATEGORIAS PROFISSIONAIS, ESTRUTURA E VALORES DOS SALÁRIOS DOS EMPREGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS – HFA**

(Efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008)

**a) Especialista em Saúde - Área Médico-odontológica - jornada de 40 horas semanais:**

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	CLASSE	NÍVEL	SALÁRIOS			Em R\$
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010	
Médico	D	20	7.169,44	7.886,38	10.439,10	
		19	6.864,37	7.550,81	10.097,36	
		18	6.637,87	7.301,66	9.766,83	
		17	6.418,81	7.060,69	9.447,24	
		16	6.206,99	6.827,69	8.969,59	
	C	15	5.890,42	6.479,46	8.676,35	
		14	5.696,86	6.265,67	8.392,71	
		13	5.508,07	6.058,88	8.118,48	
		12	5.326,32	5.858,95	7.853,26	
		11	5.150,54	5.665,59	7.456,92	
Odontólogo	B	10	4.887,85	5.376,64	7.213,58	
		9	4.726,57	5.199,23	6.978,25	
		8	4.570,60	5.027,66	6.750,65	
		7	4.419,75	4.861,73	6.530,59	
		6	4.273,90	4.701,29	6.201,71	
	A	5	4.055,93	4.461,52	5.999,76	
		4	3.922,08	4.314,29	5.804,50	
		3	3.792,66	4.171,93	5.615,68	
		2	3.667,52	4.034,27	5.433,06	
		1	3.546,48	3.901,13		

**ANEXO VII**  
**(Anexo I da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998)**

**PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE TECNOLOGIA MILITAR**  
**VALORES DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL EM TECNOLOGIA MILITAR - GDATEM**  
**(Efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008)**

**Valor do ponto da GDATEM para cargos de nível superior**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDATEM			Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010		
ESPECIAL	III	39,83	46,19	51,02		
	II	39,05	45,29	50,03		
	I	38,28	44,41	49,06		
	VI	36,46	42,34	46,77		
	V	35,75	41,51	45,85		
	IV	35,05	40,70	44,96		
	III	34,36	39,91	44,08		
	II	33,69	39,13	43,22		
	I	33,03	38,37	42,38		
	VI	31,46	36,54	40,36		
B	V	30,84	35,83	39,58		
	IV	30,24	35,13	38,80		
	III	29,65	34,44	38,04		
	II	29,07	33,77	37,30		
	I	28,50	33,11	36,57		
	VI	27,14	31,53	34,83		
A	V	26,61	30,91	34,14		
	IV	26,09	30,31	33,48		
	III	25,58	29,72	32,83		
	II	25,08	29,14	32,19		
	I					

**Valor do ponto da GDATEM para cargos de nível intermediário**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDATEM			Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010		
ESPECIAL	III	18,68	22,14	23,36		
	II	18,31	21,71	22,90		
	I	17,95	21,29	22,46		
	VI	17,51	20,87	22,02		
	V	17,17	20,47	21,60		
	IV	16,83	20,07	21,17		
	III	16,50	19,68	20,76		
	II	16,18	19,30	20,36		
	I	15,86	18,93	19,97		
	VI	15,47	18,56	19,58		
B	V	15,17	18,20	19,20		
	IV	14,87	17,85	18,83		
	III	14,58	17,51	18,47		
	II	14,29	17,17	18,11		
	I	14,01	16,84	17,77		
	VI	13,67	16,51	17,42		
A	V	13,40	16,19	17,08		
	IV	13,14	15,88	16,75		
	III	12,88	15,57	16,43		
	II	12,63	15,27	16,11		

**ANEXO VIII**  
**(Anexo II da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998)**  
**VALORES DA RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO - RT**  
**(Efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2010)**

CLASSE	PADRÃO	VALORES DA RT			Em R\$	
		TITULAÇÃO				
		Aprendiz	Mestre	Doutor		
ESPECIAL	III	1.658,60	3.223,22	6.448,65		
	II	1.608,30	3.126,02	6.254,25		
	I	1.559,70	3.031,82	6.066,46		
C	VI	1.501,15	2.923,58	5.842,23		
	V	1.455,86	2.835,51	5.666,68		
	IV	1.411,68	2.749,35	5.496,49		
	III	1.369,70	2.666,50	5.330,80		
	II	1.328,83	2.585,87	5.170,43		
	I	1.289,07	2.507,44	5.014,88		
	VI	1.341,57	2.417,97	4.829,31		
B	V	1.204,01	2.345,07	4.684,61		
	IV	1.167,56	2.274,37	4.543,22		
	III	1.132,22	2.205,89	4.406,75		
	II	1.097,97	2.139,61	4.273,78		
	I	1.064,83	2.074,44	4.145,56		
	V	1.025,07	2.006,43	3.992,02		
A	IV	994,14	1.939,68	3.871,62		
	III	964,32	1.881,13	3.755,64		
	II	935,60	1.823,69	3.641,97		
	I	907,98	1.768,46	3.533,62		

**ANEXO IX**  
**(Anexo III da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998)**

**VALORES DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO - GQ**  
**(Efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2010)**

CLASSE	PADRÃO	VALORES DA GQ			Em R\$	
		NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO				
		I	II	III		
ESPECIAL	III	793,36	1.542,41	3.085,88		
	II	773,32	1.504,43	3.007,81		
	I	754,33	1.466,45	2.931,85		
C	VI	729,01	1.417,92	2.837,95		
	V	711,07	1.382,05	2.766,21		
	IV	693,14	1.347,24	2.696,58		
	III	676,26	1.313,48	2.628,01		
	II	659,38	1.280,77	2.561,54		
	I	642,50	1.249,12	2.497,19		
	VI	620,34	1.207,98	2.417,01		
B	V	604,52	1.177,38	2.355,82		
	IV	589,75	1.147,84	2.296,74		
	III	574,98	1.119,36	2.238,71		
	II	560,21	1.091,93	2.181,74		
	I	546,49	1.064,50	2.126,88		
A	V	527,50	1.028,63	2.059,36		
	IV	514,84	1.003,31	2.007,67		
	III	502,18	977,99	1.957,03		
	II	489,52	953,72	1.907,44		
	I	476,86	929,46	1.858,91		

**ANEXO X**  
**(Anexo XXI da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)**  
**PLANO DE CARREIRAS DOS CARGOS DE TECNOLOGIA MILITAR**  
**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**

**a) Vencimento Básico dos cargos de nível superior**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1º DE JULHO DE 2008	1º DE JULHO DE 2010		
ESPECIAL	III	2.376,32	2.624,88		
	II	2.329,72	2.573,41		
	I	2.284,04	2.522,95		
	VI	2.196,20	2.425,92		
	V	2.153,13	2.378,95		
	IV	2.110,91	2.331,71		
	III	2.069,52	2.285,99		
	II	2.028,95	2.241,18		
	I	1.989,16	2.197,23		
	VI	1.912,66	2.112,72		
B	V	1.875,15	2.071,29		
	IV	1.838,39	2.036,69		
	III	1.802,34	1.990,86		
	II	1.767,00	1.951,83		
	I	1.732,35	1.913,55		
	VI	1.665,72	1.839,95		
A	V	1.633,06	1.803,88		
	IV	1.601,04	1.768,51		
	III	1.569,65	1.733,84		
	II	1.538,87	1.699,84		
	I	1.538,87	1.699,84		

**b) Vencimento Básico dos cargos de nível intermediário**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1º DE JULHO DE 2008	1º DE JULHO DE 2010		
ESPECIAL	III	1.595,10	1.682,83		
	II	1.582,44	1.669,47		
	I	1.569,88	1.656,22		
	VI	1.545,16	1.630,14		
	V	1.532,90	1.617,21		
	IV	1.520,73	1.604,37		
	III	1.508,66	1.591,64		
	II	1.496,69	1.579,81		
	I	1.484,81	1.566,47		
	VI	1.461,43	1.541,81		
B	V	1.449,83	1.529,57		
	IV	1.438,32	1.517,43		
	III	1.426,91	1.505,39		
	II	1.415,58	1.493,44		
	I	1.404,35	1.481,59		
	VI	1.382,23	1.458,25		
A	V	1.371,26	1.446,68		
	IV	1.360,38	1.435,20		
	III	1.349,58	1.423,81		
	II	1.338,87	1.412,51		
	I	1.338,87	1.412,51		

**c) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1º DE JULHO DE 2008	1º DE JULHO DE 2010		
ESPECIAL	III		1.345,38		
	II		1.332,06		
	I		1.318,87		

**ANEXO XI**  
**(Anexo XV da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006)**

**VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE EXECUÇÃO E APOIO TÉCNICO À AUDITORIA NO DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - GDASUS**

**a) Tabela I - Efeitos financeiros de 1º de março de 2008 até 31 de janeiro de 2010**

NÍVEL DO CARGO	VALOR DO PONTO		Em R\$
	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2009	
Superior	33,65		
Intermediário	19,60		
Auxiliar	7,70		

**b) Tabela II - Valor do ponto da GDASUS para os Cargos de Nível Superior:**

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2011	Em R\$
ESPECIAL	III	80,15	78,37	67,68	
	II	78,58	76,92	65,70	
	I	77,03	75,47	63,77	
C	VI	72,19	70,57	59,51	
	V	70,04	68,54	57,77	
	IV	68,02	66,57	56,08	
	III	66,07	64,65	54,44	
	II	64,17	62,79	52,85	
	I	62,32	60,98	51,30	
	VI	58,52	57,22	47,85	
B	V	56,84	55,58	46,45	
	IV	55,20	53,97	45,09	
	III	53,61	52,42	43,77	
	II	51,06	50,90	42,49	
	I	50,56	49,43	41,24	
	VI	47,47	46,37	38,45	
A	V	46,11	45,04	37,33	
	IV	45,51	44,53	36,24	
	III	44,03	43,06	35,18	
	II	42,59	41,64	34,15	

**c) Tabela III - Valor do ponto da GDASUS para os Cargos de Nível Intermediário:**

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2011	Em R\$
ESPECIAL	III	36,44	35,20	32,02	
	II	36,04	35,26	30,75	
	I	35,16	34,41	29,51	
C	VI	33,96	32,34	27,16	
	V	31,83	31,11	26,03	
	IV	31,06	30,37	24,94	
	III	30,30	29,64	23,89	
	II	29,17	28,53	22,88	
	I	28,01	27,37	21,89	
	VI	25,89	25,25	20,02	
B	V	24,83	24,19	19,12	
	IV	23,90	23,16	18,25	
	III	22,80	22,17	17,41	
	II	21,83	21,19	16,59	
	I	20,89	20,26	15,81	
A	V	19,16	18,52	14,31	
	IV	18,38	17,66	13,60	
	III	17,46	16,82	12,91	
	II	16,65	16,02	12,25	
	I	15,85	15,22	11,60	

## ANEXO XII

**Cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de nível superior, que poderão optar pela Estrutura Remuneratória de que trata o art. 19 desta Lei.**

GRUPO CARGO	CARREIRA/PLANO	CARGO	COD CARGO
CPREV-424	CARREIRA PREVIDENCIÁRIA Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001	ARQUITETO	424010
CPREV-424		ECONOMISTA	424011
CPREV-424		ENGENHEIRO	424008
CPREV-424		ESTATÍSTICO	424014
CPST-422	CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006	ARQUITETO	422028
CPST-422		ECONOMISTA	422047
CPST-422		ECONOMISTA DOMÉSTICO	422048
CPST-422		ENGENHEIRO	422051
CPST-422		ENGENHEIRO AGRIMENSOR	422052
CPST-422		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	422053
CPST-422		ENGENHEIRO OPERACIONAL	422055
CPST-422		ESTATÍSTICO	422059
CPST-422		GEÓLOGO	422067
CSST-430		ARQUITETO	430081
CSST-430	CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002	ECONOMISTA	430022
CSST-430		ENGENHEIRO	430016
CSST-430		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	430012
CSST-430		ENGENHEIRO FLORESTAL	430076
CSST-430		ESTATÍSTICO	430091
DPRF-437		ECONOMISTA	437005
DPRF-437	PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003	ENGENHEIRO	437006
PEC-475		ARQUITETO	475014
PEC-475	PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA EMBRATUR Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;	ECONOMISTA	475016
PEC-475		ECONOMISTA SÊNIOR	475020
PEC-475		ENGENHEIRO	475021
PEC-475		ESTATÍSTICO	475022
PECC-442		ARQUITETO	442017
PECC-442		ECONOMISTA	442033
PECC-442		ENGENHEIRO	442035
PECC-442		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	442036
PECC-442		ENGENHEIRO CIVIL	442037
PECC-442		ENGENHEIRO CIVIL	442037
PECC-442	PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005	ENGENHEIRO ELÉTRICO	442038
PECC-442		ESTATÍSTICO	442041
PECC-442		GEÓLOGO	442042
PECC-442		ECONOMISTA	474007
PECSU-474		ENGENHEIRO	474008
PECSU-474		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	474009
PECSU-474		ENGENHEIRO CIVIL	474010
PECSU-474		ENGENHEIRO FLORESTAL	474012
PECSU-474		ENGENHEIRO OPERACIONAL	474013
PEDPF-432	PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005	ARQUITETO	432083
PEDPF-432		ECONOMISTA	432094
PEDPF-432		ENGENHEIRO	432003
PEDPF-432		ESTATÍSTICO	432007

GRUPO CARGO	CARREIRA/PLANO	CARGO	COD CARGO
PGPE-480		ARQUITETO	480046
PGPE-480		ECONOMISTA	480096
PGPE-480		ENGENHEIRO	480106
PGPE-480		ENGENHEIRO AGRIMENSOR	480107
PGPE-480		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	480108
PGPE-480		ENGENHEIRO CIVIL	480109
PGPE-480		ENGENHEIRO DE MINAS	480110
PGPE-480	PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE	ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES	480111
PGPE-480	Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006	ENGENHEIRO DE PESCA	480112
PGPE-480		ENGENHEIRO ELÉTRICO	480113
PGPE-480		ENGENHEIRO ELETRÔNICO	480114
PGPE-480		ENGENHEIRO FLORESTAL	480115
PGPE-480		ENGENHEIRO MECÂNICO	480116
PGPE-480		ENGENHEIRO QUÍMICO	480118
PGPE-480		ESTATÍSTICO	480122
PGPE-480		GEÓLOGO	480138
PECMF-489		ARQUITETO	489010
PECMF-489		ECONOMISTA	489021
PECMF-489	PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ	ENGENHEIRO	489023
PECMF-489	Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009	ENGENHEIRO AGRIMENSOR	489024
PECMF-489		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	489025
PECMF-489		ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES	489026
PECMF-489		ESTATÍSTICO	489028
QPIN-490	QUADRO DE PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL	ECONOMISTA	490054
QPIN-490	Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005	ENGENHEIRO	490063
NS-009		ARQUITETO	9017
NS-009		ECONOMISTA	9022
NS-009		ENGENHEIRO	9016
NS-009		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	9012
NS-009	PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - PCC	ENGENHEIRO DE PESCA	9041
NS-009	Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	ESTATÍSTICO	9026
NS-009		GEÓLOGO	9020
NS-032		ECONOMISTA	32020
NS-032		ENGENHEIRO	32010
NS-032		ESTATÍSTICO	32022
NS-068		ECONOMISTA	68001
NS-068		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	68012
CSS-434		ARQUITETO	434010
CSS-434		ECONOMISTA	434011
CSS-434		ECONOMISTA DOMÉSTICO	434028
CSS-434		ENGENHEIRO	434008
CSS-434		ENGENHEIRO AGRIMENSOR	434029
CSS-434	SEGURO SOCIAL	ENGENHEIRO CIVIL	434057
CSS-434	Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004	ESTATÍSTICO	434014

**ANEXO XIII****TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO  
DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DE QUE TRATA O ART. 19 DESTA LEI**

CLASSE	PADRÃO	Em R\$
		VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010
ESPECIAL	III	3.892,50
	II	3.797,56
	I	3.704,94
C	VI	3.562,44
	V	3.475,55
	IV	3.390,78
	III	3.306,00
	II	3.227,40
	I	3.148,68
B	VI	3.027,58
	V	2.953,74
	IV	2.881,70
	III	2.811,41
	II	2.742,84
	I	2.675,94
A	V	2.573,02
	IV	2.510,26
	III	2.449,03
	II	2.389,30
	I	2.331,02

**ANEXO XIV****TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE  
ATIVIDADE DE CARGOS ESPECÍFICOS - GDACE  
(Art. 22 desta Lei)**

(Efeitos Financeiros a Partir de 1º de Julho De 2010)

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO	Em R\$
ESPECIAL	III	63,17	
	II	61,03	
	I	58,97	
C	VI	56,96	
	V	54,16	
	IV	52,33	
	III	50,56	
	II	48,85	
	I	47,20	
B	VI	44,87	
	V	43,35	
	IV	41,88	
	III	40,46	
	II	39,09	
	I	37,77	
A	V	35,90	
	IV	34,69	
	III	33,52	
	II	32,39	
	I	31,29	

## ANEXO XV

## TERMO DE OPÇÃO

Nome:		Cargo:
Matrícula SIAPE:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
	Cidade:	Estado:
<input type="checkbox"/> Servidor ativo ( ) <input type="checkbox"/> Aposentado ( ) <input type="checkbox"/> Pensionista ( )		
<p>Venho, nos termos da Lei nº , de de de , optar pela percepção dos valores constantes da Estrutura Remuneratória Especial, instituída pela Lei supramencionada, conforme disposto no art. 19, e pelo não recebimento das parcelas que integram a estrutura remuneratória do meu cargo efetivo.</p>		
Local e data _____ / _____ / _____  _____ Assinatura _____		
Recebido em: _____ / _____ / _____		
Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC		

## ANEXO XVI

(Anexo II da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

**TABELA DE SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS  
DE OFICIAL DE INTELIGÊNCIA, OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA, AGENTE DE  
INTELIGÊNCIA E AGENTE TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA**

## a) Subsídio do Cargo de Oficial de Inteligência

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	10.277,57	13.468,76	15.742,00	18.400,00		
	II	10.125,69	13.269,71	15.494,09	18.110,24		
	I	9.976,05	13.073,61	15.250,09	17.825,04		
PRIMEIRA	VI	9.685,48	12.692,83	14.767,63	17.261,12		
	V	9.542,35	12.505,25	14.535,07	16.989,29		
	IV	9.401,33	12.320,44	14.306,17	16.721,74		
	III	9.262,39	12.138,36	14.080,88	16.458,40		
	II	9.125,51	11.958,98	13.859,13	16.199,22		
SEGUNDA	I	8.990,65	11.782,25	13.640,88	15.944,11		
	VI	8.728,79	11.439,07	13.209,33	15.439,70		
	V	8.599,79	11.270,02	13.001,31	15.196,55		
	IV	8.472,70	11.103,47	12.796,57	14.957,24		
	III	8.347,49	10.939,38	12.595,04	14.721,69		
TERCEIRA	II	8.224,12	10.777,72	12.396,70	14.489,85		
	I	8.102,59	10.618,44	12.201,47	14.261,66		
	V	7.866,59	10.309,16	11.815,46	13.810,48		
	IV	7.750,33	10.156,81	11.629,39	13.592,99		
	III	7.635,80	10.006,71	11.446,25	13.378,93		
	II	7.522,95	9.858,83	11.266,00	13.168,23		
	I	7.411,78	9.713,13	11.088,58	12.960,86		

**b) Subsídio do Cargo de Oficial Técnico de Inteligência**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1 <sup>º</sup> de abril de 2008	1 <sup>º</sup> de outubro de 2008	1 <sup>º</sup> de julho de 2010	1 <sup>º</sup> de abril de 2011		
ESPECIAL	III	9.249,81	12.121,48	14.166,23	16.558,16		
	II	9.113,12	11.942,74	13.956,87	16.313,46		
	I	8.978,45	11.766,25	13.750,61	16.072,37		
PRIMEIRA	VI	8.716,93	11.423,55	13.350,11	15.604,25		
	V	8.588,12	11.254,73	13.152,82	15.373,64		
	IV	8.461,20	11.088,40	12.958,44	15.146,44		
	III	8.336,15	10.924,52	12.766,94	14.922,60		
	II	8.212,96	10.763,08	12.578,26	14.702,07		
	I	8.091,59	10.604,03	12.392,38	14.484,80		
	VI	7.855,91	10.295,16	12.031,43	14.062,91		
SEGUNDA	V	7.739,81	10.143,02	11.853,63	13.855,09		
	IV	7.625,43	9.993,12	11.678,45	13.650,33		
	III	7.512,74	9.845,44	11.505,87	13.448,60		
	II	7.401,71	9.699,95	11.335,83	13.249,86		
	I	7.292,33	9.556,60	11.168,30	13.054,05		
TERCEIRA	V	7.079,93	9.278,24	10.843,01	12.673,83		
	IV	6.975,30	9.141,13	10.682,77	12.486,53		
	III	6.872,22	9.006,04	10.524,90	12.302,00		
	II	6.770,66	8.872,95	10.369,36	12.120,20		
	I	6.670,60	8.741,82	10.216,12	11.941,98		

**c) Subsídio do Cargo de Agente de Inteligência**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1 <sup>º</sup> de abril de 2008	1 <sup>º</sup> de outubro de 2008	1 <sup>º</sup> de julho de 2010	1 <sup>º</sup> de abril de 2011		
ESPECIAL	III	4.542,08	6.182,23	7.226,00	8.445,69		
	II	4.474,96	6.090,87	7.084,31	8.239,70		
	I	4.408,83	6.000,85	6.945,41	8.038,73		
PRIMEIRA	VI	4.280,41	5.826,07	6.678,27	7.655,94		
	V	4.217,16	5.739,97	6.547,33	7.469,21		
	IV	4.154,83	5.655,15	6.418,95	7.287,03		
	III	4.093,43	5.571,57	6.293,09	7.109,30		
	II	4.032,94	5.489,23	6.169,69	6.935,90		
	I	3.973,34	5.408,11	6.048,72	6.766,73		
	VI	3.857,61	5.250,59	5.816,08	6.444,51		
SEGUNDA	V	3.800,60	5.173,00	5.702,04	6.287,32		
	IV	3.744,43	5.096,55	5.590,23	6.133,97		
	III	3.689,10	5.021,23	5.480,62	5.984,37		
	II	3.634,58	4.947,03	5.373,16	5.838,41		
	I	3.580,87	4.873,92	5.267,80	5.696,01		
	VI	3.476,57	4.731,96	5.065,19	5.424,71		
TERCEIRA	IV	3.425,19	4.662,03	4.965,87	5.292,46		
	III	3.374,57	4.593,13	4.868,50	5.163,37		
	II	3.324,70	4.525,25	4.773,04	5.037,44		
	I	3.275,57	4.458,38	4.679,45	4.914,57		

## d) Subsídio do Cargo de Agente Técnico de Inteligência

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	4.087,87	5.564,01	6.502,68	7.680,28		
	II	4.027,46	5.481,78	6.375,17	7.414,91		
	I	3.967,95	5.400,77	6.250,17	7.234,06		
PRIMEIRA	VI	3.852,37	5.243,46	6.009,78	6.889,58		
	V	3.795,44	5.165,97	5.891,94	6.721,54		
	IV	3.739,35	5.089,64	5.776,41	6.557,60		
	III	3.684,09	5.014,41	5.663,15	6.397,66		
	II	3.629,65	4.940,31	5.552,11	6.241,62		
	I	3.576,01	4.867,30	5.443,24	6.089,38		
SEGUNDA	VI	3.471,85	4.725,53	5.233,89	5.799,41		
	V	3.420,54	4.655,70	5.131,26	5.657,96		
	IV	3.369,99	4.586,90	5.030,65	5.519,96		
	III	3.320,19	4.519,11	4.932,01	5.385,33		
	II	3.271,12	4.452,33	4.835,30	5.253,98		
	I	3.222,78	4.386,53	4.740,49	5.125,84		
TERCEIRA	V	3.128,91	4.258,76	4.558,17	4.881,75		
	IV	3.082,67	4.195,83	4.468,79	4.762,68		
	III	3.037,11	4.133,82	4.381,17	4.646,52		
	II	2.992,23	4.072,73	4.295,26	4.533,19		
	I	2.948,01	4.012,54	4.211,04	4.422,62		

**ANEXO XVII**  
(Anexo III da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

**TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO DO GRUPO INFORMAÇÕES**

a) Vencimento básico do cargo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	4.459,81	5.181,88	6.054,04	6.787,36		
	II	4.393,90	5.105,30	5.964,57	6.667,35		
	I	4.328,97	5.029,85	5.876,43	6.549,45		
PRIMEIRA	VI	4.202,88	4.883,36	5.705,27	6.358,70		
	V	4.140,77	4.811,19	5.620,96	6.246,26		
	IV	4.079,58	4.740,89	5.537,89	6.135,82		
	III	4.019,28	4.670,03	5.456,05	6.027,33		
	II	3.959,89	4.601,02	5.375,42	5.920,75		
	I	3.901,37	4.533,03	5.295,98	5.816,07		
SEGUNDA	VI	3.787,73	4.408,99	5.141,73	5.646,67		
	V	3.731,76	4.335,95	5.065,75	5.546,83		
	IV	3.676,61	4.271,87	4.990,88	5.448,75		
	III	3.622,28	4.208,74	4.917,13	5.352,40		
	II	3.568,75	4.146,55	4.844,46	5.257,77		
	I	3.516,01	4.085,27	4.772,87	5.164,80		
TERCEIRA	V	3.413,59	3.966,28	4.633,86	5.014,37		
	IV	3.363,15	3.907,66	4.565,38	4.925,71		
	III	3.313,45	3.849,92	4.497,91	4.838,61		
	II	3.264,48	3.793,02	4.431,44	4.753,06		
	I	3.216,24	3.736,97	4.365,95	4.669,02		

**b) Vencimento básico dos demais cargos de nível superior do Grupo Informações**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	3.748,43	4.377,42	5.422,00	6.336,77		
	II	3.705,06	4.326,77	5.341,87	6.218,62		
	I	3.683,27	4.301,32	5.262,93	6.102,67		
PRIMEIRA	VI	3.515,42	4.105,31	5.109,64	5.924,92		
	V	3.474,78	4.051,85	5.034,13	5.814,44		
	IV	3.434,63	4.010,96	4.959,73	5.706,03		
	III	3.394,94	3.964,61	4.886,43	5.599,64		
	II	3.355,71	3.918,80	4.814,22	5.495,23		
	I	3.316,96	3.873,55	4.743,08	5.392,76		
SEGUNDA	VI	3.147,44	3.675,58	4.604,93	5.235,69		
	V	3.111,13	3.633,18	4.536,87	5.138,07		
	IV	3.075,25	3.591,28	4.469,83	5.041,27		
	III	3.039,78	3.549,86	4.403,77	4.948,25		
	II	3.004,74	3.508,94	4.338,69	4.855,99		
	I	2.970,11	3.468,49	4.274,57	4.765,44		
TERCEIRA	V	2.818,57	3.291,53	4.150,07	4.626,64		
	IV	2.786,13	3.253,64	4.088,74	4.540,38		
	III	2.754,07	3.216,20	4.028,31	4.455,72		
	II	2.722,39	3.179,21	3.968,78	4.372,64		
	I	2.691,88	3.142,64	3.918,13	4.291,11		

**c) Vencimento básico do cargo de nível intermediário de Monitor de Informações do Grupo Informações**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º de abril de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	2.428,57	2.837,47	3.316,41		
	II	2.420,36	2.809,37	3.260,97		
	I	2.411,95	2.781,56	3.206,46		
PRIMEIRA	VI	2.389,37	2.740,45	3.143,59		
	V	2.372,54	2.713,32	3.091,04		
	IV	2.365,25	2.686,45	3.039,37		
	III	2.357,39	2.659,85	2.988,57		
	II	2.349,15	2.633,52	2.938,61		
	I	2.341,31	2.607,44	2.889,49		
SEGUNDA	VI	2.312,15	2.568,91	2.832,83		
	V	2.304,84	2.543,48	2.785,48		
	IV	2.297,89	2.518,29	2.738,92		
	III	2.290,39	2.493,36	2.693,14		
	II	2.283,42	2.468,67	2.648,12		
	I	2.275,88	2.444,23	2.603,85		
TERCEIRA	V	2.249,51	2.408,11	2.552,80		
	IV	2.242,27	2.384,27	2.510,12		
	III	2.235,41	2.360,66	2.468,17		
	II	2.228,93	2.337,29	2.426,91		
	I	2.221,91	2.314,14	2.386,34		

**d) Vencimento básico dos demais cargos de nível intermediário do Grupo Informações**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º de abril de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	2.148,00	2.487,81	2.860,99		
	II	2.143,46	2.475,44	2.832,66		
	I	2.139,18	2.463,12	2.804,61		
PRIMEIRA	VI	2.126,42	2.438,73	2.763,17		
	V	2.122,18	2.426,60	2.735,81		
	IV	2.117,94	2.414,53	2.708,72		
	III	2.113,71	2.402,52	2.681,90		
	II	2.109,49	2.390,56	2.655,35		
	I	2.105,28	2.378,67	2.629,06		
SEGUNDA	VI	2.092,72	2.355,12	2.594,20		
	V	2.088,54	2.343,40	2.564,56		
	IV	2.084,37	2.331,74	2.539,17		
	III	2.080,21	2.320,14	2.514,03		
	II	2.076,06	2.308,60	2.489,14		
	I	2.071,92	2.297,11	2.464,49		
TERCEIRA	V	2.059,56	2.274,37	2.428,07		
	IV	2.055,45	2.263,05	2.404,03		
	III	2.051,35	2.251,80	2.380,23		
	II	2.047,26	2.240,59	2.356,66		
	I	2.043,17	2.229,44	2.333,33		

**ANEXO XVIII**  
(Anexo IV da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO  
DOS CARGOS DO GRUPO APOIO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN**

**a) Cargos de nível superior**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º de abril de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	3.748,70	4.324,06	5.053,93		
	II	3.705,43	4.260,10	4.979,24		
	I	3.683,64	4.197,14	4.905,66		
C	VI	3.515,77	4.074,89	4.762,77		
	V	3.475,13	4.014,67	4.692,39		
	IV	3.434,97	3.955,34	4.623,04		
	III	3.395,28	3.896,89	4.554,72		
	II	3.356,05	3.839,30	4.487,41		
	I	3.317,29	3.782,56	4.421,09		
B	VI	3.147,75	3.672,39	4.292,33		
	V	3.111,44	3.618,12	4.226,89		
	IV	3.075,56	3.564,65	4.166,40		
	III	3.040,08	3.511,97	4.104,82		
	II	3.005,94	3.460,07	4.044,16		
	I	2.970,41	3.408,94	3.984,40		
A	V	2.818,85	3.309,65	3.868,34		
	IV	2.786,41	3.260,73	3.811,18		
	III	2.754,35	3.212,55	3.754,85		
	II	2.722,66	3.165,07	3.699,36		
	I	2.691,35	3.118,39	3.644,69		

## b) Cargos de nível intermediário

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º de abril de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	2.148,00	2.574,00	3.008,34		
	II	2.143,46	2.553,57	2.984,47		
	I	2.139,18	2.533,30	2.960,78		
C	VI	2.126,42	2.495,87	2.917,02		
	V	2.122,18	2.476,06	2.893,87		
	IV	2.117,94	2.456,41	2.870,91		
	III	2.113,71	2.436,91	2.848,12		
	II	2.109,49	2.417,57	2.825,52		
	I	2.105,28	2.398,38	2.803,09		
B	VI	2.092,72	2.362,94	2.761,67		
	V	2.088,54	2.344,19	2.739,75		
	IV	2.084,37	2.325,58	2.718,01		
	III	2.080,21	2.307,13	2.696,43		
	II	2.076,06	2.288,81	2.675,03		
	I	2.071,92	2.270,65	2.653,00		
A	V	2.059,56	2.237,09	2.614,58		
	IV	2.055,45	2.219,34	2.593,83		
	III	2.051,35	2.201,72	2.573,25		
	II	2.047,26	2.184,25	2.552,83		
	I	2.043,17	2.166,92	2.532,57		

## c) Cargos de nível auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º de abril de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	1.660,84	1.743,00	1.830,15		
	II	1.657,64	1.740,52	1.827,55		
	I	1.654,45	1.737,17	1.824,03		

## ANEXO XIX

(Anexo V da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

## TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA - GDAIN

## a) Valor do ponto da GDAIN para o cargo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	47,80	69,36	83,56	97,67		
	II	47,24	68,55	82,16	96,32		
	I	46,97	68,15	80,79	94,99		
PRIMEIRA	VI	44,83	65,05	77,68	91,59		
	V	44,31	64,29	76,38	90,32		
	IV	43,80	63,55	75,11	89,07		
	III	43,29	62,82	73,85	87,84		
	II	42,79	62,09	72,62	86,63		
	I	42,30	61,37	71,40	85,44		
SEGUNDA	VI	40,13	58,24	68,66	82,57		
	V	39,67	57,57	67,51	81,23		
	IV	39,21	56,90	66,38	80,11		
	III	38,76	56,24	65,27	79,01		
	II	38,31	55,60	64,18	77,92		
	I	37,87	54,96	63,11	76,84		
TERCEIRA	V	35,94	52,15	60,68	74,08		
	IV	35,53	51,56	59,67	73,06		
	III	35,12	50,96	58,67	72,05		
	II	34,71	50,37	57,69	71,06		
	I	34,31	49,79	56,72	70,08		

**b) Valor do ponto da GDAIN para os demais cargos de nível superior do Grupo Informações**

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN			
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1 <sup>º</sup> de abril de 2008	1 <sup>º</sup> de outubro de 2008	1 <sup>º</sup> de julho de 2010	1 <sup>º</sup> de abril de 2011
ESPECIAL	III	47,80	69,36	78,02	91,19
	II	47,24	68,55	76,87	89,84
	I	46,97	68,15	75,73	88,51
PRIMEIRA	VI	44,83	65,05	73,31	85,68
	V	44,31	64,29	72,23	84,42
	IV	43,80	63,55	71,16	83,17
	III	43,29	62,82	70,11	81,94
	II	42,79	62,09	69,07	80,73
	I	42,30	61,37	68,05	79,54
SEGUNDA	VI	40,13	58,24	65,88	77,00
	V	39,67	57,57	64,90	75,86
	IV	39,21	56,90	63,95	74,74
	III	38,76	56,24	63,00	73,63
	II	38,31	55,60	62,07	72,55
	I	37,87	54,96	61,15	71,47
TERCEIRA	V	35,94	52,15	59,20	69,19
	IV	35,53	51,55	58,32	68,17
	III	35,12	50,96	57,46	67,16
	II	34,71	50,37	56,61	66,17
	I	34,31	49,79	55,78	65,19

**c) Valor do ponto da GDAIN de nível intermediário de Monitor de Informações do Grupo Informações**

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN			
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1 <sup>º</sup> de abril de 2008	1 <sup>º</sup> de outubro de 2008	1 <sup>º</sup> de julho de 2010	1 <sup>º</sup> de abril de 2011
ESPECIAL	III	16,593	30,436	35,59	41,60
	II	16,071	29,705	34,55	40,23
	I	15,560	28,995	33,55	38,91
PRIMEIRA	VI	14,720	27,655	31,65	36,43
	V	14,229	26,978	30,73	35,23
	IV	13,741	26,304	29,83	34,08
	III	13,267	25,645	28,96	32,95
	II	12,805	25,000	28,12	31,87
	I	12,347	24,358	27,30	30,82
SEGUNDA	VI	11,597	23,162	25,75	28,86
	V	11,157	22,552	25,00	27,91
	IV	10,721	21,955	24,28	26,99
	III	10,298	21,362	23,57	26,11
	II	9,877	20,782	22,88	25,25
	I	9,469	20,206	22,22	24,42
TERCEIRA	V	8,794	19,139	20,96	22,86
	IV	8,404	18,593	20,35	22,11
	III	8,017	18,050	19,76	21,38
	II	7,633	17,530	19,18	20,68
	I	7,261	17,004	18,62	20,00

**d) Valor do ponto da GDAIN para os demais cargos de nível intermediário do Grupo Informações**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN			
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011
ESPECIAL	III	16,593	30,436	35,68	41,84
	II	16,071	29,705	34,47	40,24
	I	15,560	28,995	33,31	38,69
PRIMEIRA	VI	14,720	27,655	31,27	35,99
	V	14,329	26,978	30,22	34,60
	IV	13,741	26,304	29,20	33,27
	III	13,267	25,645	28,21	31,99
	II	12,805	25,000	27,25	30,76
	I	12,347	24,358	26,33	29,58
SEGUNDA	VI	11,597	23,162	24,73	27,52
	V	11,157	22,552	23,89	26,46
	IV	10,721	21,955	23,08	25,44
	III	10,298	21,362	22,30	24,46
	II	9,877	20,782	21,55	23,52
	I	9,469	20,206	20,82	22,62
TERCEIRA	V	8,794	19,139	19,55	21,04
	IV	8,404	18,593	18,89	20,23
	III	8,017	18,050	18,25	19,45
	II	7,633	17,530	17,63	18,70
	I	7,261	17,004	17,03	17,98

**ANEXO XX**

(Anexo VI da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

**TABELA DE VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO  
DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES NA ABIN - GDACABIN**

**a) Valor do ponto da GDACABIN para os cargos de nível superior do Grupo Apoio**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDACABIN				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	15,44	23,16	27,64	32,31		
	II	14,85	22,27	26,73	31,22		
	I	14,13	21,20	25,85	30,16		
PRIMEIRA	VI	14,04	21,06	24,39	28,32		
	V	13,49	20,24	23,59	27,36		
	IV	12,96	19,44	22,81	26,44		
	III	12,44	18,66	22,06	25,55		
	II	11,93	17,90	21,34	24,68		
	I	11,56	17,34	20,63	23,85		
SEGUNDA	VI	11,52	17,28	19,47	22,39		
	V	11,06	16,59	18,83	21,63		
	IV	10,61	15,91	18,21	20,90		
	III	10,16	15,24	17,61	20,20		
	II	9,73	14,60	17,03	19,51		
	I	9,45	14,18	16,47	18,85		
TERCEIRA	V	9,41	14,12	15,54	17,70		
	IV	9,02	13,53	15,03	17,10		
	III	8,63	12,95	14,53	16,53		
	II	8,26	12,39	14,05	15,97		
	I	7,89	11,84	13,59	15,43		

**b) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível intermediário do Grupo Apoio**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDACABIN				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	9,75	14,62	16,46	19,23		
	II	9,61	14,41	16,15	18,58		
	I	9,47	14,20	15,85	17,95		
PRIMEIRA	VI	9,23	13,85	15,32	16,70		
	V	9,10	13,65	15,03	16,14		
	IV	8,97	13,45	14,75	15,59		
	III	8,83	13,25	14,47	15,06		
	II	8,70	13,05	14,21	14,55		
	I	8,57	12,86	13,94	14,06		
SEGUNDA	VI	8,37	12,55	13,47	13,08		
	V	8,24	12,36	13,22	12,64		
	IV	8,12	12,18	12,97	12,21		
	III	8,00	12,00	12,73	11,80		
	II	7,88	11,82	12,49	11,40		
	I	7,77	11,65	12,26	11,01		
TERCEIRA	V	7,58	11,37	11,84	10,25		
	IV	7,47	11,20	11,62	9,90		
	III	7,35	11,03	11,41	9,56		
	II	7,25	10,87	11,19	9,24		
	I	7,14	10,71	10,99	8,93		

**c) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível auxiliar do Grupo Apoio**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDACABIN				Em R\$	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º de abril de 2008	1º de outubro de 2008	1º de julho de 2010	1º de abril de 2011		
ESPECIAL	III	3,65	5,48	5,75	6,04		
	II	3,62	5,43	5,80	6,09		
	I	3,59	5,38	5,65	5,93		

**ANEXO XXI**  
(Tabela “a” do Anexo VII da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

**“TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN**

Cargo	Situação Anterior		Carreiras de Inteligência			Cargo	
	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo		
Cargos de nível superior de Analista de Informações e de Instrutor de Informações do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - Abin	Especial	III	III	Especial	Cargos de nível superior de Oficial de Inteligência do Plano de Carreiras e Cargos da Abin	Cargos de nível superior de Oficial de Inteligência do Plano de Carreiras e Cargos da Abin	
		II	II				
		I	I				
	C	VI	VI				
		V	V				
		IV	IV				
		III	III				
	B	II	II		Cargos de nível intermediário de Agente de Inteligência do Plano de Carreiras e Cargos da Abin		
		I	I				
		VI	VI				
Cargos de Nível Intermediário de Assistente de Informações do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência - Abin	A	V	V				
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				
	B	V	V				
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				

**ANEXO XXII**  
**(Tabela “g” do Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007)**

“

**g) Funções comissionadas do DNPM - FCDNPM**

FUNÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
<b>FCDNPM-1</b>	<b>1.269,44</b>
<b>FCDNPM-2</b>	<b>1.616,82</b>
<b>FCDNPM-3</b>	<b>2.425,24</b>
<b>FCDNPM-4</b>	<b>4.106,26</b>

”

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 16, DE 2010**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)

Relator: Senador Romero Jucá (art. 140 do Regimento Interno)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Nº 27, DE 2010**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010,

da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a *Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009*.

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Nº 278, DE 2010**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 411, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010*.

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Nº 279, DE 2010**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 412, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010*.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento

*civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

## 6

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

## 7

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

## 8

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

## 9

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

## 10

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

## 11

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 12

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2008, tendo como primeiro signatário

o Senador Arthur Virgílio, que *acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus).*

Parecer sob nº 1.084, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Neuto de Conto, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

13

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Ikhessarenko.

14

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante resarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

18

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

19

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.*

cias (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º

pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

## 20

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruada), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado *Emissões Evocadas Otoacústicas*.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

## 21

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

## 22

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

## 23

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

## 24

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

## 25

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange

Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

26

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

27

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

28

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

29

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-Cl (Substitutivo), que oferece.

30

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes.

31

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

33

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

34

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

35

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7

de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

36

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarécio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

37

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

38

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instructor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

39

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci),

que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

40

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

42

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

43

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

44

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

45

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

46

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Ro-

sado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

47

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

48

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 312, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 312, de 2009 (nº 4.760/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.

Pareceres favoráveis, sob nºs 324 e 325, de 2010, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Pedro; e de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

49

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Fe-

deral de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

50

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

51

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

52

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004***(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a

Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia,  
nos termos do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº*

*8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade*.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais)*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade combinada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Sthessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das

*Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que

*acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**63**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO**

#### **Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**64**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO**

#### **Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de*

*maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**65**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO**

#### **Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de

2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de

2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de

2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Sthessarenko,

que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea “j” inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera*

*a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorribel do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2008

*(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera

a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que específica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 14, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

78

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art.

22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e – de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

79

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

80

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

81

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Se-

nador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Cagarrande.

82

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Quero, também, registrar a presença aqui no plenário dos alunos da Faculdade de Direito Moura Lacerda, de Ribeirão Preto, São Paulo.

Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, oradora inscrita.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estamos vendo aí a euforia de muitos funcionários que estão recebendo a boa notícia da aprovação, era algo que esperavam já há muito tempo. E nós, Senadores, estávamos sensibilizados com a permanente presença deles em nossos gabinetes, solicitando, uns da área da saúde, outros da área da agricultura, que fossem reconhecidos, melhorados, para assim poderem prestar um melhor serviço à nossa Nação.

Eu gostaria aqui, Srs e Srs. Senadores, de dizer que, nesses últimos dias, o Nordeste como um todo, mas não só o Nordeste, eu sei que outras regiões do nosso País, estão vivendo todo este momento de muitas festividades juninas, bem próprias da nossa história, das nossas raízes, do nosso folclore, que começa no mês de junho, em homenagem aos Santos: Santo Antônio, São João e São Pedro.

No meu Estado, o Rio Grande do Norte, não é diferente,. Especificamente na cidade que administrei, existe uma grande festa durante todo o mês, que é chamada Mossoró Cidade Junina. Todos esses valores da nossa cultura estão presente, desde a história também, bem típica naquela cidade, que aconteceu no mês de junho, especificamente no dia de Santo Antônio, que é a resistência da cidade ao bando de Lampião, contada todos os anos durante esse período.

Há um grande espetáculo cultural, uma grande encenação em praça pública relembrando esse fato, fazendo com que essas festividades se tornem ainda mais fortes, garantindo a perpetuação dessa história para as novas gerações, e servindo também como um adendo maior, uma referência maior às nossas festividades.

Estive também em outras cidades, como a cidade de Açu, que tem o São João mais antigo deste Brasil. Estivemos ainda na cidade de Santana do Seridó, onde há também uma grande movimentação. Não foi diferente em Currais Novos, com Forronovos, com as quadrilhas e os festivais. Em Natal, todos os dias ocorrem muitos e muitos arraiais, naquela cidade tão bonita, tão querida, que já é um marco para o turismo no Nordeste. E o encantamento dessas festividades, com certeza, torna-se mais um atrativo.

Estou falando sobre isso para levar algo que considero fundamental no nosso Nordeste e no meu Estado, que é exatamente o turismo. Ele não vem somente através das nossas belezas naturais, ele precisa da sustentabilidade, do reforço, através de eventos de uma maneira geral, seja o evento cultural, como as festas juninas – folclórico e cultural –, seja o evento religioso, seja o evento educacional, seja o evento de negócios, enfim, todas as formas de eventos que promovam, que atraiam, que façam com que as pessoas cheguem ao Rio Grande do Norte para conhecer as nossas belezas, para participar desses encontros, desses eventos e, assim, gerar emprego e renda.

Eu tive a oportunidade de estar em cidades em que, aparentemente, antes nada acontecia, mas eventos dessa natureza – vou dar aqui o exemplo de Cerro Corá, uma cidade serrana – vêm promovendo aquelas cidades. E não é diferente com outras cidades serranas, como Martins, como Portalegre, nas quais se promove o turismo interno, mas também o turismo que vem pelas pessoas que estão em outras cidades ou do próprio norte-rio-grandense, que se desloca, nesse período, dos Estados em que vivem, em que moram, levando amigos para conhecer e, assim, divulgando, cada vez mais, o potencial grande que tem o Rio Grande do Norte para o turismo.

Claro que precisamos de mais infraestrutura, como é o caso do aeroporto. O Aeroporto Augusto Severo, na cidade de Parnamirim, que serve a Natal, o nosso aeroporto, está altamente deficitário. O aeroporto, que foi projetado para até 1 milhão e 200 mil pessoas e hoje já recebe mais do que o dobro, precisa, sim, de uma expansão; precisa, sim, ser mais bem estruturado.

Nós temos um aeroporto que está caminhando lentamente, mas que já é uma grande obra para o nosso Estado, que é o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, dentro de uma outra visão, um aeroporto que também será um grande aeroporto de cargas, o maior. Na realidade, não existe nenhum dessa categoria no nosso Brasil. E o Rio Grande do Norte foi escolhido para sediá-lo, porque fica na esquina – podemos assim dizer – do nosso continente, bem mais próximo do mercado dos outros continentes, e vai ser concluído sim, num futuro bem próximo, esperamos, já que o Presidente esteve recentemente lá na nossa cidade e assinou finalmente o decreto para que seja feito todo um processo de concessão para que aquele aeroporto possa ser concluído. E isso precisa ser feito até a Copa, porque a nossa cidade, Natal, também é sede da Copa em 2014. Então, ainda há muito para se fazer. Mas, enquanto esse aeroporto está sendo construído, estruturando-se, nós precisamos que o que hoje existe também seja olhado com muita atenção e que seja feito algo para melhorar mais as condições de bem receber aqueles que chegam ao nosso Estado.

Recentemente, na feira que aconteceu em São Paulo, a cidade de Natal foi escolhida como cidade referência para o turismo no nosso Nordeste, pelas suas belezas, pelo clima, pela questão das dunas e de muitos e muitos outros atrativos, além do que nós temos de melhor, que é a nossa gente, que muito bem sabe receber e que recebe de braços abertos, de coração batendo forte, sempre querendo fazer com que aqueles que chegam se sintam em casa e possam retornar muitas vezes ao nosso Estado.

A Senadora Serys foi uma das nossas visitantes que muito nos honrou. Foi maravilhoso, não foi, Senadora?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT. *Intervenção fora do microfone.*) – Maravilhoso.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Está na hora de voltar para descansar um pouquinho, olhando aquele mar maravilhoso, aquele sol que não tem igual, aquele céu e as nossas dunas, as nossas áreas preservadas.

Natal tem tido esse cuidado de preservar muitas áreas, inclusive o Morro do Careca, mas precisamos,

cada vez mais, associar a essas belezas estruturas, eventos, algo que dê sustentabilidade durante todo o ano. O nosso turismo tem condição, sim, e vai acontecer de ser, durante todo o ano, independente de ser período de férias ou não, realmente algo diferente, algo marcante, algo que veio para ficar no Estado do Rio Grande do Norte, que vai se projetar muito mais não somente para o Brasil, mas para todo o mundo.

É isso que queremos, aproveitando a grande janela de oportunidades que será aberta com a Copa do Mundo acontecendo também na cidade de Natal. Em 2014, através dessa oportunidade, mostraremos mais e mais o que é o Rio Grande do Norte, o que é a terra potiguar, as suas belezas, começando pela chegada. Chega-se em um lugar maravilhoso, que é exatamente a cidade de Natal.

Por isso, Senadora Serys, mais uma vez, convidando não somente V. Ex<sup>a</sup>, mas todos que nos assistem para que conheçam o Rio Grande do Norte, as suas belezas, a sua história, o seu folclore, a sua gente, o potencial que tem não somente para o turismo, mas, com certeza, para desenvolver muitas e muitas oportunidades para este País.

Quero aqui também, falando em oportunidades, relembrar que oportunidades acontecem onde também podemos ter energia. O Rio Grande do Norte, hoje, já tem vários parques eólicos. Começou pelo Rio do Fogo, já está em Guamaré, em outras regiões e com potencial ainda maior onde os ventos estão produzindo energia, que vai dar sustentabilidade, autonomia ao nosso Estado, inclusive com condição de podermos também transferir energia a outros Estados.

É um Estado pequeno, mas produtor de petróleo em terra, com gás. O gás que vai para Fortaleza, que vai para o Ceará vem do nosso chão, além do sal que produzimos. Noventa e sete por cento do sal que os brasileiros consomem, esse gostinho bom, vem lá do nosso Rio Grande do Norte.

Então, estou aqui, exatamente hoje, relembrando esses eventos juninos que acontecem, que promovem, que trazem alegria, que trazem o lazer, mas que, principalmente, fazem com que cada cidade possa ter momentos também de incentivo, de estímulo, de ampliação na geração de emprego e renda. São milhares de pessoas que, neste período, passam a ter mais oportunidade de uma renda a mais por intermédio das pousadas, dos hotéis, dos restaurantes, dos pequenos comércios, da oportunidade de mostrar o nosso artesanato, de apresentá-lo, de divulgá-lo e de, com esse artesanato também, adquirir um pouco mais de renda.

A atividades como essas, aparentemente simples, que, muitas vezes, nem se valoriza tanto, dou o maior

incentivo e apoio porque entendo que isso promove, gera emprego e gera renda.

E foram essas as andanças que fizemos recentemente por várias cidades, não somente para participar das atividades juninas, mas também para participar de eventos de negócios importantes, como a Expofruta, que já é uma feira internacional que acontece no oeste potiguar, na cidade de Mossoró. Ali é a região onde produzimos o melão, e é próxima, também, ao Vale do Açu, onde temos uma grande produção de banana, de manga, também com um potencial para ser ainda maior. Há também a região de Baraúna, que também é uma produtora de frutas tropicais irrigadas, onde temos as terras mais férteis do Nordeste, que são, exatamente, as da Chapada do Apodi. Essas terras podem, sim, ter irrigação; há como fazer acontecer a irrigação porque a barragem de Santa Cruz, que era um sonho acalentado por séculos por todos daquela região, há mais de oito anos foi concluída, está pronta. A barragem foi feita. Agora, é preciso apenas que haja vontade política, determinação, coragem para constituir, com as águas da barragem, perímetros irrigados para gerar emprego e renda no Apodi.

Trata-se não somente da questão da agricultura irrigada, mas da preparação da mão de obra, que passa pela ampliação do que hoje temos, Senadora, de vários núcleos educacionais. A Ufesa, que é a Universidade Federal do Seridó, hoje já está chegando a outras cidades da mesma região do médio oeste, como a cidade de Caraúbas, a região central de Angicos, chegando também em Pau dos Ferros, onde as obras já têm o seu início previsto para até o final do ano. E isso vai preparar muito a base técnica necessária para estimular, cada vez mais, a fruticultura; além, é claro, dos institutos tecnológicos, que estão sendo ampliados, que estão surgindo, da forma como sempre defendi.

Por isso, apresentei, na Comissão de Educação, 11 projetos. Serão mais 11 institutos tecnológicos para o nosso Estado: alguns já anunciados, alguns já confirmados, mas outros que, com certeza, irão acontecer, para fazer com que, através do processo educacional, com preparação de mão de obra, levando em consideração o potencial de cada região do nosso Rio Grande do Norte, nós tenhamos uma educação inclusiva, uma educação que, realmente, leve para o jovem o direito de terminar o curso médio e já ter a oportunidade de um emprego, de poder chegar à universidade com a certeza de que o seu curso não vai ser em vão, porque ele vai ter a oportunidade de, através do seu conhecimento, da sua competência, gerar a sua própria renda, e o direito de ter uma vida melhor.

Então, eram essas palavras que eu queria colocar, além de fazer, também, uma referência aos agricultores, aos produtores que encontrei na cidade de Coronel Ezequiel, quando da Caprifera. Quero parabenizar o Prefeito daquela cidade, que iniciou neste ano, com muito esforço, mas com determinação, com recursos próprios, a Caprifera, fazendo essa exposição na sua cidade.

Na realidade, nós entendemos que, sempre, esse primeiro passo é mais difícil, mas, pelo sucesso do que aconteceu naquela região, tenho convicção de que, através de outros eventos dessa natureza, que vão continuar acontecendo naquela cidade no próximo ano, no outro ano, essa vai se transformar na maior feira de caprino-ovinocultura para a região do Trairi.

Parabéns ao Prefeito, aos seus colaboradores e a todos da cidade. Vi, com muita alegria, esse momento em que começa a ter, aquela cidade, um evento que fala de algo que é próprio da região, que é a criação de caprinos e ovinos, para fazer a troca de experiências, para, através dessa feira, haver, com certeza, os negócios e, assim, poder não somente melhorar a atividade, mas também gerar mais emprego e mais renda, através da caprino-ovinocultura, que é algo característico da nossa região.

Foi nesse encontro que muitos agricultores, muitos pequenos agricultores, nos procuraram para saber, exatamente, sobre a medida provisória que trata do perdão das dívidas para aqueles que fizeram empréstimo através do Banco do Nordeste.

A medida provisória, aprovada aqui nesta Casa, trouxe a eles uma esperança muito grande de poder, finalmente, ficar sem aquele peso, aquele peso grande, aquela angústia de uma dívida que não estavam podendo pagar, não porque não quisessem, mas porque não tinham condições, em função de dificuldades que ocorreram com a lavoura, de dificuldades que tivemos pelo clima. Um ano foi seco, outro ano foi muito cheio, no outro ano o inverno foi irregular e eles não tiveram condição de pagar.

Então, a renegociação das dívidas ficou acertada, nesta Casa, através de uma medida provisória, com o perdão para aqueles que tinha contraído dívidas de até R\$10 mil. Inclusive, ficou muito claro que seria da dívida líquida, sem o acréscimo dos juros, obedecendo a vários critérios, critérios esses que precisam ser muito esclarecidos. Por exemplo, quem tem dívidas com o Banco do Brasil não foi beneficiado. Outros, que já as tinham renegociado, também não serão beneficiados. Então, isso precisa ficar muito claro, porque se criou uma grande esperança, e nós precisamos esclarecer, detalhadamente.

Amanhã, espero voltar a esta tribuna para trazer todo o detalhamento. Já foi sancionada pelo Presiden-

te, mas precisa ser regulamentada. Por não ter sido regulamentada, os agricultores estão indo ao Banco do Nordeste e não estão conseguindo nenhuma informação. Muito pelo contrário, continuam a receber cobranças, inclusive cobranças judiciais, execuções que, através da medida provisória, ficou acertado, aqui nesta Casa, seriam suspensas até o dia 31 de dezembro, inclusive aquelas que não tinham sido beneficiadas através desse projeto.

Então, ficam aqui, já, esse alerta e a certeza de que, em breve, estarei aqui com mais detalhes, para que fique tudo muito claro para aqueles que serão beneficiados e para que, assim, nenhum outro sofra prejuízo em função de achar que será beneficiado, deixar de pagar sua dívida e ter um problema maior.

Era isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, que eu queria trazer, hoje, a esta Casa, agradecendo pela tolerância, porque sei que já passei do tempo.

Mais uma vez, quero fazer o convite: neste período a que estamos chegando, de muitas festas juninas, quero convidar não somente a Senadora Serys, que preside, mas também todos que nos assistem para irem ao Rio Grande do Norte. Se não puderem ir agora, em qualquer época do ano vocês chegarão e encontrarão, sempre, Natal linda, luminosa, alegre e pronta para recebê-los.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini.

Eu gostaria de dizer, Senadora, que eu já estive em Natal. É maravilhosa, lá tudo é lindo, a paisagem é linda! As delícias da comida do Rio Grande do Norte! Tudo é maravilhoso, mas mais maravilhosa, ainda, foi a hospitalidade que eu recebi lá.

A senhora, não sei como, descobriu que eu estava lá. Acho que tem um detector. Eu estava no hotel, quietinha, descansando por três ou quatro dias, e lá chegou a Senadora Ciarlini, numa amabilidade fantástica, que a gente até fica emocionada de lembrar. O Senador Garibaldi, que era Presidente do Senado e do Congresso, nos descobriu lá e nós passamos horas deliciosas com a população e com os seus familiares, realmente com hospitalidade.

Terra bonita, boa e com povo trabalhador e hospitalar tem de ir para a frente, não é Senadora?

Parabéns, parabéns.

Muito obrigada.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)** – Muito obrigada, também.

*Durante o discurso do Sr. Rosalba Ciarlini, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2<sup>a</sup> Vice-Presidente.*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu gostaria, já encerrando a sessão, de agradecer.

Em primeiro lugar, quero falar da mobilização fantástica da Andréia e do Pedro Laurino para a aprovação – lideranças que foram determinantes – do PLC nº 88, de 2010.

Só foi possível essa aprovação graças ao acordo de Líderes.

Então, estamos, realmente, muito conscientes de que foi votado por acordo que beneficia tantas categorias e, também, dizer que sabemos que muitas outras categorias, várias outras categorias, inclusive do meu Estado de Mato Grosso, não foram contempladas. O Senador Botelho também elencou algumas, assim como a Senadora Ciarlini, mas precisa ser feita uma nova proposição para complementar, porque não foram incorporadas lá na Câmara. Vindo para o Senado, se fôssemos incorporar, não teríamos mais condições de aprovar isso neste ano. Então, para não prejudicar esses que já tiveram a conquista na Câmara, nós tivemos de deixar de fora outras categorias.

Eu queria agradecer, realmente, a todos os Líderes, a todos os Líderes: ao Senador Renan; ao Senador Francisco Dornelles; ao Senador Gim Argello; ao Senador Osmar Dias; ao meu Líder, Senador Aloizio Mercadante, que não estava presente mas autorizou de imediato; ao nosso vice-Líder, Senador Eduardo Suplicy, que, prontamente, não só assinou, como veio aqui declarar o voto dele, porque precisava sair; ao Senador Antonio Carlos Valadares; ao Senador José Nery; à Senadora Marina Silva; ao Senador Mão Santa; ao Senador José Agripino, que foi o primeiro para quem liguei, para pedido de urgência, e que prontamente aquiesceu; ao Senador Arthur Virgílio; ao Senador Romero Jucá, que me ligou, gentilmente, pedindo que eu fizesse a relatoria e apoioando de imediato. Faço um agradecimento muito especial a essa figura tão especial, que está até agora aqui, que é o nosso Senador Pedro Simon, que está aqui com a sua fibra, com a sua garra, esteve aqui o tempo inteiro, votou e está aqui. Muito obrigada.

Muito obrigada a todos, realmente, e a todos os trabalhadores e servidores do nosso Senado, que sempre estão prontos e estão no trabalho.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Sr. Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, demorou, mas aconteceu o que era

inevitável. Disse há tempos que tínhamos uma lição a dar ao mundo em matéria de produção de combustíveis renováveis, especialmente de etanol. Pois agora, depois de uma ofensiva sem precedentes contra o derivado da cana-de-açúcar, que só faltou responsabilizá-lo por todos os males do mundo, eis que a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, EPA na sigla em inglês, incluiu nosso etanol na lista de biocombustíveis renováveis de baixo carbono.

De acordo com a avaliação da EPA, o álcool emite 61 por cento menos carbono do que a gasolina, incluindo todo o ciclo de produção, do plantio à distribuição. A redução nas emissões de carbono proporcionada pelo etanol de cana-de-açúcar nem pode ser comparada à do etanol de milho produzido nos Estados Unidos, que é de apenas 21 por cento.

A decisão da agência americana significa a concessão de um passaporte mundial para o etanol como componente imprescindível para a redução dos gases do efeito estufa. É o reconhecimento de que o etanol que sai da cana é o mais eficiente, o que mais reduz emissões e, por enquanto, o único viável comercialmente.

Esse reconhecimento abre caminho para a conquista do mercado americano, que não deverá ocorrer sem dificuldades, devido ao lobby do milho, que faz uso de um discurso nacionalista, alegando que o país não pode depender de um “combustível estrangeiro”.

O mercado americano consumirá 75 bilhões de litros de etanol em 2022. Desses 75 bilhões, calcula-se que seriam importados de 15 a 18 bilhões de litros. Segundo determinação do Departamento de Energia, a gasolina deve conter uma mistura de combustíveis renováveis, de fontes que poluem menos. O problema é que o cultivo do milho para a produção de etanol está tomando o lugar das áreas em que antes eram produzidos alimentos. Os resultados têm sido a elevação do preço do grão, uma série de problemas ambientais e a necessidade de subsídios governamentais.

O etanol obtido a partir do milho exige muito dos produtores, e mais ainda do governo. Em primeiro lugar, precisa de muita água, e também do uso intensivo de nitrogênio como fertilizante, o que coloca sob risco de contaminação o lençol freático e os rios. A água usada para abastecer uma usina que produz 100 milhões de galões de combustível por ano poderia abastecer uma cidade de 5 mil habitantes. Além disso, o subsídio governamental concedido à indústria do etanol de milho chega a astronômicos 4 bilhões e 100 milhões de dólares anuais.

Não custa lembrar que, nos últimos 2 anos, o Brasil foi alvo de um bombardeio de ambientalistas, autores de uma campanha que pretendia transformar

o etanol em principal responsável pelo aquecimento global e, como se não bastasse, pela fome no mundo. Passamos a ser apontados como um dos responsáveis pela crise mundial de alimentos, já que, ao plantar cana-de-açúcar, estávamos roubando espaço ao cultivo de grãos – embora a superfície ocupada pelas lavouras de cana corresponda a apenas 2 por cento da usada pela agropecuária, e a expansão da área canavieira ocorra, em 99 por cento dos casos, pela conversão de pastagens.

Chegou-se ao cúmulo do absurdo quando o então relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, felizmente substituído no cargo, qualificou a produção de biocombustíveis de “crime contra a humanidade”.

Argumentos racionais de pouco valem diante de campanhas orquestradas, destinadas a criar um clima de histeria. Cerca de 15 por cento das áreas em que existem canaviais são renovadas com outras lavouras, entre as quais feijão e soja. Entre um dos possíveis efeitos da cultura da cana, portanto, está o crescimento da oferta de alimentos, e não a sua redução.

O retorno da racionalidade está produzindo efeitos, como a associação entre empresas brasileiras e estrangeiras para o aperfeiçoamento da produção de etanol e a criação de novos biocombustíveis no Brasil.

Uma empresa de biotecnologia americana procura parcerias com o setor sucroalcooleiro para produzir óleo diesel a partir de cana no Brasil. Um método de baixo custo permitiria transformar a celulose contida na biomassa em combustíveis renováveis, usando microorganismos para fermentar a celulose. Do processo resultariam um diesel renovável, para substituir o mineral, biodiesel, combustível para aviões e produtos químicos.

Enfim, a batalha começa a ser vencida. A incredulidade desaparece, as campanhas orquestradas perderam quase totalmente sua força. O etanol brasileiro está destinado a abastecer o mundo. O Brasil, que foi pioneiro e escolheu o caminho certo, tem como destino a liderança na pesquisa e no fornecimento de combustíveis renováveis.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a sessão.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)*

**ATO DO PRESIDENTE N° 199 , de 2010**

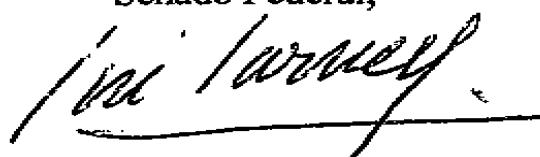
**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e com fulcro no art. 29 do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar para compor a Comissão Permanente de Licitações do Senado Federal os servidores: WESLEY GONÇALVES DE BRITO, na qualidade de Presidente, VIVIAN NAVARRO CORREA DE LIMA, JÂNIO DE ABREU, HUGO SOUTO KALIL, EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, RICARDO EVANDRO MENDES VIANNA INNECCO, HELIO RODRIGUES FIGUEIREDO JUNIOR, OTÍLIO RODRIGUES SANTA CRUZ, RODRIGO GALHA, AFRÂNIO ERASMO FERNANDES MOREIRA e LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA.

Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de junho de 2010.



Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney  
17/06/2010  
quinta-feira**

**11:30      Cerimônia de lançamento do Portal do Senado  
Salão Nobre do Senado**

**16:00      Ordem do Dia  
Plenário**

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53<sup>a</sup> LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Edison Lobão\*  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Hélio Costa\*  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Jorge Yanai\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Ilheussarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011   \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(28)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(27)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final:** 12/05/2008

**Prazo prorrogado:** 22/11/2008

**Prazo prorrogado:** 01/07/2009

**Prazo prorrogado:** 21/02/2010

**Prazo final prorrogado:** 02/09/2010

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,20)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(5,29,30)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,18)</sup>	1. Paulo Paim (PT-RS) <sup>(22,31,33)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,21)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,19)</sup>	

<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
<b>PDT/PSOL (9)</b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
- \*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- \*\*. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- \*\*\*. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- \*\*\*\*. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 3303-3514  
**Fax:** 3303-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo prorrogado:** 02/05/2010

**Prazo final prorrogado:** 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b> Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

- Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
- Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
- Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- \*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- \*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- \*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
- \*\*\*\*. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

#### **4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

#### **5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

## **6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 18/11/2009

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 17/07/2010

---

### **MEMBROS**

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- \*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- \*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- \*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- \*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- \*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

## 2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

\*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

### 3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

#### 4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- \*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

### MEMBROS

#### **Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

#### **Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

#### **PTB**

Senador Gim Argello

#### **Notas:**

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7**

### MEMBROS

#### **Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

#### **Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>

#### **PTB**

Senador Romeu Tuma

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

## **7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

### **MEMBROS**

---

#### **Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

#### **Maioria ( PMDB, PP )**

---

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

---

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

---

#### **PTB**

---

Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
  4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- \*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

## **8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**

**Finalidade:** Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

**Número de membros: 3**

---

### **MEMBROS**

---

Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>

---

---

**Notas:**

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

## **ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)  
(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Instalação:** 03/03/2009

---

### **MEMBROS**

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

## CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Instalação:** 20/05/2009

### MEMBROS

#### **Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Aloizio Mercadante (PT) <sup>(3,5)</sup>

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

#### **Maoria ( PMDB, PP )**

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

#### **PTB**

Senador Romeu Tuma

#### **PDT**

Senadora Patrícia Saboya <sup>(1,2,4,6)</sup>

#### **Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)

6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**PRAZOS**<sup>1</sup>

**RELATÓRIOS PARCIAIS:** 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL:** 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>

**PARECER PRORROGADO:** 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>

**PARECER FINAL PRORROGADO:** 18.12.2009<sup>3</sup>

**REDAÇÃO FINAL:** (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

<sup>3</sup> Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. Paulo Paim (PT) (11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) (37,93,104)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. VAGO (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Gilvam Borges (PMDB) (64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,96,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,95,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Jorge Yanai (DEM) (43,102,103)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

## PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
95. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).

## 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

### (Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(10,12,14)</sup>	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO <sup>(11,13)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pela Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(5)</sup></b>	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,93,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Leomar Quintanilha (PMDB) (48,80,101)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,94,103)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

**Notas:**

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Crístovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSJN nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa  
**Telefone(s):** 3303-3515  
**Fax:** 3303-3652  
**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(16)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (10,11)
VAGO (2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) (3)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) (6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (5)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (8)	1. VAGO (7,13,14)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (4)	1. Gim Argello (PTB) (9)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(13,18)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (11)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,3)
Papaléo Paes (PSDB) (6,17,19)	2. VAGO (2,8,16)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,7)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) (9,14,15)	1. Paulo Duque (5)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)	1. João Durval (PDT) (10)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
6. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
10. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) (5,6)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. n° 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. n° 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. N° 081/2010-PRES/CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (102)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (32,72,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (34)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,70)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (37,44)
Tião Viana (PT) (30,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (54,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Almeida Lima (PMDB) (60,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,67,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,61,66)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,59,69,101,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Moraes (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (45)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (52,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (46)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (24,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,74,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,75,90,92)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (47)	1. Gim Argello (49,108,109)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
47. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

**RELATOR:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**Designação:** 28/10/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

**Notas:**

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

\*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Finalidade:** Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

**Número de membros:** 6 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

**RELATOR:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**Designação:** 10/02/2010

---

#### **TITULARES**

---

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Eduardo Suplicy (PT)

---

Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

##### **Maioria ( PMDB, PP )**

---

Pedro Simon (PMDB)

---

##### **Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

---

Tasso Jereissati (PSDB)

---

Antonio Carlos Júnior (DEM)

---

**Notas:**

\*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,108)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,109)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,110)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,107)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Jorge Yanai (DEM) (41,113,114)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
109. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
110. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) (3,19)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (20)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,17)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (7,18)	1. VAGO (18)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e OF. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 22/09/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).  
\*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB) (23)	1. Fátima Cleide (PT) (20)
Marina Silva (PV) (7,23,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (26,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gilvam Borges (PMDB) (39,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Hélio Costa (PMDB) (39,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jorge Yanai (DEM) (35,61,62)	1. Adelmir Santana (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (29)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (28)	4. Jayme Campos (DEM) (9,34,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,31)	1. Sérgio Zambiasi (31)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,12,37,42)	1. Cristovam Buarque (13,36,41)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude do Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Jefferson Praia (PDT-AM) <sup>(5,12,16)</sup>

**Instalação:** 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) (11,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO (10)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jorge Yanai (DEM) (13,14)	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- \*\*. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

### **5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016**

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(2,11)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. VAGO (3,8)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (9)	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- \*\*. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### **5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**Leitura:** 10/05/2010

**Instalação:** 13/05/2010

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jorge Yanai (DEM) <sup>(1)</sup>	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

\*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

\*\*. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,71,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**  
**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5) Serys Slhessarenko (PT)	1. Fátima Cleide (PT) 2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2,4) Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO (1) 2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E  
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE  
E DO IDOSO**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
<b>PTB (12)</b>	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

**Notas:**

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virginio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA N° 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### **7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,3)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,81,84)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,82,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jorge Yanai (DEM) (34,87,88)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
81. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
82. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(56,58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,25)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (36,43,55,57)	1. VAGO (42,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (47)
Almeida Lima (PMDB) (46)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (33)	1. Jorge Yanai (DEM) (30,63,64)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (31,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (29)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,35)
Adelmir Santana (DEM) (38)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,34)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello (37)	1. Mozarildo Cavalcanti (37)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
36. Vago, em virtude do Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
37. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (77,78)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (2,11,38,41,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (39,42)
Neuto De Conto (PMDB) (36,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) (43,48)
Gerson Camata (PMDB) (40,45)	3. Renan Calheiros (PMDB) (37,47)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (35,44)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jorge Yanai (DEM) (26,77,79)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,55,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,56)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
46. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).
79. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).

## 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

**Finalidade:** Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
1. Gerson Camata (PMDB)	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jorge Yanai (DEM)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
<b>PTB</b>	
1. Romeu Tuma	

**Notas:**

\*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**  
**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(63)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(4)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Hélio Costa (PMDB) (34,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,65,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Paulo Duque (PMDB) (2,53,56,58,61,73)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Jorge Yanai (DEM) (28,69,71)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Círcero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** [scomcct@senado.gov.br](mailto:scomcct@senado.gov.br)

## 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,5)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

# COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

## 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>

**1<sup>a</sup> Eleição Geral:** 19/04/1995 **5<sup>a</sup> Eleição Geral:** 23/11/2005

**2<sup>a</sup> Eleição Geral:** 30/06/1999 **6<sup>a</sup> Eleição Geral:** 06/03/2007

**3<sup>a</sup> Eleição Geral:** 27/06/2001 **7<sup>a</sup> Eleição Geral:** 14/07/2009

**4<sup>a</sup> Eleição Geral:** 13/03/2003

<b>TITULARES</b>		<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>		
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM) (15)		2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)
<b>Maoria ( PMDB, PP )</b>		
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) (14)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. VAGO (5)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>		
VAGO (11)		1. VAGO (10)
VAGO (12)		2. VAGO (6)
VAGO (7)		3. VAGO (8)
VAGO (9)		4. VAGO (9)
VAGO (9)		5.
<b>PTB</b>		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PDT</b>		
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>		
Romeu Tuma (PTB/SP)		

**Atualização:** 24/04/2010

**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1<sup>a</sup> reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

## **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

### **Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

### 3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

Atualização: 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

#### 4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

---

#### MEMBROS

##### **PMDB**

VAGO <sup>(4,5)</sup>

##### **DEM**

Marco Maciel (PE)

##### **PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

##### **PT**

Fátima Cleide (RO)

##### **PTB**

VAGO <sup>(2,12,13)</sup>

##### **PDT**

Patrícia Saboya (CE) <sup>(6,8,9)</sup>

##### **PR**

Magno Malta (ES) <sup>(1,7,10)</sup>

##### **PSB**

Renato Casagrande (ES)

##### **PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

##### **PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

##### **PP**

Francisco Dornelles (RJ) <sup>(11)</sup>

##### **PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 29/04/2010

**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
  3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
  4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
  5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
  6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
  7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
  8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
  9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
  10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
  11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
  12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
  13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- \*. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 14 titulares

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**1ª Designação:** 23/03/2010

### MEMBROS

#### PMDB

#### DEM

Adelmir Santana (DF)

#### PSDB

João Tenório (AL) <sup>(2)</sup>

#### PT

Tião Viana (AC) <sup>(3)</sup>

#### PTB

Gim Argello (DF) <sup>(5)</sup>

#### PDT

Patrícia Saboya (CE) <sup>(4)</sup>

#### PR

César Borges (BA)

#### PSB

Antonio Carlos Valadares (SE)

#### PRB

Marcelo Crivella (RJ)

#### PC DO B

Inácio Arruda (CE)

#### PP

Francisco Dornelles (RJ)

#### PSOL

José Nery (PA)

#### PSC

Mão Santa (PI)

#### PV

Marina Silva (AC) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 27/04/2010

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
  2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
  3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
  4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
  5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- \*. Eleitos na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) <sup>4</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) <sup>3</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Téreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>2</sup> O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>3</sup> O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>4</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

### COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)<sup>12</sup>

#### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

#### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTI <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>3</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/SP) <sup>15</sup>

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup>Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup>Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup>Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup>Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

<sup>15</sup> Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senador Eduardo Azeredo <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  GUSTAVO FRUET <sup>2</sup> PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>  EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

<sup>2</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 228 páginas

OS: 2010/13350